

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**



LISBOA

**UNIVERSIDADE
DE LISBOA**

**DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA SOBRE
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PARA ALUNOS DO 8.º E 9.º ANO
DO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL**

Mateus da Costa Montemor

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Inovação em Educação

Dissertação orientada pelo Professor Doutor Pedro Guilherme Rocha dos Reis

2022

MATEUS DA COSTA MONTEMOR

**DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA SOBRE
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PARA ALUNOS DO 8.º E 9.º ANO
DO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL**

Dissertação de mestrado, apresentado ao Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, para obtenção ao grau de mestre em educação, na área de especialidade em Inovação em Educação

Orientador: Professor Doutor Pedro Guilherme Rocha dos Reis

Lisboa

2022

AGRADECIMENTOS

A Deus por fazer parte de todos os momentos e decisões da minha vida, por Sua direção em realizar este mestrado, bem como na escolha do tema que está alinhado ao amor divino pela humanidade.

A minha querida esposa Joelma por sonhar comigo e por todo o suporte espiritual e emocional, pelo companheirismo e compreensão nas horas difíceis, pois sem este porto seguro seria impossível a realização deste sonho.

Aos meus pais Daniel e Lúcia que acreditaram e me apoiaram para continuar os estudos, por suas palavras de incentivo e pelas orações.

A minha irmã Dannyella que sempre me apoiou nos estudos e pelo apoio incondicional na divulgação e coleta de dados em diversas escolas.

Aos amigos, amigas que fiz ao longo do curso e aos profissionais que contribuíram com novos conhecimentos, os mesmos foram elementos fundamentais nessa trajetória.

Ao Professor e Doutor Pedro Guilherme Rocha dos Reis pela orientação, acompanhamento, bem como pela transferência de conhecimentos e suporte na elaboração desta pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa propõe um Programa de Educação em Direitos Humanos (PEDH) para os alunos dos 8.º e 9.º Anos – anos finais do Ensino Fundamental no Brasil – com o objetivo de capacitá-los com competências sobre Direitos Humanos. O referido programa estimula os alunos desta fase a serem protagonistas responsáveis e críticos nas transformações socioeducativas na escola, na família e na comunidade. Nesta perspectiva, e de forma transversal, o PEDH propõe a inserção de competências, metodologias e atividades pedagógicas aos conteúdos previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A metodologia aplicada foi a de Design-Based Research (BDR) por seu caráter processual, intervencionista e inovador, que permite projetar, construir, desenvolver, avaliar e, sempre que necessário, propor melhorias por todos os participantes. A investigação contou com a participação de diretores, professores e especialistas em direitos humanos. Num primeiro momento, realizou-se uma pesquisa sobre a temática e selecionaram-se conteúdos sobre direitos humanos e as disciplinas regulares. Em seguida, construiu-se um protótipo do programa alinhando de forma transversal os conteúdos sobre direitos humanos e os previstos pela BNCC. Na etapa seguinte houve a participação de diretores, professores e especialistas em direitos humanos que analisaram, avaliaram e participaram com sugestões de melhorias. Por fim, após revisão e participação de outros atores, foi construído a versão final do PEDH. No final da pesquisa aflorou a percepção de que gestores educacionais profissionais da docência precisam estar atentos às lacunas que surgem nos processos educativos e possam propor mecanismos eficientes para que ao aluno consiga continuar a sua jornada socioeducacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Direitos Humanos; Inovação Educacional

ABSTRACT

This research proposes a Human Rights Education Program (HDPE) for students in the 8th and 9th grades - final years of Elementary School in Brazil - with the objective of empowering them with competencies on Human Rights. This program encourages students at this stage to be responsible and critical protagonists in socio-educational transformations at school, in the family, and in the community. From this perspective, and in a transversal way, the PEDH proposes the insertion of competencies, methodologies, and pedagogical activities to the contents foreseen in the Common National Curricular Base (BNCC). The methodology applied was the Design Based Research (BDR) for its procedural, interventionist and innovative character, which allows design, construction, development, evaluation and, where necessary, proposed improvements by all participants. The research included the participation of principals, teachers, and human rights specialists. In a first moment, a research about the theme was carried out, and contents about human rights and the regular subjects were selected. Then, a prototype of the program was built, aligning in a transversal way the human rights contents and those provided by the BNCC. In the next step there was the participation of principals, teachers and human rights specialists who analyzed, evaluated and participated with suggestions for improvements. Finally, after review and participation of other stakeholders, the final version of the HDP was built. At the end of the research, the perception emerged that educational managers and teaching professionals need to be aware of the gaps that appear in the educational processes and be able to propose efficient mechanisms so that the student can continue his socio-educational journey.

KEY WORDS: Education; Human Rights; Educational Innovation

1 Índice

INTRODUÇÃO	6
Contextualização e relevância da investigação.....	6
Problema e questões da investigação.....	8
Objetivos pretendidos.....	10
1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO	12
1.1 A Educação para os Direitos Humanos	12
1.1.1 Educação em Direitos Humanos no mundo.....	14
1.1.2 Educação em Direitos Humanos no Brasil.....	15
1.2 O Desenvolvimento Curricular	18
1.3 Orientações curriculares para a EDH como proposta inovadora.....	21
1.4 Transversalidade	23
2 METODOLOGIA	25
2.1 Metodologia Design-Based Research (DBR).....	26
2.2 Desenvolvimento da pesquisa	27
2.2.1 Seleção de conteúdo.....	27
2.2.2 Construção do protótipo.....	28
2.2.3 Fase de análise e avaliação.....	29
2.2.4 Fase de recolha e análise de dados.....	30
2.2.5 Otimização do programa.....	31
3 PROTÓTIPO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS 33	33
3.1 Princípios orientadores do programa	33
3.2 Finalidades.....	33
3.3 Conteúdos	34
3.4 Metodologia	35
3.5 Possíveis atividades.....	35
3.6 Apresentação do protótipo do PEDH	35
4 AVALIAÇÃO DO PROTÓTIPO	55
4.1 Avaliação dos diretores e coordenadores de escolas	56
4.2 A avaliação pelos professores por disciplina.....	61
4.3 A avaliação por especialistas em Direitos Humanos.....	66
5 VERSÃO FINAL DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DH	73
5.1 Orientações	73
5.2 Quadro de temas relacionados	75
5.3 O Programa de Educação em Direitos Humanos	76
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS	98
8 LISTA DE FIGURAS	102
9 ANEXOS	103

INTRODUÇÃO

Contextualização e relevância da investigação

Muitos são os desafios históricos, sociais e culturais da sociedade moderna. Neste contexto, a “**Educação**” contribui cada vez mais para a formação integral do ser humano e a Escola consolida-se como lugar de aprendizado, discussão e prática nessa formação. Sabe-se que a escola tem o papel social na formação integral do indivíduo e que o ambiente escolar é ideal para o aprendizado e o exercício da cidadania.

No cerne dessas perspectivas e desafios da modernidade está o ser humano e sua complexidade, tendo o indivíduo um papel dualista de conquistar e se manter livre. É neste cenário conflitante, mas almejado, que o respeito, a valorização e a dignidade da pessoa humana se encontram ameaçadas e bombardeadas pelo desejo de conquista e o de se manter livre, o que demonstra a realidade de uma busca ainda contemporânea por “**Direitos Humanos**”.

Diante do cenário mundial e contemporâneo, a busca da valorização, do reconhecimento e da dignidade humana se destaca como algo essencial. Em consequência deste cenário, muitos países da Europa se destacam na instrumentalização de recursos para que as pessoas consigam alcançar seus desejos. Destaca-se que, entre vários instrumentos existentes, alguns países europeus estão a construir uma importante ferramenta social através da Educação em Direitos Humanos.

Dentro desta visão globalizada, o exercício da “Cidadania” torna-se primordial na formação deste indivíduo. Contudo, na formação do indivíduo contemporâneo não há lugar para a cidadania passiva, aquela que é o exercício de um direito pré-concebido e padronizado. Para que o exercício da cidadania seja uma das ferramentas auxiliadoras na Educação em Direitos Humanos é preciso entender e aplicar a cidadania ativa, onde o indivíduo tem o direito e o dever de participar da vida social e política na comunidade.

No Brasil, principalmente na última década, diversos estudos e documentos evidenciam a importância dos Direitos Humanos e de sua inserção no sistema educacional brasileiro. Contudo, esta não é uma realidade muito clara no contexto brasileiro, ainda é algo novo, insipiente e muito tímido no que se refere ao viés da educação brasileira. Desta forma, a proposta de um programa sobre Educação em Direitos Humanos para educação brasileira se apresenta como algo inovador, pertinente e relevante.

A escola é um local de construção de conhecimento, um espaço para discussão e aprendizado na mediação de conflitos inerentes ao ser humano, bem como um ambiente ideal para conceitos e práticas de formação integral. É na escola que os alunos têm a oportunidade de construir conhecimentos e viabilizar práticas que corroborem a compreensão de melhores caminhos a percorrer com vista a contribuir para uma sociedade mais justa.

Assim, a escola manifesta-se como um ambiente acessível, estratégico e favorável para implantação de um programa sobre Educação em Direitos Humanos, uma vez que é nela que se espera uma formação integral e para a cidadania. Desta forma, a escola que se transforma junto com a comunidade precisa ser atuante na construção de uma cidadania baseada na EDH.

Outro fator motivador da pesquisa foi a minha experiência, por mais de 25 (vinte e cinco) anos atuando como mediador de conflitos sociais em diversos tipos de comunidades brasileiras no papel de Agente de Segurança Pública. Nos últimos 10 (dez) anos atuei como professor de Direitos Humanos em cursos técnicos profissionalizantes. Como agente de segurança pública percebi que muitos conflitos sociais são consequência de uma lacuna (vazio) educacional, da inexistência de conhecimento e de práticas de valorização do ser humano. Como professor de Direitos Humanos em cursos profissionalizantes percebi que muitos jovens e adultos frequentavam a disciplina como algo utópico e não necessário à

vida profissional, surgindo novamente a percepção da lacuna educacional na vida desses alunos.

Após algumas investigações de cunho pessoal, com o objetivo de melhorar a qualidade da formação integral do indivíduo e buscar uma metodologia mais atraente sobre a temática, descobria falta de construção deste conhecimento durante a educação regular e, principalmente, no Ensino Fundamental, onde se espera uma preparação do indivíduo para enfrentar e participar em questões sociais.

E, nesse sentido, a pesquisa propõe um diálogo entre Educação, Cidadania e Direitos Humanos com os objetivos de produzir conhecimentos e práticas pedagógicas que auxiliem tanto alunos como professores no processo ensino-aprendizagem, contribuindo para a formação integral do indivíduo e para a sua participação efetiva nas áreas sociais, políticas, culturais, religiosas e outras. Assim, a proposta é o desenvolvimento de um “Programa sobre Educação em Direitos Humanos para alunos do 8.º e 9.º ano do Ensino Fundamental no Brasil”.

Problema e questões da investigação

De acordo com a legislação educacional brasileira (LDBEN,1996), a Educação Básica é estruturada em três etapas, sendo elas: (1) Educação Infantil, voltada para crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade; (2) Ensino Fundamental, para alunos de 6 (seis) aos 14 (catorze) anos; (3) Ensino Médio, com estudantes de 15 (quinze) a 17 (anos).

O Ensino Fundamental, que é o cerne da pesquisa, é dividido em 04 (quatro) ciclos de aprendizagem, sendo o primeiro ciclo do 1.º ao 3.º ano; o segundo ciclo do 4.º e 5.º ano; o terceiro ciclo do 6.º e 7.º ano; e por fim, o quarto ciclo do 8.º e 9.º ano, este último responsável por reforçar os conhecimentos iniciais, bem como preparar o aluno para os desafios do Ensino Médio. Percebe-se que o Ensino Fundamental é a etapa mais longa de

ensino e acompanha o aluno durante o seu clímax de mudanças biológicas, psicológicas e sociais.

Considera-se, ainda, que nos últimos anos do Ensino Fundamental II (8.º ao 9.º ano) os alunos estejam preparados não apenas para construir um pensamento mas também para se envolver como indivíduos responsáveis e críticos dentro da escola e da sua comunidade. Todavia, no contexto brasileiro, muitos educadores e pais, relatam que não há nenhuma característica visível ou educacional que demonstre que os alunos, quando terminem o Ensino Fundamental, possam participar efetivamente dos problemas sociais, uma vez que não existe uma disciplina ou práticas pedagógicas que os capacitem para tais ações.

Para muitos educadores do Ensino Fundamental II, apesar do tema Direitos Humanos ter a previsão curricular conforme orienta a legislação educacional brasileira, ainda não existe uma disciplina e nem um modelo de práticas pedagógicas sobre Direitos Humanos. É importante ressaltar que os temas propostos pela legislação de forma transversal (Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo), estão inseridos no conteúdo sobre Direitos Humanos. E, mesmo que o estudo esteja em constante relevância na formação do ser humano, torna-se essencial que a pesquisa tenha como parâmetro principal a problematização.

Para uma melhor compreensão, segundo Minguez (1994), a transversalidade na educação surge como uma necessidade cultural para compensar a baixa atenção dispensada a temas importantes muitas vezes despercebidos pela sociedade, revelando o seu caráter instrumental na autonomia curricular, o que potencializa o processo ensino-aprendizagem de temas relevantes e atuais. Percebe-se que no Brasil não há uma disciplina convencional (regular) e nem práticas pedagógicas que estimulem os alunos sobre a conceitos e práticas de Direitos Humanos, ou seja, como exercer, valorizar ou defender direitos fundamentais numa sociedade que não tem essas competências na sua base educacional de forma

prioritária, planejada e destacada. Dada a importância educacional e social que os alunos dos 8.º e 9.º anos encerram, torna-se relevante e oportuno o desenvolvimento de um programa educacional sobre Direitos Humanos para que estes construam um conhecimento e possam transformá-lo em práticas pedagógicas, colaborando com a sua jornada educativa e com a sua formação integral como indivíduos.

Diante do exposto, surge o “problema” que será o cerne desta pesquisa: “quais deverão ser as características de um programa de Educação para os Direitos Humanos destinado aos alunos dos 8.º e 9.º anos do Ensino Fundamental brasileiro”?

O problema em epígrafe destaca-se devido à sua relevância e complexidade tanto na área da educação quanto na área da sociologia. Neste sentido, será de grande valia que a resposta para essa problemática tenha como parâmetros conceitos, metodologias e práticas que abarquem essas duas áreas do conhecimento.

Por sua vez, este trabalho delimitará a compreensão e resposta às seguintes questões de investigação: (1) A Educação em Direitos Humanos colabora para a formação integral do indivíduo? (2) Que competências deverá o programa promover tendo em vista a educação dos alunos para os Direitos Humanos? (3) Que metodologias educativas se adequam à promoção dessas competências? (4) Que tipos de atividades poderão ser sugeridos para a promoção dessas competências? (5) Que conteúdos poderão ser integrados de forma transversal a este programa?

Objetivos pretendidos

Esta pesquisa pretende propor um programa que contribua para uma formação integral do indivíduo, sugerindo competências, metodologias e práticas pedagógicas que reforcem os conhecimentos em Direitos Humanos. Como objetivo teórico, a intenção é analisar, condensar e organizar um conteúdo curricular necessário para que os alunos dos 8.º e 9.º Anos compreendam a importância dos Direitos Humanos na sua formação integral,

de forma que, quando necessário, possam participar na comunidade como protagonistas de uma mudança sociocultural. E, ainda, ter um acervo intelectual sobre o tema para futuras demandas acadêmicas. Como objetivo prático, a intenção é elaborar um programa sobre Educação em Direitos Humanos onde os professores poderão de forma transversal ensinar sobre Direitos Humanos dentro de sua própria disciplina, aproveitando as competências e habilidades já propostos na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), e ainda, ser um documento orientador para que o professor tenha recursos metodológicos e atividades práticas para melhoria do processo ensino-aprendizagem.

1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 A Educação para os Direitos Humanos

Os direitos humanos são direitos fundamentais atribuídos a todos os seres humanos, independentemente da sua raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. O reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo (ONU, 1948).

Para Bedin (2014), os direitos humanos fazem parte do direito natural, conhecido como jusnaturalismo, baseado em dois pensamentos teóricos. O primeiro pensamento é designado Direito Natural Cosmológico, pensamento de Aristóteles (384-324 a. C.), fundamentado na natureza das coisas, concepção que a partir da observação permite descobrir as normas adequadas à natureza das coisas e que são justas à medida que forem corretamente interpretadas pelos homens. O segundo pensamento é designado Direito Natural Teológico, pensamento de Tomás de Aquino (1225-1274 d. C.), fundamentado na vontade divina. Esta ideia também é defendida pelo judaísmo e cristianismo com base em escritos bíblicos registrados em Êxodo 20:1-17 (Os dez mandamentos), onde o próprio Deus estabelece as primeiras normativas de convivência e dignidade humana. Contudo, não há um único fragmento ou constatação arqueológica e documental deste decreto fundamentado apenas na crença cristã.

Durante toda a história de conquista pelo reconhecimento da dignidade humana e de seus direitos fundamentais como indivíduo está o Cilindro de Ciro (539 a. C.), reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a primeira carta dos direitos humanos no mundo. Neste cilindro de barro estava gravado uma declaração do rei persa, conhecido como Ciro, O Grande (Ciro II), após a conquista da Babilônia. Nesta declaração o rei Ciro libertou os escravos e declarou que todas as pessoas tinham o direito

de escolher a sua própria religião, estabelecendo ainda a igualdade racial. Este cilindro foi descoberto em 1879 e a ONU traduziu em 1971 a todos os idiomas oficiais. Desde então, reconhecido internacionalmente como o primeiro documento existente na área dos Direitos Humanos.

No decorrer da história humana, após embates e batalhas sacrificiais, outros fatos históricos resultaram em documentos que reconheciam os direitos humanos, porém de forma temporal e espacial, ou seja, num momento único e em local determinado, sendo estes: (a) a *Carta Magna* (1215), conhecida como a Grande Carta das Liberdades, resultou na declaração escrita pelo rei João (João Sem Terra) dos direitos do povo inglês; (b) a *revolução inglesa* (1689), que resultou na Petição de Direitos, afirmando direitos civis para o povo; (c) a *independência dos Estados Unidos* (1776), que apontou dois temas: os direitos individuais e o direito à revolução, e (d) a *revolução francesa* (1789) que resultou na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e proclama que todos os cidadãos devem ter garantidos os direitos de “liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão”.

Outros fatos históricos foram fundamentais para que os direitos humanos deixassem de ser locais e alcançassem as dimensões mundiais: (a) a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), (b) a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e (c) o Holocausto (1941-1945). Estes acontecimentos despertaram o mundo para as atrocidades cometidas aos seres humanos em diversas partes, culminando na criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. O objetivo estabelecido para a ONU é o de unir todas as nações do mundo em prol da paz e do desenvolvimento, com base nos princípios da justiça, dignidade humana e no bem-estar de todos.

Após uma reunião em Paris (1948), a ONU, através de uma assembleia geral, proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), aonde se estabeleceu pela primeira vez, que os direitos humanos fundamentais devem ser protegidos

universalmente como um padrão de conquistas para todos os povos e todas as nações. Esta declaração tornou-se um marco na história dos direitos humanos, serviu de fonte de inspiração para a redação da Constituição de novos Estados independentes, novas democracias e documentos normativos jurídicos internacionais. Além da mudança de comportamento social, a DUDH destaca-se como base para novos sistemas educacionais de proteção dos direitos humanos de forma local, regional e mundial.

1.1.1 Educação em Direitos Humanos no mundo

A educação faz parte da vida do ser humano. O ser humano evolui na medida que a educação é inserida em sua vida. Como na vida do ser humano, a educação existe em todas as sociedades. A educação transforma o ser humano que, conseqüentemente, transforma a sociedade. Para Alves (2020), o homem precisa ter a consciência de que é sujeito de sua própria história e deve ser urgente e perceptível que a transformação da sociedade deve ser conduzida pela educação.

No contexto internacional existem vários mecanismos de promoção dos direitos humanos, e, na maioria dos países, a educação é a principal ferramenta tanto na promoção quanto no combate à violação desses direitos. Destaca-se que a própria ONU tem sido uma peça fundamental na criação destes mecanismos, como se vê na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, no artigo 26:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

A inclusão da instrução na DUDH, por si, enaltece a importância da educação em direitos humanos pois esta deverá ser no sentido do desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano através de parâmetros que fortalecem o uso da educação nos mecanismos internacionais de promoção dos direitos humanos.

Todavia, destaca-se que a Conferência Mundial dos Direitos Humanos (1993) promovida pela ONU foi um marco global para a educação em direitos humanos. Após uma assembleia geral (1994) foi promulgada a Resolução 48/184 que previa, através da educação, “construir uma cultura universal de direitos humanos através da transmissão de conhecimentos e competências e da modelação de atitudes”. Normatização que, em dimensões mundiais, desencadeou inúmeras ações nos seus Estados-Membros

Outro marco internacional importante foi o Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos (PMEDH), iniciado em 2005, que de forma distinta da Conferência Mundial dos Direitos Humanos não define uma data de término das ações mas estimula de forma continuada diversas ações na educação em direitos humanos. Neste instrumento normativo foram apontados cinco fatores determinantes para o sucesso do programa: (1) Políticas educacionais; (2) Implementação de políticas; (3) Ambiente de Aprendizagem; (4) Ensino e Aprendizagem e (5) Formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal docente.

Estas ações normativas internacionais influenciaram nações em todos os continentes, criando e fortalecendo mecanismos educacionais na área dos direitos humanos.

1.1.2 Educação em Direitos Humanos no Brasil.

Como membro da ONU e signatário da DUDH, o Brasil tem recepcionado vários documentos internacionais na promoção dos direitos humanos, inclusivé na área

educacional. Contudo, é na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), no seu artigo primeiro, que se percebe de imediato a importância dos direitos humanos:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana (grifo do autor);
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Percebe-se no inciso III que a dignidade da pessoa humana é prevista como direito fundamental, vindo a corroborar com a DUDH. Ressalta-se, ainda, que por esta razão e por outros artigos constitucionais que fortalecem os direitos humanos a Constituição Federal é conhecida como “Constituição Cidadã”. Outro marco constitucional foi a previsão do artigo 205 que assegura: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Estas normas constitucionais emergiram como fundamento para implementação de outras iniciativas na valorização da dignidade humana.

Em 1996, o Ministério da Educação promulga a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que no Art. 3 firmam princípios que estão alinhados com a DUDH e a Constituição Federal.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Para Araújo (2017), a LDB aflora relações primordiais com a EDH quando insere no texto do Art. 3 os incisos IV, X e XI que, no contexto brasileiro, promoveu inúmeras contribuições sociais e balizou os currículos da educação nacional na valorização da dignidade humana.

O Brasil, envolvido nesta visão humanística, global e educacional sobre direitos humanos, através do Ministério da Educação, promulga em dezembro de 1998 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Este conjunto de livros visam apoiar o trabalho das instituições de ensino em diversas áreas mas, principalmente, na elaboração do Projeto Político Pedagógico. Os dez volumes que compõem os PCNs valorizam e estimulam conceitos e práticas pedagógicas na educação em direitos humanos. Todavia, destacam-se os volumes 8 e 10 (Temas Transversais e Pluralidade Cultural), aonde se destaca a transversalidade entre as disciplinas regulares e a educação em direitos humanos.

Candido e Gentilini (2017), entendem que a criação dos PCNs foi um passo importante no que diz respeito à seleção de conteúdos válidos nacionalmente; no entanto, faltava a participação e atuação das escolas na escolha dos conteúdos e das metodologias de ensino e aprendizagem.

A educação em direitos humanos no Brasil fortaleceu-se ao longo do tempo, uma vez que este direito se destaca nos instrumentos jurídicos internacionais, na própria constituição e nas normas educacionais brasileiras. Foi neste sentido que em 2006 surgiu o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), elaborado através de uma parceria entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça. O PNEDH prevê concepções, princípios e ações pragmáticas nas esferas da Educação Básica (1), Educação Superior (2), Educação Não-formal (3),

Educação do Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança (4) e Educação e Mídia (5).

Para Lima (2007), o PNEDH, por se tratar de uma política pública na educação em direitos humanos, constitui um importante documento para o desenvolvimento do país, além de sua abrangência nos espaços da educação não-formal.

No entendimento de Oliveira e Queiroz (2017), o PNEDH valoriza a formação de professores a partir de valores sociais pertinentes aos Direitos Humanos. Por esta razão, a proposta do PEDH coincide com uma política educacional nacional e com a resposta à necessidade que professores brasileiros possuem nessa temática.

A educação em direitos humanos no Brasil emerge como uma mola propulsora alocada dentro das escolas, mas com ações e resultados na comunidade local, fazendo com que os alunos exerçam o conhecimento adquirido explorando-o no seu cotidiano e contexto. Percebe-se que EDH no Brasil acompanha o desenvolvimento da sociedade. À medida que a sociedade brasileira avança com a legislação educacional torna-se necessária a implementação de um novo modelo curricular.

1.2 O Desenvolvimento Curricular

Sem dúvida o currículo vem desenhando-se no percurso da história educacional como uma ferramenta cada vez mais relevante no processo ensino-aprendizagem e numa formação integral cada vez mais especializada e consistente.

Para uma melhor compreensão do currículo é importante que se tenha uma noção basilar de seu conceito. Renomados autores já descreveram o conceito de currículo. Entre os inúmeros conceitos existentes sugerem-se alguns que, de forma resumida, abordam o termo.

- (1)“O Currículo será toda a aprendizagem, planejada e dirigida pela escola para atingir os seus objectivos educacionais” (Tyler, 1949:126-128).

(2)“O Currículo é, essencialmente, um plano para aprendizagem” (Taba, 1962:76).

(3)“O Currículo é uma série estruturada de resultados de aprendizagem que se tem em vista (Johnson, 1977:6).

(4)“O Currículo de uma escola é o conteúdo e o processo formal e informal pelos quais os aprendentes ganham conhecimento e compreensão, desenvolvem aptidões e alteram atitudes, apreciações e valores abaixo dos auspícios daquela escola (Doll 1992:5).

(5)“O Currículo é uma construção social que assume dois pontos de vista: como facto e como prática” (Young 2002:23).

A história do currículo é iniciada a partir da democratização do ensino no início do século XX, nos Estados Unidos, com o filósofo e educador John Dewey, que publicou em 1902 um ensaio intitulado “The child and the curriculum”, o qual culminou nos fundamentos da escola progressista. Todavia, de acordo com Freitas (2000), Franklin Bobbit é reconhecido como o pai do currículo ao publicar seu livro “The curriculum” (1918).

Na compreensão de Goodson (2001), o currículo é profundamente histórico e à medida que este se enquadra nas duas dimensões da História – espaço e tempo – foi-se revelando nas perspectivas ontológica e epistemológica.

Para Young (2014), existem várias linhas de evolução no campo dos estudos curriculares. Contudo, ele considera dois papéis importantes para aqueles que se especializam em currículo: um papel normativo e um papel crítico. O papel normativo refere-se às regras e normas que orientam a elaboração e a prática do currículo. O papel crítico tem por característica o rompimento ou a transformação resultando da análise das premissas, pontos fortes e fracos dos conceitos curriculares tradicionais. É na perspectiva do papel crítico que se norteia esta pesquisa, pois propõe-se consciencializar e estimular

uma mudança educacional através da educação em direitos humanos que, através das práticas pedagógicas, também estimulará uma mudança social.

A proposta do PEDH será baseada no papel crítico, uma vez que a intencionalidade da pesquisa é romper com o padrão atual da educação em direitos humanos e transformar a escola num celeiro de protagonistas sociais. Neste contexto, a pesquisa em epígrafe terá sua perspectiva no papel crítico, pois utilizará normas educativas já existentes na legislação educacional brasileira, valorizando as orientações sobre Educação em Direitos Humanos, a necessidade social do Brasil e, por fim, o ambiente estimulador que existe dentro das escolas.

Essa trajetória de rompimento ou transformação educacional que propõe a pesquisa configura um campo fértil para a valorização e aplicação continuada do desenvolvimento curricular, uma vez que o conteúdo que se pretende utilizar é oriundo de uma necessidade contextual e temporal brasileira.

Assim, alguns conceitos de desenvolvimento curricular são significativos para clarificar esse processo de transformação.

(1) Desenvolvimento curricular é um processo contínuo de estudo e aperfeiçoamento do currículo (Tanner e Tanner, 1980:682).

(2) Desenvolvimento curricular é um processo dinâmico e contínuo que engloba diferentes fases, desde a justificação do currículo à sua avaliação, passando necessariamente pelos momentos de concepção-elaboração e de implementação (Carrilho Ribeiro, 1990:6).

(3) Desenvolvimento curricular consiste em processos vários (técnico, humanístico e artístico) que permitem às escolas e à população escolar realizar certos objectivos educacionais (Ornstein and Hunkins, 2004:195).

Nas definições em epígrafe, existe um consenso entre os autores em relação às características do desenvolvimento curricular, sendo elas: *processos, continuidade e resultados*. Para Gaspar e Roldão (2007), essas características são resultado do currículo em ação que, por sua vez, fazem emergir o desenvolvimento curricular.

Baseado nestas características do desenvolvimento curricular que emergem através do PEDH, a inserção de educação em direitos humanos no contexto escolar de alunos dos 8.º e 9.º anos do ensino fundamental estimula, posteriormente, a mudança dos seus comportamentos no ambiente escolar e na comunidade aonde estão inseridos.

1.3 Orientações curriculares para a EDH como proposta inovadora

Segundo Libâneo (1994, p.16-17) “A educação é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de toda a sociedade”. Desta forma, entende-se que a educação exerce uma influência impactante e transformadora em toda sociedade. É através da educação que a sociedade se molda, se transforma e se reinventa face às necessidades contemporâneas.

No meio de tantas transformações sociais, torna-se salutar e indispensável a compreensão sobre inovação. Para Huberman (1973), existe uma distinção entre “mudança” e “inovação”, sendo que a segunda traz características de voluntária e planejada, e a primeira mais natural e repentina. Neste prisma conceitual sobre inovação insere-se toda a transformação intencional, planejada e metodológica com alterações significativas na sociedade, emergindo e fortalecendo a concepção da educação inovadora que tem o propósito maior de melhorar o processo ensino-aprendizagem. O PEDH tem como característica a intencionalidade explícita de transformar o aluno em protagonista social, contudo, de forma voluntária, planejada e metodológica.

Para os autores Caldwell e Spinks (2013), o termo inovação educacional tem o significado de introduzir algo novo, uma nova ideia ou um novo método relacionado com o

contexto em que se aplica a inovação, ou seja, o que é inovação num contexto pode não ser em outro. O entendimento de Caldwell e Spinks é essencial para a pesquisa e para o desenvolvimento do programa de educação em direitos humanos pois, no contexto mundial e contemporâneo, reforça duas facetas fundamentais: a inovação e a relevância. Tais facetas moldam-se ao perfil histórico e contemporâneo brasileiro.

Mitrulis (2002), aborda que toda a inovação educacional deve ser produzida pelos atores envolvidos no seu cotidiano, os quais devem estimular o protagonismo dos alunos em relação à escola. É nesta compreensão que a escola aparece como ambiente adequado para a aprendizagem e práticas inovadoras e relevantes por parte dos alunos. É neste contexto que no PEDH estimula de forma colaborativa a participação dos alunos, professores, pais e comunidade, partindo de um ambiente favorável – a escola.

É neste sentido que Freire (2003), considera a educação problematizadora como um instrumento capaz de sugerir mudanças e transformar a realidade. Com este entendimento, sugere-se que a Educação em Direitos Humanos seria capaz de habilitar o indivíduo de forma crítica, reflexiva e atuante, capaz de influenciar e transformar as desigualdades sociais, os conflitos culturais e proteger o ser humano de qualquer violação da sua dignidade.

A EDH propõe que todo o cidadão inserido no ambiente de aprendizagem tenha a oportunidade de deixar de ser um sujeito passivo diante das desigualdades sociais e se transforme num sujeito ativo, contribuindo para a sua mudança de postura e para a transformação da sociedade. Para Reis (2016), diante desta problemática social, torna-se necessário que tanto professores como alunos (independentemente da sua idade) se sintam no direito e com a capacidade (o poder) de intervenção social. Esta capacitação passa pelo desenvolvimento de competências de cidadania ativa e pela educação em direitos humanos.

Com a sua natureza resolutiva, inovadora e contemporânea, a EDH depara-se com um ambiente favorável e necessário à sua existência. Além da necessidade de existir, a sua

inserção neste ambiente contemporâneo educacional e social urge como uma expectativa da sociedade brasileira. Desta forma, o PEDH configura-se como uma proposta de inovação em educação, não contrapondo ou rompendo com as metodologias e currículos existentes mas agregando e transformando os conteúdos, metodologias e práticas pedagógicas existentes para alcançar uma melhoria nos resultados pretendidos.

1.4 Transversalidade

Sabe-se que o sistema educacional em diversos países tem-se transformado ao longo dos tempos e que os novos sistemas adotados se baseiam no modelo de ensino construtivista, onde o próprio aluno é protagonista na construção do seu conhecimento.

É neste processo de transformação inovador e intencional que surge a necessidade de temas que tenham o papel de unificar ou ligar todas as disciplinas num eixo que colabora para a formação integral do indivíduo, fortalecendo alguns conceitos e valores básicos ao exercício da cidadania, discutindo questões relevantes e urgentes para a sociedade contemporânea.

Estes temas são conhecidos como temas transversais e que Yus (1998) definem como:

[Os] temas transversais são um conjunto de conteúdos educativos e eixos condutores da atividade escolar que, não estando ligados a nenhuma matéria em particular, pode-se considerar que são comuns a todas, de forma que, mais do que criar disciplinas novas, acha-se conveniente que seu tratamento seja transversal num currículo global da escola. (YUS, 1998, p. 17)

Com a prática da transversalidade no ensino é possível minimizar as sequelas de uma aprendizagem fragmentada durante todo o processo de ensino-aprendizagem.

Entendendo ainda que cada cultura ou comunidade tem os seus conceitos e valores basilares adquiridos e construídos ao longo de sua história, a escola precisa estar atenta às temáticas sociais relevantes no contexto em que se encontra.

No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram elaborados com o foco para respeitar as diversidades regionais, culturais, políticas, e outras, no país, permitindo que cada escola promova o conjunto de conhecimentos necessários para o exercício da cidadania.

De entre os 10 (dez) volumes dos PCNs elaborados pelo Ministério da Educação em 1998, destaca-se o volume 8 (oito) que trata dos Temas Transversais conceituando da seguinte forma:

A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, pois os valores que se quer transmitir, os experimentados na vivência escolar e a coerência entre eles devem ser claros para desenvolver a capacidade dos alunos de intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade. (PCN – Temas Transversais, p. 65)

A relevância da transversalidade na educação não configura em contraponto a interdisciplinaridade, mas considera que são modos de se trabalhar o conhecimento em prol de um propósito educacional.

O tema proposto nesta pesquisa, a educação em direitos humanos, não configura uma disciplina específica, com objetivos e conteúdos próprios. O tema proposto é inserido em diferentes momentos e formas em cada disciplina regular dos anos finais do Ensino Médio.

2 METODOLOGIA

Ao desenvolver um programa sobre educação em direitos humanos para alunos dos 8.º e 9.º anos do Ensino Fundamental no Brasil pretende-se considerar com rigor os aspectos científicos metodológicos. Este trabalho será essencialmente de natureza qualitativa, considerando os resultados objetivos através de inqueridos respondidos pelos participantes. Será de natureza aplicada, pois trata-se de uma carência (problema) existente no contexto brasileiro e educacional. O objetivo da pesquisa é explicar e mostrar uma possibilidade de consciencialização e estímulo para uma mudança social através de procedimentos da investigação-ação.

Por se tratar de uma tarefa inovadora e relevante, exige muito mais que um arcabouço metodológico tradicional. Para tal desenvolvimento é essencial que durante o percurso sejam articuladas ações intervencionistas e colaborativas para o resultado esperado. O PEDH terá uma base teórica fundamentada em documentos normativos internacionais e nacionais, e propõe de forma transversal uma intervenção curricular nas disciplinas existentes. O Programa também terá a participação de atores que atuam diretamente na formação integral dos alunos dessa faixa etária (diretores, professores e especialistas em direitos humanos).

Durante toda as fases da pesquisa foram respeitados os procedimentos éticos, tendo-se informado aos participantes dos objetivos da investigação e dos direitos dos participantes, além do cumprimento das normas éticas brasileiras aonde foram realizadas as coletas de dados. O projeto de investigação, bem como todos as questões de ordem ética, foram submetidas à apreciação da Comissão de Ética do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, que considerou que os princípios éticos para a investigação foram respeitados.

2.1 Metodologia Design-Based Research (DBR)

Diante das características elencadas, da necessidade de uma pesquisa mais aplicada e que entrelace todos os aspectos de uma pesquisa científica é imprescindível que se utilize uma metodologia que vá muito além das metodologias tradicionais.

Para Matta, Silva e Boaventura (2014), a metodologia Design-Based Research (DBR), distingue-se por ser uma inovadora abordagem de investigação que reúne as vantagens das metodologias qualitativas e das quantitativas, focando no desenvolvimento de aplicações que possam ser realizadas e integradas nas práticas sociais comunitárias.

A Design-Based Research (DBR), é uma metodologia de pesquisa que desenvolve uma avaliação formativa dos resultados ao longo do processo e que propõe desconsiderar o impasse entre a pesquisa qualitativa e quantitativa, tendo em vista a possibilidade de obter os dois resultados, conceito este definido por Barab e Squire (2004), entendido como uma sequência de procedimentos de investigação aplicados à investigação conceitual ou de práticas pedagógicas que sejam úteis em processos de ensino-aprendizagem.

Neste momento é importante a compreensão da metodologia DBR que, segundo Matta, Silva e Boaventura (2014), se propõe superar a dicotomia e a discussão sobre pesquisa qualitativa ou quantitativa, não encontrando mais sentido em separar estas duas formas e nem em investir em demasia nesta diferença.

Ainda de acordo com Mckenney e Reeves (2012), estes autores destacam 5 (cinco) características da DBR: teoricamente orientada, intervencionista, colaborativa, fundamentalmente responsiva e interativa.

Para Mesquita, Brockington, Testoni¹ e Studart (2021), uma característica importante da metodologia DBR é o foco nos resultados e objetivos, sendo necessário que os pesquisadores devem realizar uma intervenção com intuito de transformar uma situação ou panorama educacional.

Neste sentido, a metodologia escolhida foi a investigação baseada em design, Design-Based Research (DBR), considerando que esta metodologia se molda às características de uma pesquisa educacional, além de ser mais adequada para a obtenção dos resultados pretendidos, atendendo ao seu caráter processual, intervencionista e inovador, que permitirá projetar, construir, desenvolver, avaliar e, sempre que necessário, propor melhorias para todos os participantes do PEDH.

2.2 Desenvolvimento da pesquisa

Durante o desenvolvimento da pesquisa o estudo será estruturado em cinco fases conforme o esquema seguinte.

Figura 1
Fases da pesquisa



Fonte: autoria própria

2.2.1 Seleção de conteúdo.

Na primeira fase realizou-se a seleção e compilação de documentos normativos internacionais e nacionais sobre direitos humanos, além do referencial teórico referenciado. Nesta fase, foi necessária uma vasta e criteriosa pesquisa sobre o tema, uma vez que a temática em direitos humanos abrange várias ramificações, o que demandou um esforço para se fixar na vertente da educação em direitos humanos.

Outra tarefa essencial nesta fase foi especificar o que a BNCC orientava como objetos de conhecimento e habilidades para cada disciplina no ano específico, alinhando estes com os novos conteúdos sugeridos pelo programa e, ainda, a compilando os documentos normativos educacionais vigentes (que, muitas vezes, são desconhecidos pela maioria dos professores), como os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

A compilação da legislação educacional não se limitou apenas em construir o PDEH, mas também se preocupou em obter uma resposta para o problema da pesquisa – “quais deverão ser as características de um Programa de Educação para os Direitos Humanos destinado aos alunos dos 8.º e 9.º anos do Ensino Fundamental brasileiro”. Nesta fase, tornou-se imprescindível o contributo de Asti Vera (1979), segundo o qual no início de uma pesquisa, o que propulsiona um estudo é o problema, pois sem ele não há razão para realizar a pesquisa.

2.2.2 Construção do protótipo.

Na fase a seguir (segunda), já com todo conteúdo selecionado e compilado, foi criado um protótipo do PEDH alinhando o previsto na BNCC, com os parâmetros curriculares nacionais (Pluralidade Cultural e Temas Transversais), no plano nacional de educação em direitos humanos e com as diretrizes nacionais para educação em direitos humanos.

Durante toda a construção do protótipo dedicou-se uma atenção especial paracompilar e explicitar todos os documentos essenciais destinados ao professor independente da área de atuação (disciplina), facilitando a sua compreensão e fundamentação sobre a educação em direitos humanos face à legislação brasileira.

Logo em seguida, sugeriu-se ao professor conteúdo, metodologia e atividade voltados à educação em direitos humanos de forma transversal aos conteúdos previstos na BNCC. Ressalta-se que a ênfase na transversalidade é devida à previsão de abordagens em assuntos desta tendência conforme configurado nos parâmetros curriculares nacionais.

Por fim, sabe-se que o professor brasileiro não possui a flexibilidade de escolha do conteúdo curricular e que necessariamente precisa seguir o previsto na BNCC. Por essa razão, o protótipo foi construído utilizando os objetos de conhecimento e as habilidades previstas para cada ano correspondente mas utilizando a educação em direitos humanos de forma transversal, uma vez que esta temática não está inserida explicitamente na lista de temas transversais. Esta inserção de conteúdo, bem como a forma que se propõe, enquadra-se com o pensamento de Huberman (1973) que defende que a inovação se deve caracterizar de forma voluntária e planejada.

2.2.3 Fase de análise e avaliação.

Na terceira fase, o protótipo do PEDH foi encaminhado num primeiro momento aos diretores, professores e especialistas em direitos humanos para conhecimento e análise.

Num segundo momento foi encaminhado um questionário para todos os participantes, sendo um questionário específico para diretores e professores e outro para especialistas em direitos humanos.

Nesta fase participaram voluntariamente 05 (cinco) instituições de ensino, em três cidades distintas do Estado de Minas Gerais, 01 (uma) escola privada, 02 (duas) escolas públicas estaduais e 02 (duas) escolas públicas municipais. Em cada escola foi acordado o envolvimento de no mínimo 10 (dez) participantes, que inclui 01 (um) diretor/coordenador e 09 (nove) professores, tendo a participação de 01 (um) professor por disciplina regular (Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Artes, Matemática, Geografia, História, Ciências, Educação Física e Ensino Religioso).

O protótipo do programa também foi encaminhado para alguns especialistas em direitos humanos, dos quais 05 (cinco) se prontificaram a participar. Estes especialistas também são professores mas com capacitação e vasta experiência na área de educação em direitos humanos.

Encaminhado o protótipo, foi definido um período para leitura e análise, sendo acordado por todo em 30 (trinta) dias. Após análise do programa houve diversas discussões por 15 (quinze) dias, sendo utilizado contatos pessoais, conversas por redes sociais e troca de informações por correio eletrônico. Somente após o período de análise e discussão, alargado a todos os participantes, foi encaminhado um inquérito através de questionário para avaliação e coleta de sugestões. Relativamente à metodologia, foi trabalhada com os especialistas apenas por correio eletrônico devido à distância e disponibilidade dos envolvidos (outros estados brasileiros e no exterior).

2.2.4 Fase de recolha e análise de dados.

Após análise do protótipo, iniciou-se a quarta fase, a recolha de dados, com a intencionalidade de confirmar o problema e buscar respostas para as questões de investigação.

A investigação na atualidade “é menos quantitativa versus qualitativa e mais sobre como as práticas de pesquisa se posicionam em algum lugar em uma linha contínua entre as duas,” (CRESWELL, 2007, p. 22), sendo uma característica peculiar da metodologia DBR. Ainda por definição, um inquérito tem como propósito interrogar um determinado número de pessoas, gerando um conjunto de discursos individuais (Ghiglione & Matalon, 2005). Esclarecendo, Bell (1993) refere que as questões existentes no inquérito devem ser as mesmas para todos os inquiridos e, preferencialmente, nas mesmas circunstâncias, para que o investigador possa, em grupos específicos, descrever, comparar, relacionar e demonstrar determinadas características.

Sabe-se que o inquérito é uma das técnicas de recolha de dados, sendo a forma mais utilizada através de questionários. Os questionários são constituídos por um conjunto de questões que são respondidas por escrito e o seu principal objetivo é permitir ao investigador inquirir um número elevado de sujeitos, de forma “a converter a informação obtida (...) em dados pré-formatados” (Afonso, 2005, p. 101).

Tendo como pontos importantes os objetivos da pesquisa, o tipo de pesquisa, a metodologia escolhida (DBR) e as questões da investigação, aliado às adversidades no percurso tempo e distância entre as escolas, optou-se pela utilização do inquérito por questionário (um para diretores e professores e outro para especialistas em direitos humanos) como técnica de recolha de dados.

Outro momento importante nesta fase foi a análise dos dados. De acordo com Minayo (1994), a fase de análise pressupõe três finalidades: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural do qual faz parte. É neste entendimento que o pesquisador apoiará a análise dos dados coletados.

2.2.5 Otimização do programa.

Na fase subsequente (quinta fase), depois de analisados os dados e avaliadas as sugestões dos participantes, o intuito foi utilizar dos dados e as sugestões obtidas para implementar melhorias no protótipo do PEDH.

Por fim, de forma intencional e planejada, formatada dentro da metodologia escolhida, toda a pesquisa foi desenvolvida com ênfase na avaliação e melhoria dos resultados ao longo do processo de forma formativa.

De acordo com Mckenney e Reeves (2012), a metodologia DBR tem como característica o fato de ser construída através de um processo colaborativo entre os

pesquisadores, os atores atuantes e a comunidade escolar. É também de acordo com a referida característica que na fase de otimização e construção do PEDH houve a participação do pesquisador e dos diretores, professores e especialistas em direitos humanos.

3 PROTÓTIPO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

3.1 Princípios orientadores do programa

Diante do problema em epígrafe e das questões de investigação, um dos princípios orientadores no desenvolvimento do protótipo foi a utilização de um mapeamento sistemático, uma vez que segundo Kitchenham e Charters (2007), um estudo secundário tem como objetivo identificar e classificar a pesquisa relacionada com um tópico amplo de pesquisa.

Outro princípio norteador no desenvolvimento do protótipo foi compilar todos os documentos educacionais sobre educação em direitos humanos já existentes na legislação brasileira, de forma a garantir a sua credibilidade normativa. Também é importante ressaltar que outro princípio fundamental é que a implementação de conteúdo curricular não contraria o previsto na BNCC, uma vez que o objeto de conhecimento é apresentado de forma transversal conforme orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998).

3.2 Finalidades

A finalidade do protótipo foi apresentar aos diretores, professores e especialistas em direitos humanos uma proposta que abarcasse uma solução para o problema e respostas práticas para as questões da investigação. Além da apresentação de uma proposta, o protótipo tem por objetivo promover a participação de atores que atuam diretamente na temática, como diretores, professores e especialistas em direitos humanos, os quais já teriam em mãos uma proposta bem estruturada que facilitaria a análise, a avaliação e a proposta de sugestões.

Neste momento, percebe-se através do protótipo que tanto o investigador como os participantes teriam em comum um ponto de partida e um propósito e que, ao longo do processo, trabalhariam juntos para a melhoria do programa.

3.3 Conteúdos

Quanto aos conteúdos inseridos no protótipo, inicia-se o seu levantamento com a compilação de todos os documentos normativos já existentes e com as orientações curriculares previstas na BNCC, de forma organizada e mais visível.

Em seguida, são sugeridos alguns assuntos relevantes dentro da temática em direitos humanos que de forma transversal dialogam com os conteúdos curriculares previstos para cada ano. Os assuntos sugeridos formam uma ideia basilar sobre educação em direitos humanos. Estes conhecimentos são ensinados e divulgados por diversos mecanismos de defesa dos direitos humanos como a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Brasil), Associação Pró Direitos Humanos (Peru), Amnistia Internacional (Portugal) e United for Human Rights (EUA), além da Unesco (Paris).

Os conteúdos sugeridos de forma transversal aos previstos na BNCC seguem uma linha de identificação aproximada em cada disciplina regular, como sugere o quadro:

Quadro 1

Temas sobre Direitos Humanos relacionados à disciplina

DISCIPLINA	8º Ano	9º Ano
Escola	A Escola e a Educação em Direitos Humanos	Práticas Pedagógicas sobre Direitos Humanos
Língua Portuguesa	Preconceito e discriminação: uma violência contra a dignidade humana	Direitos Humanos e os Grupos Vulneráveis
Artes	O Brasil e sua diversidade cultural	O mundo e sua diversidade cultural
Educação Física	Saúde física e mental para promoção da paz	Jogos Olímpicos na promoção da paz e do respeito
Língua Inglesa	Because everybody has the right for education	Bullying: disrespect for human dignity
Matemática	Orçamento familiar: compreensão e participação	Direitos Humanos nas políticas públicas
Ciências	Prevenção de DST e Direitos Humanos	Preservação da biodiversidade e os Direitos Humanos
Geografia	Organizações brasileiras e a garantia pelos DH	Organizações Internacionais e a garantia pelos DH
História	Caminhada histórica rumo aos Direitos Humanos	Direitos Humanos uma conquista histórica
Ensino Religioso	Diálogo e Respeito contra a intolerância religiosa	Projetos de vida com princípios e valores éticos
	20 horas	20 horas

3.4 Metodologia

Para cada ano letivo sugerem-se 10 (dez) lições sobre Direitos Humanos, sendo 01 (uma) lição para cada disciplina de forma transversal e com fundamentação na legislação educacional brasileira. Em cada disciplina o programa propõe que o professor desenvolva a lição em 03 (três) momentos de 40 (quarenta) minutos (M1 em sala, M2 em pesquisa e M3 em sala), totalizando 02 (duas) horas por disciplina. Ao final do ano letivo seriam 20 (vinte) horas de estudos em Direitos Humanos. Ressalta-se que, ao final dos dois anos letivos, o aluno realizaria 40 (quarenta) horas, sendo o conhecimento adquirido equivalente a um curso básico sobre DH.

3.5 Possíveis atividades

As atividades sugeridas são diversas, orientadas para a utilização de metodologias ativas, onde o aluno configure como personagem principal e corresponsável pelo processo de aprendizagem. No programa sugere-se que, após uma breve explanação do conteúdo pelo professor, o aluno seja estimulado a realizar pesquisa e a produzir conhecimento de maneira autônoma e participativa.

Para cada assunto propõe-se uma atividade diferente com o intuito de valorizar a pesquisa, a construção de conhecimento e a colaboração de outros (pares, familiares e comunidade).

3.6 Apresentação do protótipo do PEDH

O protótipo contém uma parte composta por documentos normativos norteadores e outra parte por sugestões de conteúdo, metodologia e atividades. Algumas disciplinas contêm ainda referência a material complementar.

Adiante será apresentado o protótipo com o conteúdo e formatação que foi enviado aos participantes.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PEDH

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)		PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
Componente Curricular (Disciplina)	O Ensino Fundamental no contexto da Educação Básica				
A ESCOLA	<p>Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Nesse sentido, também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação (pág 60).</p> <p>Todo esse quadro impõe à escola desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações. É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais (pág 61).</p> <p>Além disso, e tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola (pág 61).</p> <p>Nessa direção, no Ensino Fundamental – Anos Finais, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social (pág 62).</p>	<p>A escola deve ser local de aprendizagem de que as regras do espaço público permitem a coexistência, em igualdade, dos diferentes. O trabalho com Pluralidade Cultural se dá a cada instante, exige que a escola alimente uma “Cultura da Paz”, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos e na noção de cidadania compartilhada por todos os brasileiros. O aprendizado não ocorrerá por discursos, e sim num cotidiano em que uns não sejam “mais diferentes” do que os outros. (pág 117)</p> <p>Reconhecer essa complexidade que envolve a problemática social, cultural e étnica é o primeiro passo. A escola tem um papel fundamental a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é um espaço em que pode se dar a convivência entre estudantes de diferentes origens, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada um conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. (pág 123)</p>	<p>Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. (pág 5)</p> <p>A realização do acolhimento e da socialização dos alunos pressupõe o enraizamento da escola na comunidade. A interação entre equipe escolar, alunos, pais e outros agentes educativos possibilita a construção de projetos que visam a melhor e mais completa formação do aluno. A separação entre escola e comunidade fica demarcada pelas atribuições e responsabilidades e não pela realização de um projeto comum. (pág 43)</p>	<p>Assim, a educação em direitos humanos deve abarcar questões concernentes aos campos da educação formal, à escola, aos procedimentos pedagógicos, às agendas e instrumentos que possibilitem uma ação pedagógica conscientizadora e libertadora, voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa. Não é apenas na escola que se produz e reproduz o conhecimento, mas é nela que esse saber aparece sistematizado e codificado. Ela é um espaço social privilegiado onde se definem a ação institucional pedagógica e a prática e vivência dos direitos humanos. Nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas. (pág 29)</p>	<p>Art. 10. Os sistemas de ensino e as instituições de pesquisa deverão fomentar e divulgar estudos e experiências bem sucedidas realizados na área dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos.</p> <p>Art. 11. Os sistemas de ensino deverão criar políticas de produção de materiais didáticos e paradidáticos, tendo como princípios orientadores os Direitos Humanos, e por extensão, a Educação em Direitos Humanos.</p>
<p>SUGESTÃO DE CONTEÚDO/METODOLOGIA/ ATIVIDADE: A Escola e a Educação em Direitos Humanos</p> <p>1º PASSO: A Escola, através de sua direção, no início do ano letivo, numa reunião com os professores de todas as disciplinas do Ensino Fundamental II (Anos Finais) e apresentará o Programa de Educação em Direitos Humanos (PEDH) para os alunos do 8º e 9º Anos como proposta de um projeto pedagógico numa concepção de Educação Integral (https://educacaointegral.org.br/conceito/), estimulando cada professor que o sucesso do programa se faz com a colaboração de todos. O Programa é constituído por duas fases: uma fase teórica (conhecimentos em Direitos Humanos) e outra prática (práticas pedagógicas em Direitos Humanos).</p> <p>2º PASSO: A Escola, através da sua direção, poderá convidar um especialista em Direitos Humanos para explicar aos alunos do 8º e 9º Anos e professores: (1) O que são Direitos Humanos, (2) para que servem os Direitos Humanos, (3) instrumentos legais na garantia dos Direitos Humanos e (4) como exercer os Direitos Humanos. Este especialista palestrante terá o foco que o público alvo são adolescentes do Ensino Fundamental.</p> <p>3º PASSO: A Escola, através da sua direção, após palestra com especialista incentivará a formação de uma Comissão de Direitos Humanos da Escola (CDHE) com representante dos professores, pais e/ou responsáveis e alunos para discutir e planejar práticas pedagógicas com a finalidade de estimular ações humanitárias dentro da escola. Sugestão de composição da CDHE: 02 (dois) professores, 02 (dois) pais e/ou responsáveis, 03 (três) alunos do 8º Ano e 03 (três) alunos do 9º Ano. Em todos os anos surgiria a oportunidade de incluir na Comissão 03 (três) novos alunos, uma vez que os participantes do 9º Ano já não estarão na escola e os alunos que eram do 8º Ano permaneceriam na Comissão. A Comissão poderia realizar atividades de promoção aos Direitos Humanos dentro da escola (valorização da vida, respeito a dignidade humana, bullying, preconceito, discriminação e divulgação de direitos e deveres dentro da escola).</p>					

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PEDH

8.º Ano – Ensino Fundamental II	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)				PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
	Componente Curricular (Disciplina)	Unidades Temática	Objeto do Conhecimento	Habilidades	A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. (pág 7 – Introdução)	A arte é um conhecimento que permite a aproximação entre indivíduos, mesmo os de culturas distintas, pois favorece a percepção de semelhanças e diferenças entre as culturas, expressas nos produtos artísticos e concepções estéticas, em um plano diferenciado da informação discursiva. (pág 488)	14. apoiar expressões culturais cidadãs presentes nas artes e nos esportes, originadas nas diversas formações étnicas de nossa sociedade; 15. favorecer a valorização das expressões culturais regionais e locais pelos projetos político-pedagógicos das escolas; 16. dar apoio ao desenvolvimento de políticas públicas destinadas a promover e garantir a educação em direitos humanos às comunidades quilombolas e aos povos indígenas, bem como às populações das áreas rurais e ribeirinhas, assegurando condições de ensino e aprendizagem adequadas e específicas aos educadores e educandos; (pág 34)	Art. 3º - A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
	ARTES	Artes Visuais	Processos de criação (pág 206)	(EF69AR06) Desenvolver processos de criação em artes visuais, com base em temas ou interesses artísticos, de modo individual, coletivo e colaborativo, uso de materiais, instrumentos e recursos convencionais, alternativos e digitais. (pág 207)				
		Dança	Contextos e práticas (pág 206)	(EF69AR09) Pesquisar e analisar diferentes formas de expressão, representação e encenação da dança, reconhecendo e apreciando composições de dança de artistas e grupos brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas. (pág 207)				
		Música	Processos de criação (pág 208)	(EF69AR23) Explorar e criar improvisações, composições, arranjos, jingles, trilhas sonoras, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos acústicos ou eletrônicos, convencionais ou não convencionais, expressando ideias musicais de maneira individual, coletiva e colaborativa. (pág 209)				
		Teatro	Contextos e práticas (pág 208)	(EF69AR24) Reconhecer e apreciar artistas e grupos de teatro brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas, investigando os modos de criação, produção, divulgação, circulação e organização da atuação profissional. (pág 209)				
		Artes Integradas	Patrimônio cultural (pág 210)	(EF69AR34) Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, e favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas. (pág 211)				
SUGESTÃO DE CONTEÚDO/METODOLOGIA/ATIVIDADE: O Brasil e sua diversidade cultural								
<p>(M1) O professor abordaria a grandeza cultural do Brasil e sua diversidade cultural. A divisão geográfica do Brasil reforça que temos 05 (cinco) regiões com culturas distintas e bem marcantes. Através de um mapa do Brasil mostraria as cinco regiões do Brasil ressaltando algumas características culturais de cada região. Com o intuito de tentar preservar a riqueza da diversidade cultural dos países, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) criou a "Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural".</p> <p>(M2) O professor organizaria a turma em 05 (cinco) grupos, sendo que cada grupo pesquisaria "em casa" através de recursos digitais sobre: (1) uma característica cultural (artes visuais, dança, música, teatro e artes integradas) da região selecionada; (2) produzirá um relato sobre a existência de outras nacionalidades na região pesquisada; (3) abordará a influência de outras etnias na característica cultural da região.</p> <p>(M3) O professor em data agendada permitiria que cada grupo apresente de forma oral a expressão artística pesquisada (participação coletiva). Logo após o grupo demonstraria para os demais alunos uma apresentação cultural da região selecionada. https://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-diversidade-cultural-no-brasil.htm</p>								

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PEDH

8.º Ano – Ensino Fundamental II	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)			PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	
	Componente Curricular (Disciplina)	Unidades Temática	Objeto do Conhecimento	Habilidades	<p>A diversidade marca a vida social brasileira. Diferentes características regionais e manifestações de cosmologias ordenam de maneiras diferenciadas a apreensão do mundo, a organização social nos grupos e regiões, os modos de relação com a natureza, a vivência do sagrado e sua relação com o profano. O campo e a cidade propiciam às suas populações vivências e respostas culturais diversas, que implicam ritmos de vida, ensinamentos de valores e formas de solidariedade distintas. (pág 125)</p> <p>Por sua vez, o conceito de etnia substitui com vantagens o termo “raça”, já que tem base social e cultural. “Etnia” ou “grupo étnico” designa um grupo social que se diferencia de outros por sua especificidade cultural. Atualmente o conceito de etnia estende-se a todas as minorias que mantêm modos de ser distintos e formações que se distinguem da cultura dominante. (pág 132)</p>	<p>A Educação Física, dentro do que se propõem nos Parâmetros Curriculares Nacionais, é a área do conhecimento que introduz e integra os alunos na cultura corporal do movimento, com finalidades de lazer, de expressão de sentimentos, afetos e emoções, de manutenção e melhoria da saúde.</p> <p>Para tanto, rompe com o tratamento tradicional dos conteúdos que favorece os alunos que já têm aptidões, adotando como eixo estrutural da ação pedagógica o princípio da inclusão, apontando para uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social e da afirmação de valores e princípios democráticos. (pág 62)</p>	<p>Propor ações fundamentadas em princípios de convivência, para que se construa uma escola livre de preconceitos, violência, abuso sexual, intimidação e punição corporal, incluindo procedimentos para a resolução de conflitos e modos de lidar com a violência e perseguições ou intimidações, por meio de processos participativos e democráticos;</p> <p>Apoiar ações de educação em direitos humanos relacionadas ao esporte e lazer, com o objetivo de elevar os índices de participação da população, o compromisso com a qualidade e a universalização do acesso às práticas do acervo popular e erudito da cultura corporal; (pág 35)</p>	<p>Art. 7º A inserção dos conhecimentos concernentes a Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas:</p> <p>I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;</p> <p>II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;</p> <p>III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaidade.</p>
	EDUCAÇÃO FÍSICA	- Esportes	Esportes de rede/parede, Esportes de campo e taco, Esportes de invasão e Esportes de combate (pág 236)	(EF89EF05) Identificar as transformações históricas do fenômeno esportivo e discutir alguns de seus problemas (doping, corrupção, violência etc.) e a forma como as mídias os apresentam. (EF89EF06) Verificar locais disponíveis na comunidade para a prática de esportes e das demais práticas corporais tematizadas na escola, propondo e produzindo alternativas para utilizá-los no tempo livre. (pág 237)				
		- Ginásticas	Ginástica de condicionamento físico e Ginástica de conscientização corporal (pág 236)	(EF89EF09) Problematizar a prática excessiva de exercícios físicos e o uso de medicamentos para a ampliação do rendimento ou potencialização das transformações corporais. (pág 237)				
		- Lutas	Lutas do mundo (pág 238)	(EF89EF16) Experimentar e fruir a execução dos movimentos pertencentes às lutas do mundo, adotando procedimentos de segurança e respeitando o oponente. (EF89EF18) Discutir as transformações históricas, o processo de esportivização e a midiaticização de uma ou mais lutas, valorizando e respeitando as culturas de origem. (pág 239)				
- Práticas corporais de aventura		Práticas corporais de aventura na natureza (pág 238)	(EF89EF21) Identificar as características (equipamentos de segurança, instrumentos, indumentária, organização) das práticas corporais de aventura na natureza, bem como suas transformações históricas. (pág 239)					
<p>SUGESTÃO DE CONTEÚDO/METODOLOGIA/ATIVIDADE: Saúde física e mental para promoção da paz</p> <p>(M1) O professor abordaria sobre a importância da educação física e ao esporte, ressaltando que sua prática é um direito fundamental de todos, sendo essenciais para o pleno desenvolvimento da sua personalidade, melhoria da saúde e promoção da paz entre os povos, de acordo com a Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO. O professor faria uma breve explanação sobre a importância de cuidar da saúde física e saúde mental. Relatos científicos apontam que a prática regular de exercícios físicos colabora para a melhoria da saúde mental.</p> <p>(M2) O professor incentivaria que cada aluno pesquise “em casa” através de recursos digitais e (1) escolha um esporte que lhe agrada; (2) relate, na sua opinião, 03 (três) benefícios deste esporte para a saúde (física e mental), (3) como este esporte pode colaborar na promoção da paz entre os povos, e (4) relate um fato/notícia que este esporte promoveu uma ação humanitária no Brasil ou no mundo.</p> <p>(M3) O professor em data agendada deixaria que cada aluno relate de forma oral sua pesquisa e resultados para toda a turma. Dependendo do tamanho da turma o professor poderia realizar esta dinâmica em momentos distintos.</p> <p>https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216489_por (Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO)</p>								

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PEDH

8.º Ano – Ensino Fundamental II	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)				PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
	Componente Curricular (Disciplina)	Unidades Temática	Objeto do Conhecimento	Habilidades				
LÍNGUA INGLESA	- Eixo da Oralidade	Compreensão de textos orais, multimodais, de cunho informativo/jornalístico (pág 256)	(EF08LI03) Construir o sentido global de textos orais, relacionando suas partes, o assunto principal e informações relevantes. (pág 257)	<p>Conhecer a existência do uso de outras línguas diferentes da Língua Portuguesa, idioma oficial, significa não só ampliação de horizontes, como também compreensão da complexidade do país. A escola tem a possibilidade de trabalhar com esse panorama rico e complexo, referindo-se à existência, estrutura e uso de centenas de línguas.</p> <p>Pode, com isso, além de oferecer informações e possibilitar reflexões sobre a língua materna, promover a compreensão de como se constituem identidades e singularidades de diferentes povos e etnias, considerando as diferentes línguas (o bilinguismo e o multilinguismo) e linguagens⁷ presentes nas diversas regiões do Brasil e de outros países. (pág 19 ou 113)</p>	<p>A aprendizagem de Língua Estrangeira é uma possibilidade de aumentar a percepção do aluno como ser humano e como cidadão. Por isso, ela vai centrar-se no engajamento discursivo do aluno, ou seja, em sua capacidade de se engajar e engajar outros no discurso, de modo a poder agir no mundo social. Para que isso seja possível é fundamental que o ensino de Língua Estrangeira seja balizado pela função social desse conhecimento na sociedade brasileira. Os conteúdos de Língua Estrangeira se articulam com os temas transversais, pela possibilidade que a aprendizagem de línguas traz para a compreensão das várias maneiras de se viver a experiência humana. (pág 63)</p>	<p>O processo de construção da concepção de uma cidadania planetária e do exercício da cidadania ativa requer, necessariamente, a formação de cidadãos(as) conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da materialidade das normas e pactos que os(as) protegem, reconhecendo o princípio normativo da dignidade humana, englobando a solidariedade internacional e o compromisso com outros povos e nações. A mobilização global para a educação em direitos humanos está imbricada no conceito de educação para uma cultura democrática, na compreensão dos contextos nacional e internacional, nos valores da tolerância, da solidariedade, da justiça social e na sustentabilidade, na inclusão e na pluralidade. (pág 23 e 24)</p>	<p>Art. 5º A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário. § 1º Este objetivo deverá atuar os sistemas de ensino e suas instituições no que se refere ao planejamento e ao desenvolvimento de ações de Educação em Direitos Humanos adequadas às necessidades, às características biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e seus contextos. § 2º Os Conselhos de Educação definirão estratégias de acompanhamento das ações de Educação em Direitos Humanos.</p>	
	- Eixo da Leitura	Leitura de textos de cunho artístico/literário (pág 256)	(EF08LI06) Apreciar textos narrativos em língua inglesa (contos, romances, entre outros, em versão original ou simplificada), como forma de valorizar o patrimônio cultural produzido em língua inglesa. (EF08LI07) Explorar ambientes virtuais e/ou aplicativos para acessar e usufruir do patrimônio artístico literário em língua inglesa. (pág 257)					
	- Eixo da Escrita	Produção de textos escritos com mediação do professor/colegas (pág 256)	(EF08LI11) Produzir textos (comentários em fóruns, relatos pessoais, mensagens instantâneas, tweets, reportagens, histórias de ficção, blogues, entre outros), com o uso de estratégias de escrita (planejamento, produção de rascunho, revisão e edição final), apontando sonhos e projetos para o futuro (pessoal, da família, da comunidade ou do planeta). (pág 257)					
	- Eixo do Conhecimento Linguístico	Construção de repertório lexical (pág 258)	(EF08LI17) Empregar, de modo inteligível, os pronomes relativos (who, which, that, whose) para construir períodos compostos por subordinação. (pág 259)					
	Eixo da Dimensão Intercultural	Construção de repertório artístico-cultural (pág 258)	(EF08LI18) Construir repertório cultural por meio do contato com manifestações artístico-culturais vinculadas à língua inglesa (artes plásticas e visuais, literatura, música, cinema, dança, festividades, entre outros), valorizando a diversidade entre culturas. (pág 259)					
	<p>SUGESTÃO DE CONTEÚDO/METODOLOGIA/ATIVIDADE: Because everybody has the right for education</p> <p>(M1) O professor abordaria com os alunos o tema Direitos Humanos (Human Rights), ressaltando a importância da língua inglesa na comunicação globalizada (língua global) entre pessoas, nações e povos. Diversos órgãos internacionais estão recebendo denúncias e tomam providências contra violações dos Direitos Humanos em todo o mundo. Conduziria a turma a leitura e compreensão da biografia de Malala Yousafzai, ativista que lutou pela educação das meninas em seu país (https://www.biography.com/activist/malala-yousafzai);</p> <p>(M2) O professor incentivar que cada aluno (1) pesquise “em casa” através de recursos digitais textos em inglês sobre a importância da educação na luta pelos Direitos Humanos, (2) produziria um texto (na língua inglesa) relatando sua opinião sobre educação e Direitos Humanos, baseada em sua pesquisa (entrega agendada)</p> <p>(M3) O professor em data agendada deixará que 05 (cinco) alunos, de forma voluntária, relate de forma oral (inglês) sua pesquisa para toda a turma.</p> <p>Obs.: Se possível, os alunos realizariam a leitura do Artigo 26 da DUDH na língua inglesa. https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-10/comunicacao-reconhecimento-como-direito-humano-fundamental-recente</p>							

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PEDH

8.º Ano – Ensino Fundamental II	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)				PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
	Componente Curricular (Disciplina)	Unidades Temática	Objeto do Conhecimento	Habilidades				
MATEMÁTICA	- Números	Porcentagens (pág 312)	(EF08MA04) Resolver e elaborar problemas, envolvendo cálculo de porcentagens, incluindo o uso de tecnologias digitais. (pág 313)	<p>ados estatísticos sobre a população brasileira conforme distribuição regional, densidade demográfica, em relação com dados como renda per capita, PIB per capita, fornecem um quadro informativo de como se vive no Brasil. Juntamente com informações provenientes de levantamentos feitos pelos próprios alunos (via correspondência, imprensa etc.), significarão a possibilidade de um conhecimento mais adequado sobre o Brasil e oportunidade, nas séries finais, de debates acerca de políticas públicas alternativas que beneficiem a vida da população. (pág 134)</p>	<p>Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de Matemática constituem um referencial para a construção de uma prática que favoreça o acesso ao conhecimento matemático que possibilite de fato a inserção dos alunos como cidadãos, no mundo do trabalho, das relações sociais e da cultura. A Matemática também faz parte da vida das pessoas como criação humana, ao mostrar que ela tem sido desenvolvida para dar respostas às necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e aqui leva-se em conta a importância de se incorporar ao seu ensino os recursos das Tecnologias da Comunicação. (pág 59)</p>	<p>O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos estimula a produção de informação e conhecimento:</p> <p>a) Promover a produção e disseminação de dados e informações sobre educação em direitos humanos por diversos meios, de modo a sensibilizar a sociedade e garantir acessibilidade às pessoas com deficiências 14;</p> <p>b) publicizar os mecanismos de proteção nacionais e internacionais;</p> <p>c) estimular a realização de estudos e pesquisas para subsidiar a educação em direitos humanos;</p> <p>d) incentivar a sistematização e divulgação de práticas de educação em direitos humanos. (pág 26)</p>	<p>Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.</p>	
	- Álgebra	Sistema de equações polinomiais de 1º grau: resolução algébrica e representação no plano cartesiano (pág 312)	(EF08MA08) Resolver e elaborar problemas relacionados ao seu contexto próximo, que possam ser representados por sistemas de equações de 1º grau com duas incógnitas e interpretá-los, utilizando, inclusive, o plano cartesiano como recurso. (pág 313)					
	- Geometria	Construções geométricas: ângulos de 90°, 60°, 45° e 30° e polígonos regulares (pág 314)	(EF08MA16) Descrever, por escrito e por meio de um fluxograma, um algoritmo para a construção de um hexágono regular de qualquer área, a partir da medida do ângulo central e da utilização de esquadros e compasso. (pág 315)					
	- Grandezas e medidas	Área do círculo e comprimento de sua circunferência (pág 314)	(EF08MA19) Resolver e elaborar problemas que envolvam medidas de área de figuras geométricas, utilizando expressões de cálculo de área (quadriláteros, triângulos e círculos), em situações como determinar medida de terrenos. (pág 315)					
	- Probabilidade e estatísticas	Gráficos de barras, colunas, linhas ou setores e seus elementos constitutivos e adequação para determinado conjunto de dados (pág 314)	(EF08MA27) Planejar e executar pesquisa amostral, selecionando uma técnica de amostragem adequada, e escrever relatório que contenha os gráficos apropriados para representar os conjuntos de dados, destacando aspectos como as medidas de tendência central, a amplitude e as conclusões. (pág 315)					
<p>SUGESTÃO DE CONTEÚDO/METODOLOGIA/ATIVIDADE: Orçamento familiar: compreensão e participação</p> <p>(M1) O professor abordaria com os alunos sobre a importância da matemática no cotidiano de todas as famílias. A matemática é uma ferramenta essencial para no planejamento <u>orçamentário familiar</u>, bem como um meio de proporcionar a realização de objetivos e <u>promover o bem-estar</u> de toda a família. O professor através de uma simulação de orçamento familiar explicaria a diferença entre <u>Receita e Despesa</u>, estimulando os alunos sobre a necessidade de um resultado positivo (<u>saldo</u>) para futuro empreendimento ou poupança.</p> <p>(M2) O professor estipularia uma receita padrão imaginária para todos (Ex.: R\$2.000,00), reforçando ainda que, a receita é para uma família de 04 (quatro) membros, sendo dois adultos e duas crianças. Nas despesas poderia conter: <u>Moradia e serviços, alimentação, vestuário, saúde, educação e lazer</u>. Com o <u>apoio dos pais/responsável</u>, cada aluno em casa deverá: (1) <u>elaborar</u> um orçamento familiar com os respectivos valores através de uma tabela; (2) <u>criar um gráfico</u> a partir da tabela com apenas o percentual alocado em cada despesa; (3) <u>elaborar um texto</u> (um parágrafo) com uma proposta de investimento com o saldo. Estimular que o investimento seja para médio e/ou longo prazo.</p> <p>(M3) O professor em data agendada, certificaria que todos tenham <u>realizado a tarefa “em casa”</u> e estejam preparados para apresentação. De forma <u>voluntária ou por sorteio</u> o aluno apresentaria seu <u>orçamento familiar</u> com as porcentagens de cada despesa e o saldo. Depois <u>poderia ler ou explicar oralmente</u> o investimento pretendido (<u>médio e longo prazo</u>).</p> <p>https://elearning.todoscontam.pt/citilearn/data/bp/aula_1/material_apoio/orcamentofamiliar_apresentacaojovens_1_.pdf</p>								

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PEDH

8.º Ano – Ensino Fundamental II	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)				PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	
	Componente Curricular (Disciplina)	Unidades Temática	Objeto do Conhecimento	Habilidades	Aqui, portanto, a transversalização se faz com Ciências Naturais. Entrelaçando-se internamente com a temática da família, o estudo de vínculos geracionais permite a compreensão de como se processam permanências, mudanças, transformações. Trabalhar os ciclos da vida, tal como se apresentam em diferentes grupos étnicos, culturais e sociais, será oportunidade de valorização das diferentes etapas da vida. Se é verdade que o caminho da maturidade e envelhecimento biológico é trilhado por todos é igualmente certo que povos culturalmente distintos classificam os estágios pelos quais passam cada indivíduo, desde a concepção e o nascimento, até a velhice, a morte e a vida após a morte, de maneiras muito diferentes. (pág 151)	Para o ensino das Ciências Naturais, os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem conhecimentos em função de sua importância social, de seu significado para os alunos e de sua relevância científico-tecnológica, organizando-os nos eixos temáticos “Vida e Ambiente”, “Ser Humano e Saúde”, “Tecnologia e Sociedade” e “Terra e Universo”. Nesse sentido, é responsabilidade da escola e do professor promoverem o questionamento, o debate, a investigação, visando o entendimento da ciência como construção histórica e como saber prático, superando as limitações do ensino passivo, fundado na memorização de definições e de classificações sem qualquer sentido para o aluno. (pág 62)	Nos termos já firmados no Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, a educação contribui também para: a) criar uma cultura universal dos direitos humanos; b) exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) e a solidariedade entre povos e nações; c) assegurar a todas as pessoas o acesso à participação efetiva em uma sociedade livre. (pág 25)	Art. 4º A Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões: I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;	
	CIÊNCIAS	- Matéria e energia	Fontes e tipos de energia; Transformação de energia; Cálculo de consumo de energia elétrica; Circuitos elétricos e Uso consciente de energia elétrica (pág 348)	(EF08CI01) Identificar e classificar diferentes fontes (renováveis e não renováveis) e tipos de energia utilizados em residências, comunidades ou cidades. (EF08CI03) Classificar equipamentos elétricos residenciais (chuveiro, ferro, lâmpadas, TV, rádio, geladeira etc.) de acordo com o tipo de transformação de energia (da energia elétrica para a térmica, luminosa, sonora e mecânica, por exemplo). (pág 349)					
				- Vida e evolução					Mecanismos reprodutivos; Sexualidade (pág 348)
- Terra e universo									
	SUGESTÃO DE CONTEÚDO/METODOLOGIA/ATIVIDADE: Prevenção de DST e Direitos Humanos (M1) O professor abordaria que a DUDH no artigo 3º diz que todas as pessoas tem direito à vida e na CFB no artigo 5º garante aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil a inviolabilidade do direito à vida. E para preservar a vida precisamos cuidar da saúde . É através da educação que conhecemos e agimos para a prevenção de enfermidades , sendo que umas das doenças que mais afetam as pessoas no mundo são as DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) . O professor abordaria o conceito geral de DST e sua relação com o processo reprodutivo humano (infertilidade e anomalias). (M2) O professor organizaria a turma em duplas (preferencialmente do mesmo sexo e idade); que os pares realizem uma pesquisa “em casa” ou “biblioteca” através de recursos digitais as seguintes informações: (1) os tipos mais comuns de DST , (2) entrevistar um médico ou enfermeiro do mesmo sexo que a dupla para colher informações sobre medidas de prevenção de 03 (três) DST; (3) criar um flyer (cartaz virtual) com informações sobre prevenção das DST; (M3) O professor em data agendada, formaria a turma em círculo (duplas juntas) e estimularia um debate sobre o tema Direitos Humanos e prevenção de DST . Ouvia de forma aleatória e voluntária a experiência de cada dupla e qual contribuição do conhecimento na garantia do direito à vida e a dignidade da pessoa humana . Na oportunidade as duplas apresentariam ao professor e alunos o flyer produzido, sendo um momento de valorização e orientação por parte do professor. O professor poderá estimular as duplas a solicitar a participação dos pais/responsáveis na divulgação do flyer.								

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PEDH

8.º Ano – Ensino Fundamental II	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)				PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
	Componente Curricular (Disciplina)	Unidades Temática	Objeto do Conhecimento	Habilidades				
GEOGRAFIA	- Sujeito e seu lugar no mundo	Distribuição da população mundial e deslocamentos populacionais (pág 388)	(EF08GE02) Relacionar fatos e situações representativas da história das famílias do Município em que se localiza a escola, considerando a diversidade e os fluxos migratórios da população mundial. (pág 389)	Compreender alternativas como sedentarismo, nomadismo, imigrações, migrações, em particular com análise de dados populacionais do Brasil, é indispensável, e conteúdo que transversaliza em Geografia e História, entre outros. Este conteúdo trata de como se constituiu, por sua permanente reelaboração, e se apresenta a face cultural complexa e cheia de potencial do país, com sobreposição de tempos, no social, no cultural e no individual. Trata, também, de como se têm entrelaçado, historicamente, características culturais, organização política e inserção econômica de diferentes grupos humanos presentes na formação do Brasil. (pág 152)	Os PCNs para a área de Geografia fundamentam-se numa abordagem teórica e metodológica que procura contemplar os principais avanços que ocorreram no interior dessa disciplina. Entre eles, destacam-se as contribuições dadas pela fenomenologia no surgimento de novas correntes teóricas do pensamento geográfico, as quais se convencionou chamar de Geografia Humanista e Geografia da Percepção. Vale destacar que uma das grandes contribuições dadas pelas novas correntes fenomenológicas da Geografia foi a de buscar explicar e compreender o espaço geográfico não somente como produto de forças econômicas ou de formas de adaptações entre o homem e a natureza, mas também dos fatores culturais. (pág 61)	A educação é compreendida como um direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos. A educação ganha, portanto, mais importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, valorizando o respeito aos grupos socialmente excluídos. Essa concepção de educação busca efetivar a cidadania plena para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos, além da defesa socioambiental e da justiça social. (pág 25)	Art 2º - A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas. § 2º - Aos sistemas de ensino e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos(as) os(as) envolvidos(as) nos processos educacionais.	
	- Conexões e escalas	Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial (pág 388)	(EF08GE05) Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões na contemporaneidade, com destaque para as situações geopolíticas (EF08GE06) Analisar a atuação das organizações mundiais nos processos de integração cultural e econômica nos contextos americano e africano, reconhecendo, em seus lugares de vivência, marcas desses processos. (pág 389)					
	- Mundo do trabalho	Transformações do espaço na sociedade urbano-industrial na América Latina (pág 390)	(EF08GE16) Analisar as principais problemáticas comuns às grandes cidades latino-americanas, particularmente aquelas relacionadas à distribuição, estrutura e dinâmica da população e às condições de vida e trabalho. (pág 391)					
	- Formas de representação	Cartografia: anamorfose, croquis e mapas temáticos da América e África (pág 390)	(EF08GE18) Elaborar mapas ou outras formas de representação cartográfica para analisar as redes e as dinâmicas urbanas e rurais, ordenamento territorial, contextos culturais, modo de vida. (pág 391)					
	- Natureza, ambiente e qualidade de vida	Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na América Latina (pág 390)	(EF08GE22) Identificar os principais recursos naturais dos países da América Latina, analisando seu uso para a produção de matéria-prima e energia e sua relevância para a cooperação do Mercosul. (pág 391)					
SUGESTÃO DE CONTEÚDO/METODOLOGIA/ATIVIDADE: Organizações brasileiras em defesa dos Direitos Humanos								
<p>(M1) O professor abordaria que a legislação brasileira permite a existência de organizações governamentais e organizações não governamentais, para o exercício de atividades sociais sem fins lucrativos. Muitas dessas organizações têm como objetivo a defesa dos animais, defesa ambiental e outras. Outras organizações tem como objetivo a garantia dos direitos humanos. O professor exemplificaria algumas organizações governamentais brasileiras na garantia dos direitos Humanos (FEDERAL: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; ESTADUAL: Secretarias Estaduais dos Direitos Humanos, MUNICIPAL: Conselhos Municipais dos Direitos Humanos).</p> <p>(M2) O professor organizaria uma atividade para os alunos que poderá ser realizada com apoio dos pais/responsáveis. A atividade consiste em: (1) pesquisar “em casa” ou “biblioteca” através de recursos digitais disponíveis, o conceito e finalidade das ONGs; (2) requisitos para criar uma ONG; (3) relacionar 05 (cinco) ONGs sobre direitos Humanos e suas atividades no Brasil; (4) relacionar 03 (três) ONGs municipais que atuam na defesa dos direitos Humanos;</p> <p>(M3) O professor em data agendada, formaria a turma em grupos (no máximo cinco) e estimularia que cada grupo crie uma ONG para atuar na defesa dos direitos humanos com os conhecimentos adquiridos na pesquisa realizada. Durante o a criação do ONG o grupo o professor fomentará a participação de todos os membros e o título será sigilo até a apresentação para toda a classe. https://brasilescola.uol.com.br/geografia/organizacao-nao-governamental-ong.htm</p>								

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PEDH

8.º Ano – Ensino Fundamental II	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)				PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
	Componente Curricular (Disciplina)	Unidades Temática	Objeto do Conhecimento	Habilidades				
HISTÓRIA	- Mundo contemporâneo: o Antigo Regime em crise	As revoluções inglesas e os princípios do liberalismo; Revolução Industrial e Revolução Francesa e seus desdobramentos (pág 424)	(EF08HI02) Identificar as particularidades político-sociais da Inglaterra do século XVII (EF08HI03) Analisar os impactos da Revolução Industrial na produção e circulação de povos, produtos e culturas. (pág 425)	Todos os grupos sociais e étnicos têm histórias. Essas histórias são distintas entre si e também distintas do que se convencionou como história do Brasil, no singular. Embora as trajetórias das culturas e etnias no Brasil já façam parte dos conteúdos trabalhados pela escola, com referência aos índios, aos negros, aos imigrantes, o que se propõe são novos conteúdos, que buscam narrar a história do ponto de vista dos grupos sociais que a produziram. Com relação aos imigrantes, não bastará conhecer suas vidas nos respectivos continentes de origem — Europa, Ásia, Oriente Médio, África —, mas também compreender como frequentemente características culturais moldaram critérios de escolha e colocação de mão-de-obra, ao longo da história brasileira. (pág 153)	Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de História têm, como pressuposto, que o aluno pode apreender a realidade na sua diversidade e nas múltiplas dimensões temporais. Destacam os compromissos e as atitudes de indivíduos, de grupos e de povos na construção e na reconstrução das sociedades, propondo estudos das questões locais, regionais, nacionais e mundiais, das diferenças e semelhanças entre culturas, das mudanças e permanências no modo de viver, de pensar, de fazer e das heranças legadas por gerações. (pág 60)	São objetivos balizadores do PMEDH conforme estabelecido no artigo 2º: a) fortalecer o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais; b) promover o pleno desenvolvimento da personalidade e dignidade humana; c) fomentar o entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero e a amizade entre as nações, os povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos; d) estimular a participação efetiva das pessoas em uma sociedade livre e democrática governada pelo Estado de Direito; e) construir, promover e manter a paz. (pág 24)	Art. 7º A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas: Incisos I, II e III. Parágrafo único. Outras formas de inserção da Educação em Direitos Humanos poderão ainda ser admitidas na organização curricular das instituições educativas desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional.	
	- Os processos de independência nas Américas	Independência dos Estados Unidos da América; Independências na América espanhola (pág 424)	(EF08HI07) Identificar e contextualizar as especificidades dos diversos processos de independência nas Américas, seus aspectos populacionais e suas conformações territoriais. (EF08HI10) Identificar a Revolução de São Domingo como evento singular e desdobramento da Revolução Francesa e avaliar suas implicações. (pág 425)					
	- O Brasil no século XXI	Brasil: Primeiro Reinado O Período Regencial e as contestações ao poder central Brasil do Segundo Reinado: política e economia (pág 426)	(EF08HI15) Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado. (EF08HI22) Discutir o papel das culturas letradas, não letradas e das artes na produção das identidades no Brasil do século XIX. (pág 427)					
	- Configurações no mundo no século XXI	Uma nova ordem econômica: as demandas do capitalismo industrial e o lugar das economias africanas e asiáticas nas dinâmicas globais; (pág 426)	(EF08HI25) Caracterizar e contextualizar aspectos das relações entre os Estados Unidos da América e a América Latina no século XIX. (EF08HI26) Identificar e contextualizar o protagonismo das populações locais na resistência ao imperialismo na África e Ásia. (pág 427)					
SUGESTÃO DE CONTEÚDO/METODOLOGIA/ATIVIDADE: Caminhada histórica rumo aos Direitos Humanos								
<p>(M1) O professor abordaria que a <u>Declaração Universal dos Direitos Humanos</u> é um <u>marco histórico</u> para toda a humanidade. Impérios, monarquias, revoluções e guerras contribuíram para uma nova concepção sobre Direitos Humanos. Importante ressaltar que a DUDH <u>surgiu após a Segunda Guerra Mundial</u>. No final da Idade Média e início da Idade Contemporânea alguns <u> fatos históricos antecederam e colaboraram para surgimento da ONU (1945) e da DUDH (1948)</u>, são eles: Revolução Inglesa (1689), Independência dos EUA (1776), Revolução Francesa (1789), Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Holocausto (1941-1945) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).</p> <p>(M2) O professor organizaria a turma <u>em grupos</u> e, através de sorteio ou livre escolha, cada grupo ficaria com um fato histórico que antecedeu o conceito moderno de Direitos Humanos, onde cada grupo: (1) <u>pesquisaria</u> “em casa” ou “biblioteca” através de <u>recursos digitais</u> sobre cada acontecimento histórico; (2) <u>produziria um resumo</u> do respectivo fato histórico. (3) <u>produziria uma argumentação descritiva</u> (ponto de vista) sobre a contribuição do acontecimento na DUDH.</p> <p>(M3) O professor em data agendada promoveria que <u>cada grupo</u>, por ordem cronológica, apresente sua <u>pesquisa, o resumo e sua argumentação</u> (livre). Os alunos teriam liberdade na forma de apresentar, mas com o tempo definido pelo professor. Ao final, após uma breve avaliação, o professor conduziria a turma a uma compreensão que todos estes fatos foram importantes na formulação da DUDH que temos hoje.</p>								

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PEDH

8.º Ano – Ensino Fundamental II	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)				PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
	Componente Curricular (Disciplina)	Unidades Temática	Objeto do Conhecimento	Habilidades				
	ENSINO RELIGIOSO	- Crenças religiosas e filosofias de vida	Crenças, convicções e atitudes; Doutrinas religiosas Crenças, filosofias de vida e esfera pública; Tradições religiosas, mídias e tecnologias (pág 456)	(EF08ER01) Discutir como as crenças e convicções podem influenciar escolhas e atitudes pessoais e coletivas. (EF08ER02) Analisar filosofias de vida, manifestações e tradições religiosas destacando seus princípios éticos. (EF08ER03) Analisar doutrinas das diferentes tradições religiosas e suas concepções de mundo, vida e morte. (EF08ER04) Discutir como filosofias de vida, tradições e instituições religiosas podem influenciar diferentes campos da esfera pública (política, saúde, educação, economia). (EF08ER05) Debater sobre as possibilidades e os limites da interferência das tradições religiosas na esfera pública. (EF08ER06) Analisar práticas, projetos e políticas públicas que contribuem para a promoção da liberdade de pensamento, crenças e convicções. (EF08ER07) Analisar as formas de uso das mídias e tecnologias pelas diferentes denominações religiosas. (pág 457)				
<p>SUGESTÃO DE CONTEÚDO/METODOLOGIA/ATIVIDADE: Diálogo e Respeito na luta contra a intolerância religiosa</p> <p>(M1) O professor abordaria que tanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Art 18) quanto a Constituição Federativa do Brasil (Art 5º, inciso VI) afirmam o direito à liberdade de consciência e de crença como direitos fundamentais do ser humano. O professor explicaria os conceitos de liberdade de consciência e liberdade de crença de acordo com os dispositivos legais brasileiros. Abordaria ainda que mesmo diante de instrumentos nacionais e internacionais garantidores destes direitos ainda existem atrocidades causados pela intolerância religiosa, fruto de falta de diálogo e respeito entre as pessoas. Mostraria aos alunos alguns exemplos de intolerância religiosa.</p> <p>(M2) O professor organizará e agendará para que a turma assista o filme “Até o último homem” (2016), diretor Mel Gibson, baseado em fatos reais. Logo após, cada aluno: (1) produziria uma resenha crítica (sua opinião sobre o filme, pontos positivos e negativos, sua compreensão sobre a intolerância religiosa); (2) pesquisaria “em casa” ou “biblioteca” através de recursos digitais ações sociais ou humanitárias realizadas por religião diferente da sua ou de sua família; (3) Expressaria sua opinião (escrito) se existe a possibilidade de diálogo e respeito entre as religiões para contribuir nas políticas públicas.</p> <p>(M3) O professor em data agendada promoveria um debate entre os alunos sobre Intolerância Religiosa, onde todos, após compreensão da atividade anterior, poderiam expor suas opiniões e sugestões sobre o tema em relação a contribuição nas políticas públicas.</p> <p>https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2019/01/liberdade-religiosa-e-direito-constitucional-dos-cidadaos</p>					A dificuldade para categorizar os grupos que vieram para o Brasil e formaram sua população é indicativo da diversidade, seja o recorte continental, ou regional, nacional, religioso, cultural, linguístico, racial/étnico. Portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, italianos, alemães, poloneses, húngaros, lituanos, egípcios, sírios, libaneses, armênios, indianos, japoneses, chineses, coreanos, ciganos, latino-americanos, católicos, evangélicos, batistas, budistas, judeus, muçulmanos, tradições africanas, situam-se entre outras inumeráveis categorias de identificação (pág 125)	Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de: - conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; (pág 55)	Ainda há muito para ser conquistado em termos de respeito à dignidade da pessoa humana, sem distinção de raça, nacionalidade, etnia, gênero, classe social, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, geração e deficiência. Da mesma forma, há muito a ser feito para efetivar o direito à qualidade de vida, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao meio ambiente saudável, ao saneamento básico, à segurança pública, ao trabalho e às diversidades cultural e religiosa, entre outras. (pág 23)	Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado;

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PEDH

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)		PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
9.º Ano – Ensino Fundamental II	O Ensino Fundamental no contexto da Educação Básica	A escola deve ser local de aprendizagem de que as regras do espaço público permitem a coexistência, em igualdade, dos diferentes. O trabalho com Pluralidade Cultural se dá a cada instante, exige que a escola alimente uma “Cultura da Paz”, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos e na noção de cidadania compartilhada por todos os brasileiros. O aprendizado não ocorrerá por discursos, e sim num cotidiano em que uns não sejam “mais diferentes” do que os outros. (pág 2 ou 117)	Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. (pág 5)	Assim, a educação em direitos humanos deve abarcar questões concernentes aos campos da educação formal, à escola, aos procedimentos pedagógicos, às agendas e instrumentos que possibilitem uma ação pedagógica conscientizadora e libertadora, voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa. Não é apenas na escola que se produz e reproduz o conhecimento, mas é nela que esse saber aparece sistematizado e codificado. Ela é um espaço social privilegiado onde se definem a ação institucional pedagógica e a prática e vivência dos direitos humanos. Nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas. (pág 29)	Art. 10. Os sistemas de ensino e as instituições de pesquisa deverão fomentar e divulgar estudos e experiências bem sucedidas realizados na área dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos. Art. 11. Os sistemas de ensino deverão criar políticas de produção de materiais didáticos e paradidáticos, tendo como princípios orientadores os Direitos Humanos, e por extensão, a Educação em Direitos Humanos.
A ESCOLA	<p>Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Nesse sentido, também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação (pág 60).</p> <p>Todo esse quadro impõe à escola desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações. É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais (pág 61).</p> <p>Além disso, e tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola (pág 61).</p> <p>Nessa direção, no Ensino Fundamental – Anos Finais, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social (pág 62).</p>	Reconhecer essa complexidade que envolve a problemática social, cultural e étnica é o primeiro passo. A escola tem um papel fundamental a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é um espaço em que pode se dar a convivência entre estudantes de diferentes origens, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada um conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. (pág 09 ou 123)	A realização do acolhimento e da socialização dos alunos pressupõe o enraizamento da escola na comunidade. A interação entre equipe escolar, alunos, pais e outros agentes educativos possibilita a construção de projetos que visam a melhor e mais completa formação do aluno. A separação entre escola e comunidade fica demarcada pelas atribuições e responsabilidades e não pela realização de um projeto comum. (pág 43)		
<p>SUGESTÃO DE CONTEÚDO/METODOLOGIA/ATIVIDADE: Práticas pedagógicas sobre Direitos Humanos</p> <p>1º PASSO: A Escola, através de sua direção, no <u>início do segundo semestre</u>, durante uma reunião entre <u>direção, professores e pais e/ou responsáveis dos alunos e comunidade</u>, num primeiro momento, <u>avaliariam as atividades realizadas</u> em sala de aula no que diz respeito ao Programa de Educação em Direitos Humanos (PEDH). Em segundo momento, os participantes <u>abordariam sugestões</u> sobre as <u>práticas pedagógicas humanitárias</u> que seriam desenvolvidas no segundo semestre e as datas escolhidas. Por exemplo: Dia Mundial Humanitário (19/08), Dia Internacional da Paz (21/09) Dia do Idoso (01/10); Dia da Criança (12/10), Dia Internacional dos Direitos Humanos (10/12) e quais as ações que seriam desenvolvidas, exemplos: no Dia Internacional da Paz levar todos os alunos para um ato simbólico de soltar balões brancos (a gás) e registrar o pedido pela paz mundial, realização de uma gincana para arrecadar brinquedos e distribuídos em creches no Dia das Crianças ou a realização de uma gincana para arrecadar caixas de leite que seriam doadas as instituições filantrópicas que cuidam de idosos e outras.</p> <p>2º PASSO: A Escola, através da Comissão de Direitos Humanos da Escola (CDHE) avaliaria a divulgação do <u>evento humanitário</u>, reforçando que se trata da realização de uma <u>prática pedagógica</u> para reforçar o conhecimento teórico adquirido em sala de aula. A Comissão em concordância com a Direção organizaria a forma que se dará o evento (se o evento terá a participação dos 8º e 9º Anos ou se um evento para cada ano)</p> <p>3º PASSO: A direção da escola supervisionaria os eventos, sendo papel da Comissão coordenar cada evento de forma específica. Exemplo de atividade: A escola promoveria uma gincana entre os alunos do 9º ano para arrecadação de leite (em caixa) premiando a turma vencedora. Depois a Direção e a Comissão decidiriam qual ou quais instituições receberiam as doações (creches, asilos, instituições religiosas e outros). Desta forma, a <u>prática pedagógica poderá ser um projeto envolvendo escola, família e comunidade.</u></p>					

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PEDH

9.º Ano – Ensino Fundamental II	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)				PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
	Componente Curricular (Disciplina)	Unidades Temática	Objeto do Conhecimento	Habilidades				
LÍNGUA PORTUGUESA (Campo Jornalístico-Midiático)	- Leitura	Estratégia de leitura: apreender os sentidos globais do texto – Apreciação e réplica (pág 176)	(EF89LP03) Analisar textos de opinião (artigos de opinião, editoriais, cartas de leitores, comentários, posts de blog e de redes sociais, charges, memes, gifs etc.) e posicionar-se de forma crítica e fundamentada, ética e respeitosa frente a fatos e opiniões relacionados a esses textos. (pág 177)	Práticas e valorização da circulação de informações para a organização coletiva e como fundamento da liberdade de expressão e associação. (pág 47) Conhecimento dos instrumentos disponíveis para o fortalecimento da cidadania. (pág 50)	Desenvolver o domínio da expressão oral e escrita através do processo de escuta de textos orais, processo de leitura de textos escritos, processo de produção de textos orais, processo de produção de textos escritos e no processo de análise linguística. (pág 49 a 63)	Incentivar estudos e pesquisas sobre as violações dos direitos humanos no sistema de ensino e outros temas relevantes para desenvolver uma cultura de paz e cidadania; (pág 35)	Art 2º - A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas. § 1º Os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.	
	- Produção de Texto	Estratégia de produção: planejamento de textos argumentativos e apreciativos (pág 178)	(EF89LP10) Planejar artigos de opinião, tendo em vista as condições de produção do texto – objetivo, leitores/espectadores, veículos e mídia de circulação etc. –, a partir da escolha do tema ou questão a ser discutido(a), da relevância para a turma, escola ou comunidade, do levantamento de dados e informações sobre a questão, de argumentos relacionados a diferentes posicionamentos em jogo, da definição – o que pode envolver consultas a fontes diversas, entrevistas com especialistas, análise de textos, organização esquemática das informações e argumentos – dos (tipos de) argumentos e estratégias que pretende utilizar para convencer os leitores (Pág 179)					
	- Oralidade	Estratégias de produção: planejamento, realização e edição de entrevistas orais (pág 180)	(EF89LP13) Planejar entrevistas orais com pessoas ligadas ao fato noticiado, especialistas etc., como forma de obter dados e informações sobre os fatos cobertos sobre o tema ou questão discutida ou temáticas em estudo, levando em conta o gênero e seu contexto de produção, partindo do levantamento de informações sobre o entrevistado e sobre a temática e da elaboração de um roteiro de perguntas... (pág 181)					
	- Análise linguística e semiótica	Modalização (pág 180)	(EF89LP16) Analisar a modalização realizada em textos noticiosos e argumentativos, por meio das modalidades apreciativas, viabilizadas por classes e estruturas gramaticais como adjetivos, locuções adjetivas, advérbios, locuções adverbiais, orações adjetivas e adverbiais, orações relativas restritivas e explicativas etc. (pág 181)					
SUGESTÃO DE CONTEÚDO/METODOLOGIA/ATIVIDADE: Direitos Humanos e os grupos vulneráveis (M1) O professor abordaria a valorização da dignidade da pessoa humana dentro de um contexto atual, relevante e jornalístico . Se possível, estimular a turma a analisar de forma crítica algum fato noticiado nas mídias que configure na desvalorização da dignidade humana. Explicaria a turma a existência dos grupos vulneráveis existentes no Brasil: crianças e adolescentes (1), mulheres (2), idosos (3), população em situação de rua (4), pessoas com deficiência mental (5) e comunidade LGBT (6). (M2) O professor organizaria a turma em seis grupos e cada grupo pesquisaria “em casa” através de recursos digitais sobre: (1) a existência de normas e leis que garantem os direitos do grupo pesquisado, (2) sugestões para melhorar a dignidade humana em cada grupo pesquisado, (3) produziria um texto jornalístico sobre o grupo vulnerável. (M3) O professor em data agendada deixaria que cada grupo apresente um texto jornalístico sobre as necessidades específicas de cada grupo (participação coletiva e com argumentação). Logo após o grupo argumentaria de forma oral a opinião do grupo sobre o resultado da pesquisa através de uma mini aula para o restante da turma.								

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PEDH

9.º Ano – Ensino Fundamental II	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)				PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
	Componente Curricular (Disciplina)	Unidades Temática	Objeto do Conhecimento	Habilidades				
	ARTES	Artes Visuais	Contextos e práticas (pág 206)	(EF69AR02) Pesquisar e analisar diferentes estilos visuais, contextualizando-os no tempo e no espaço. (EF69AR03) Analisar situações nas quais as linguagens das artes visuais se integram às linguagens audiovisuais (cinema, animações, vídeos etc.), gráficas (capas de livros, ilustrações de textos diversos), cenográficas, coreográficas, musicais etc. (pág 207)				
		Dança	Processos de criação (pág 206)	(EF69AR13) Investigar brincadeiras, jogos, danças coletivas e outras práticas de dança de diferentes matrizes estéticas e culturais como referência para a criação e a composição de danças autorais, individualmente e em grupo. (pág 207)				
		Música	Contextos e práticas (pág 208)	(EF69AR16) Analisar criticamente, por meio da apreciação musical, usos e funções da música em seus contextos de produção e circulação, relacionando as práticas musicais às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética. (pág 209)				
		Teatro	Processos de criação (pág 208)	EF69AR30) Compor improvisações e acontecimentos cênicos com base em textos dramáticos ou outros estímulos (música, imagens, objetos etc.), caracterizando personagens (com figurinos e adereços), cenário, iluminação e sonoplastia e considerando a relação com o espectador. (pág 209)				
		Artes Integradas	Arte e tecnologia (pág 210)	(EF69AR35) Identificar e manipular diferentes tecnologias e recursos digitais para acessar, apreciar, produzir, registrar e compartilhar práticas e repertórios artísticos, de modo reflexivo, ético e responsável. (pág 211)				
SUGESTÃO DE CONTEÚDO/METODOLOGIA/ATIVIDADE: O mundo e sua diversidade cultural								
<p>(M1) O professor abordaria a grandeza dos 05 (cinco) continentes e sua diversidade cultural. A divisão geográfica Mundial reforça que em cada um dos continentes existe uma cultura distinta e bem marcante. Através de um mapa Mundi mostraria os cinco continentes apontando algumas características culturais de cada região. Com o intuito de valorizar e preservar a riqueza da diversidade cultural dos países, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) criou a "Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural". https://www.significados.com.br/diversidade-cultural/</p> <p>(M2) O professor organizaria a turma em 05 (cinco) grupos, sendo que cada grupo seria responsável por: (1) pesquisar "em casa" através de recursos digitais sobre 01 (um) continente, (2) identificar neste continente características culturais na dança, música e no teatro, (3) produzir uma expressão artística a escolha do grupo.</p> <p>(M3) O professor em data agendada deixaria que cada grupo apresente de forma oral algumas características culturais do continente estudado, e, de forma coletiva uma apresentação artística do continente estudado.</p>								

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PEDH

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)				PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
Componente Curricular (Disciplina)	Unidades Temática	Objeto do Conhecimento	Habilidades				
9.º Ano – Ensino Fundamental II EDUCAÇÃO FÍSICA	- Esportes	Esportes de rede/parede, Esportes de campo e taco, Esportes de invasão e Esportes de combate (pág 236)	(EF89EF03) Formular e utilizar estratégias para solucionar os desafios técnicos e táticos, tanto nos esportes de campo e taco, rede/parede, invasão e combate como nas modalidades esportivas escolhidas para praticar de forma específica. (EF89EF04) Identificar os elementos técnicos ou técnico-táticos individuais, combinações táticas, sistemas de jogo e regras das modalidades esportivas praticadas, bem como diferenciar as modalidades esportivas com base nos critérios da lógica interna das categorias de esporte: rede/parede, campo e taco, invasão e combate. (pág 237)	A diversidade marca a vida social brasileira. Diferentes características regionais e manifestações de cosmologias ordenam de maneiras diferenciadas a apreensão do mundo, a organização social nos grupos e regiões, os modos de relação com a natureza, a vivência do sagrado e sua relação com o profano. O campo e a cidade propiciam às suas populações vivências e respostas culturais diversas, que implicam ritmos de vida, ensinamentos de valores e formas de solidariedade distintas. (pág 125) Por sua vez, o conceito de etnia substitui com vantagens o termo “raça”, já que tem base social e cultural. “Etnia” ou “grupo étnico” designa um grupo social que se diferencia de outros por sua especificidade cultural. Atualmente o conceito de etnia estende-se a todas as minorias que mantêm modos de ser distintos e formações que se distinguem da cultura dominante. (pág 132)	A Educação Física, dentro do que se propõem nos Parâmetros Curriculares Nacionais, é a área do conhecimento que introduz e integra os alunos na cultura corporal do movimento, com finalidades de lazer, de expressão de sentimentos, afetos e emoções, de manutenção e melhoria da saúde. Para tanto, rompe com o tratamento tradicional dos conteúdos que favorece os alunos que já têm aptidões, adotando como eixo estrutural da ação pedagógica o princípio da inclusão, apontando para uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social e da afirmação de valores e princípios democráticos. (pág 62)	Propor ações fundamentadas em princípios de convivência, para que se construa uma escola livre de preconceitos, violência, abuso sexual, intimidação e punição corporal, incluindo procedimentos para a resolução de conflitos e modos de lidar com a violência e perseguições ou intimidações, por meio de processos participativos e democráticos; Apoiar ações de educação em direitos humanos relacionadas ao esporte e lazer, com o objetivo de elevar os índices de participação da população, o compromisso com a qualidade e a universalização do acesso às práticas do acervo popular e erudito da cultura corporal; (pág 35)	Art. 7º A inserção dos conhecimentos concernentes a Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas: I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinares.
	- Ginásticas	Ginástica de condicionamento físico e Ginástica de conscientização corporal (pág 236)	(EF89EF07) Experimentar e fruir um ou mais programas de exercícios físicos, identificando as exigências corporais desses diferentes programas e reconhecendo a importância de uma prática individualizada, adequada às características e necessidades de cada sujeito. (pág 237)				
	- Lutas	Lutas do mundo (pág 238)	(EF89EF16) Experimentar e fruir a execução dos movimentos pertencentes às lutas do mundo, adotando procedimentos de segurança e respeitando o oponente. (EF89EF17) Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas experimentadas, reconhecendo as suas características técnico-táticas. (pág 239)				
	- Práticas corporais de aventura	Práticas corporais de aventura na natureza (pág 238)	(EF89EF20) Identificar riscos, formular estratégias e observar normas de segurança para superar os desafios na realização de práticas corporais de aventura na natureza. (pág 239)				
SUGESTÃO DE CONTEÚDO/METODOLOGIA/ATIVIDADE: Jogos Olímpicos na promoção da paz e do respeito							
<i>(M1) O professor abordaria sobre a importância dos Jogos Olímpicos, ressaltando que a prática da Educação Física e do Esporte é um direito fundamental de todos, sendo essenciais para o pleno desenvolvimento da sua personalidade, melhoria da saúde e promoção da paz entre os povos, de acordo com a Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO.</i>							
<i>(M2) O professor estimularia que cada aluno pesquise “em casa”, de forma individual, através de recursos digitais: (1) A origem dos Jogos Olímpicos, (2) sua importância para a nação sede e para nações participantes, (3) na opinião do aluno, características étnicas influenciam no desenvolvimento de esportes específicos? (4) na opinião do aluno, como o esporte pode desenvolver habilidades (individuais e coletivas); (5) o esporte contribuiu para a superação de limites e aumentar a força de vontade? e (6) o que é disciplina e autodisciplina.</i>							
<i>(M3) O professor durante todas aulas de educação física estimularia seus alunos ao desenvolvimento de habilidades, superação de limites, força de vontade e disciplina, reforçando sempre que tais atitudes são essenciais em todas as áreas da vida, inclusive na valorização da dignidade da pessoa humana, na promoção da paz e do respeito. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216489_por (Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO https://brasilecola.uol.com.br/educacao-fisica/a-importancia-dos-jogos-olimpicos.htm</i>							

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PEDH

9.º Ano – Ensino Fundamental II	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)				PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
	Componente Curricular (Disciplina)	Unidades Temática	Objeto do Conhecimento	Habilidades				
LÍNGUA INGLESA	- Eixo da Oralidade	Produção de textos orais com autonomia (pág 260)	(EF09LI04) Expor resultados de pesquisa ou estudo com o apoio de recursos, tais como notas, gráficos, tabelas, entre outros, adequando as estratégias de construção do texto oral aos objetivos de comunicação e ao contexto. (pág 261)	<p>Conhecer a existência do uso de outras línguas diferentes da Língua Portuguesa, idioma oficial, significa não só ampliação de horizontes, como também compreensão da complexidade do país. A escola tem a possibilidade de trabalhar com esse panorama rico e complexo, referindo-se à existência, estrutura e uso de centenas de línguas.</p> <p>Pode, com isso, além de oferecer informações e possibilitar reflexões sobre a língua materna, promover a compreensão de como se constituem identidades e singularidades de diferentes povos e etnias, considerando as diferentes línguas (o bilinguismo e o multilinguismo) e linguagens presentes nas diversas regiões do Brasil e de outros países. (pág 113)</p>	<p>A aprendizagem de Língua Estrangeira é uma possibilidade de aumentar a percepção do aluno como ser humano e como cidadão. Por isso, ela vai centrar-se no engajamento discursivo do aluno, ou seja, em sua capacidade de se engajar e engajar outros no discurso, de modo a poder agir no mundo social. Para que isso seja possível é fundamental que o ensino de Língua Estrangeira seja balizado pela função social desse conhecimento na sociedade brasileira. Os conteúdos de Língua Estrangeira se articulam com os temas transversais, pela possibilidade que a aprendizagem de línguas traz para a compreensão das várias maneiras de se viver a experiência humana. (pág 63)</p>	<p>O processo de construção da concepção de uma cidadania planetária e do exercício da cidadania ativa requer, necessariamente, a formação de cidadãos(as) conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da materialidade das normas e pactos que os(as) protegem, reconhecendo o princípio normativo da dignidade humana, englobando a solidariedade internacional e o compromisso com outros povos e nações. A mobilização global para a educação em direitos humanos está imbricada no conceito de educação para uma cultura democrática, na compreensão dos contextos nacional e internacional, nos valores da tolerância, da solidariedade, da justiça social e na sustentabilidade, na inclusão e na pluralidade. (pág 23 e 24)</p>	<p>Art. 5º A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário. § 1º Este objetivo deverá orientar os sistemas de ensino e suas instituições no que se refere ao planejamento e ao desenvolvimento de ações de Educação em Direitos Humanos adequadas às necessidades, às características biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e seus contextos. § 2º Os Conselhos de Educação definirão estratégias de acompanhamento das ações de Educação em Direitos Humanos.</p>	
	- Eixo da Leitura	Informações em ambientes virtuais (pág 260)	(EF09LI08) Explorar ambientes virtuais de informação e socialização, analisando a qualidade e a validade das informações veiculadas. (EF09LI09) Compartilhar, com os colegas, a leitura dos textos escritos pelo grupo, valorizando os diferentes pontos de vista defendidos, com ética e respeito. (pág 261)					
	- Eixo da Escrita	Escrita: construção da argumentação (pág 262)	(EF09LI12) Produzir textos (infográficos, fóruns de discussão on-line, fotorreportagens, campanhas publicitárias, memes, entre outros) sobre temas de interesse coletivo local ou global, que revelem posicionamento crítico. (pág 263)					
	- Eixo do Conhecimento Linguístico	Usos de linguagem em meio digital: “internetês” Conectores (linking words) (pág 262)	(EF09LI13) Reconhecer, nos novos gêneros digitais (blogs, mensagens instantâneas, tweets, entre outros), novas formas de escrita (abreviação de palavras, palavras com combinação de letras e números, pictogramas, símbolos gráficos, entre outros) na constituição das mensagens. (pág 263)					
	- Eixo da Dimensão Intercultural	A língua inglesa e seu papel no intercâmbio científico, econômico e político (pág 262)	(EF09LI18) Analisar a importância da língua inglesa para o desenvolvimento das ciências (produção, divulgação e discussão de novos conhecimentos), da economia e da política no cenário mundial. (EF09LI19) Discutir a comunicação intercultural por meio da língua inglesa como mecanismo de valorização pessoal e de construção de identidades no mundo globalizado. (pág 263)					
<p>SUGESTÃO DE CONTEÚDO/METODOLOGIA/ATIVIDADE: Bullying: disrespect for human dignity</p> <p>(M1) O professor abordaria com os alunos o tema Direitos Humanos (Human Rights), ressaltando a importância da língua inglesa na comunicação globalizada (língua global) entre pessoas, nações e povos. Uma das formas de valorizar os Direitos Humanos é combater todas as formas de desrespeito a dignidade humana. Existem diversos projetos e ações nacionais e internacionais de combate ao “Bullying”. Conduziria a turma a leitura e compreensão de texto sobre a temática (https://www.amnistia.pt/projeto-stop-bullying/ e https://www.befrienders.org/about-bullying).</p> <p>(M2) O professor incentivaria que cada aluno: (1) pesquise “em casa” através de recursos digitais textos em inglês sobre o combate ao Bullying nas escolas, (2) produziria um texto (na língua inglesa) relatando sua opinião sobre ações de combate ao Bullying entre crianças e adolescentes, baseada em sua pesquisa (entrega agendada)</p> <p>(M3) O professor em data e horário agendado promoveria uma reunião on line (Zoom, Google Meet, etc) para compartilhar pesquisas, opiniões e discussões, de forma voluntária e oral (inglês) sobre a pesquisa realizada.</p>								

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PEDH

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)				PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
Componente Curricular (Disciplina)	Unidades Temática	Objeto do Conhecimento	Habilidades	<p>Dados estatísticos sobre a população brasileira conforme distribuição regional, densidade demográfica, em relação com dados como renda per capita, PIB per capita, fornecem um quadro informativo de como se vive no Brasil. Juntamente com informações provenientes de levantamentos feitos pelos próprios alunos (via correspondência, imprensa etc.), significarão a possibilidade de um conhecimento mais adequado sobre o Brasil e oportunidade, nas séries finais, de debates acerca de políticas públicas alternativas que beneficiem a vida da população. (pág 134)</p>	<p>Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de Matemática constituem um referencial para a construção de uma prática que favoreça o acesso ao conhecimento matemático que possibilite de fato a inserção dos alunos como cidadãos, no mundo do trabalho, das relações sociais e da cultura. A Matemática também faz parte da vida das pessoas como criação humana, ao mostrar que ela tem sido desenvolvida para dar respostas às necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e aqui leva-se em conta a importância de se incorporar ao seu ensino os recursos das Tecnologias da Comunicação. (pág 59)</p>	<p>O PNEDH estimula a produção de informação e conhecimento:</p> <p>a) Promover a produção e disseminação de dados e informações sobre educação em direitos humanos por diversos meios, de modo a sensibilizar a sociedade e garantir acessibilidade às pessoas com deficiências;</p> <p>b) publicizar os mecanismos de proteção nacionais e internacionais;</p> <p>c) estimular a realização de estudos e pesquisas para subsidiar a educação em direitos humanos;</p> <p>d) incentivar a sistematização e divulgação de práticas de educação em direitos humanos. (pág 26)</p>	<p>Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.</p>
MATEMÁTICA	- Números	Porcentagens: problemas que envolvem cálculo de percentuais sucessivos (pág 316)	(EF09MA05) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira. (pág 317)				
	- Álgebra	Grandezas diretamente proporcionais e grandezas inversamente proporcionais (pág 316)	(EF09MA08) Resolver e elaborar problemas que envolvam relações de proporcionalidade direta e inversa entre duas ou mais grandezas, inclusive escalas, divisão em partes proporcionais e taxa de variação, em contextos socioculturais, ambientais e de outras áreas. (pág 317)				
	- Geometria	Relações entre arcos e ângulos na circunferência de um círculo. (pág 316)	(EF09MA10) Demonstrar relações simples entre os ângulos formados por retas paralelas cortadas por uma transversal. (317)				
	- Grandezas e medidas	Unidades de medida para medir distâncias muito grandes e muito pequenas (pág 318)	(EF09MA18) Reconhecer e empregar unidades usadas para expressar medidas muito grandes ou muito pequenas, tais como distância entre planetas e sistemas solares, tamanho de vírus ou de células, capacidade de armazenamento de computadores. (pág 319)				
	- Probabilidade e estatísticas	Leitura, interpretação e representação de dados de pesquisa expressos em tabelas (pág 318)	(EF09MA22) Escolher e construir o gráfico mais adequado (colunas, setores, linhas), com ou sem uso de planilhas eletrônicas, para apresentar um determinado conjunto de dados, destacando aspectos como as medidas de tendência central. (pág 319)				
<p>SUGESTÃO DE CONTEÚDO/METODOLOGIA/ATIVIDADE: Direitos Humanos nas políticas públicas.</p> <p>(M1) O professor abordaria com os alunos sobre a importância da matemática com propósitos sociais. A matemática sendo uma ferramenta essencial nas políticas públicas municipais, estaduais e federais. Desta forma a matemática se apresenta de forma humanizada e integral e mais próxima da realidade prática dos alunos. Estimularia os alunos a resolver problemas de investimentos nos postos de saúde se o número de moradores/usuários de cada bairro é diferente. Outra forma simples do uso prática da matemática é estimulá-los a refletir se na escola tivesse 05 (cinco) salas para o 8º ano e não ter alunos suficiente. Como distribuir os recursos existentes sem o auxílio da matemática.</p> <p>(M2) O professor organizaria a turma em 03 (três) ou mais grupos. Cada grupo receberá um orçamento fictício de R\$10.000,00 (dez mil reais) para investir em educação, saúde e saneamento. Cada grupo deverá: (1) pesquisar “em casa” através de recursos digitais as demandas sociais da cidade que reside (Educação, Saúde e Saneamento), (2) de forma coletiva e participativa ouvir opinião dos membros grupo sobre a necessidades baseada em sua pesquisa; (3) elaborar um gráfico (colunas, barras ou pizza) e uma breve explicação dos resultados e investimentos;</p> <p>(M3) O professor em data agendada deixaria que um ou mais membros do grupo, de forma voluntária e oral apresentasse sua pesquisa, relatando a decisão do grupo sobre a porcentagem de investimento em cada área e suas argumentações que levaram a tal investimento.</p> <p>https://www.pucgoias.edu.br/eventos/ensino-de-matematica-na-perspectiva-da-educacao-em-direitos-humanos/</p> <p>https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CartilhaOr%C3%A7amentoDireitos.pdf</p>							

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PEDH

9.º Ano – Ensino Fundamental II	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)				PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
	Componente Curricular (Disciplina)	Unidades Temática	Objeto do Conhecimento	Habilidades				
	CIÊNCIAS	- Matéria e energia	Aspectos quantitativos das transformações químicas Estrutura da matéria (pág 350)	(EF09CI05) Investigar os principais mecanismos envolvidos na transmissão e recepção de imagem e som que revolucionaram os sistemas de comunicação humana. (pág 351)				
		- Vida e evolução	Hereditariedade Ideias evolucionistas Preservação da biodiversidade (pág 350)	(EF09CI12) Justificar a importância das unidades de conservação para a preservação da biodiversidade e do patrimônio nacional, considerando os diferentes tipos de unidades (parques, reservas e florestas nacionais), as populações humanas e as atividades a eles relacionados. (EF09CI13) Propor iniciativas individuais e coletivas para a solução de problemas ambientais da cidade ou da comunidade, com base na análise de ações de consumo consciente e de sustentabilidade bem-sucedidas. (pág 351)				
- Terra e universo		Composição, estrutura e localização do Sistema Solar no Universo Astronomia e cultura Vida humana fora da Terra Ordem de grandeza astronômica Evolução estelar (pág 350)	(EF09CI15) Relacionar diferentes leituras do céu e explicações sobre a origem da Terra, do Sol ou do Sistema Solar às necessidades de distintas culturas (agricultura, caça, mito, orientação espacial e temporal etc.). (EF09CI16) Selecionar argumentos sobre a viabilidade da sobrevivência humana fora da Terra, com base nas condições necessárias à vida, nas características dos planetas e nas distâncias e nos tempos envolvidos em viagens interplanetárias e interestelares. (pág 351)					
<p>SUGESTÃO DE CONTEÚDO/ATIVIDADE: Preservação da biodiversidade e os Direitos Humanos</p> <p>(M1) O professor abordaria que a DUDH no artigo 3º diz que todas as pessoas tem direito à vida e na CFB no artigo 5º garante aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil a inviolabilidade do direito à vida. Preservar a biodiversidade é colaborar para a preservação da vida humana. Muitos problemas de saúde provêm da poluição ambiental e dos distúrbios climáticas, que infelizmente na sua maioria são causados pelo próprio homem. Através da educação ambiental podemos preservar e melhorar a vida em toda a sua biodiversidade.</p> <p>(M2) O professor estimularia que cada aluno no período de 10 (dez) dias realize: (1) uma pesquisa “em casa” ou “na biblioteca” através de recursos digitais ações/attitudes no dia-a-dia que todas as pessoas podem executar em casa, na rua, na escola ou no trabalho que colaborem para a preservação de nossa biodiversidade; (2) observar e anotar algumas ações que presenciou que seja prejudicial ao meio ambiente (em casa, na escola ou na rua), (3) elaborar um relatório com a pesquisa e os resultados de sua observação durante o período estipulado;</p> <p>(M3) O professor em data agendada promoveria uma aula ao ar livre (fora da sala de aula), deixando os alunos à vontade, contudo bem acomodados, e promoveria uma discussão sobre Educação Ambiental e Direitos Humanos baseado nas pesquisas, observações e anotações que realizaram durante o período. O professor valorizaria a opinião e as argumentações de cada aluno sobre o tema.</p> <p>https://www.researchgate.net/publication/330217822_EDUCACAO_AMBIENTAL_E_DIREITOS_HUMANOS_INTERLIGANDO_POSSIBILIDADES_INTERDISCIPLINARES</p>								

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PEDH

9.º Ano – Ensino Fundamental II	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)				PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
	Componente Curricular (Disciplina)	Unidades Temática	Objeto do Conhecimento	Habilidades				
GEOGRAFIA	- Sujeito e seu lugar no mundo	A hegemonia europeia na economia, na política e na cultura Corporações e organismos internacionais (pág 392)	EF09GE01) Analisar criticamente de que forma a hegemonia europeia foi exercida em várias regiões do planeta, notadamente em situações de conflito, intervenções militares e/ou influência cultural em diferentes tempos e lugares. (EF09GE02) Analisar a atuação das corporações internacionais e das organizações econômicas mundiais na vida da população em relação ao consumo, à cultura e à mobilidade. (pág 393)	Este conteúdo trata de como se constituiu, por sua permanente reelaboração, e se apresenta a face cultural complexa e cheia de potencial do país, com sobreposição de tempos, no social, no cultural e no individual. Trata, também, de como se têm entrelaçado, historicamente, características culturais, organização política e inserção econômica de diferentes grupos humanos presentes na formação do Brasil. (pág 152)	Os PCNs para a área de Geografia fundamentam-se numa abordagem teórica e metodológica que procura contemplar os principais avanços que ocorreram no interior dessa disciplina. Entre eles, destacam-se as contribuições dadas pela fenomenologia no surgimento de novas correntes teóricas do pensamento geográfico, os quais se convencionou chamar de Geografia Humanista e Geografia da Percepção. Vale destacar que uma das grandes contribuições dadas pelas novas correntes fenomenológicas da Geografia foi a de buscar explicar e compreender o espaço geográfico não somente como produto de forças econômicas ou de formas de adaptações entre o homem e a natureza, mas também dos fatores culturais. O documento procura valorizar as atitudes e procedimentos que os alunos podem adquirir estudando seu cotidiano com a Geografia. (pág 61)	A educação é compreendida como um direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos. A educação ganha, portanto, mais importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, valorizando o respeito aos grupos socialmente excluídos. Essa concepção de educação busca efetivar a cidadania plena para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos, além da defesa socioambiental e da justiça social. (pág 25)	Art 2º - A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas. § 2º - Aos sistemas de ensino e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos(as) os(as) envolvidos(as) nos processos educacionais.	
	- Conexões e escalas	Integração mundial e suas interpretações: globalização e mundialização (pág 392)	(EF09GE05) Analisar fatos e situações para compreender a integração mundial (econômica, política e cultural), comparando as diferentes interpretações: globalização e mundialização. (pág 393)					
	- Mundo do trabalho	Cadeias industriais e inovação no uso dos recursos naturais e matérias-primas (pág 392)	(EF09GE12) Relacionar o processo de urbanização às transformações da produção agropecuária, à expansão do desemprego estrutural e ao papel crescente do capital financeiro em diferentes países, com destaque para o Brasil. (pág 393)					
	- Formas de representação	Leitura e elaboração de mapas temáticos, croquis e outras formas de representação para analisar informações geográficas (pág 394)	(EF09GE14) Elaborar e interpretar gráficos de barras e de setores, mapas temáticos e esquemáticos (croquis) e anamorfozes geográficas para analisar, sintetizar e apresentar dados e informações sobre diversidade, diferenças e desigualdades sociopolíticas e geopolíticas mundiais. (pág 395)					
	- Natureza, ambiente e qualidade de vida	Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na Europa, na Ásia e na Oceania. (pág 394)	(EF09GE17) Explicar as características físico-naturais e a forma de ocupação e usos da terra em diferentes regiões da Europa, da Ásia e da Oceania. (pág 395)					
	SUGESTÃO DE CONTEÚDO/METODOLOGIA/ATIVIDADE: Organizações Internacionais e a garantia pelos Direitos Humanos (M1) O professor abordaria que ONU é uma organização internacional que surgiu após a segunda guerra mundial (1945) tendo como seu principal objetivo é manter a paz e segurança mundial e garantir os direitos humanos a todas as pessoas. Através de uma comissão da ONU em promulgou em 10 de dezembro de 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) . Esta declaração é um documento reconhecido internacionalmente como o maior instrumento na luta pela garantia dos direitos humanos. Leitura dos 30 artigos da DUDH com os alunos. O professor abordaria que existem outras organizações internacionais que lutam por outros direitos e garantias em áreas diferentes. (M2) O professor organizaria a turma em grupos , sendo que cada grupo pesquisaria “em casa” ou “biblioteca” através de recursos digitais sobre uma organização internacional (UNESCO, OCDE, OMS, OEA, OTAN, OMC, OIT, FMI), produzindo um texto com as seguintes informações: (1) o significado de cada sigla, (2) data da sua criação, (3) os objetivos de cada organização; (4) sua importância na garantia dos direitos humanos; (M3) O professor em data agendada, formaria a turma em círculo ou semicírculo e cada grupo com um cartaz com a sigla da organização. O professor deixaria um cartaz no centro do círculo representando que o ser humano tem vários mecanismos internacionais garantindo seus direitos. De forma voluntária e oral , cada grupo explicará sua pesquisa e sua compreensão sobre a garantia dos direitos humanos.							

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PEDH

9.º Ano – Ensino Fundamental II	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)				PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
	Componente Curricular (Disciplina)	Unidades Temática	Objeto do Conhecimento	Habilidades	<p>Todos os grupos sociais e étnicos têm histórias. Essas histórias são distintas entre si e também distintas do que se convencionou como história do Brasil, no singular. Embora as trajetórias das culturas e etnias no Brasil já façam parte dos conteúdos trabalhados pela escola, com referência aos índios, aos negros, aos imigrantes, o que se propõe são novos conteúdos, que buscam narrar a história do ponto de vista dos grupos sociais que a produziram.</p> <p>Da mesma forma, a vida culturalmente complexa presente na África, com formas igualmente complexas de organização socioeconômica interligadas a essa vida cultural. Com relação aos imigrantes, não bastará conhecer suas vidas nos respectivos continentes de origem — Europa, Ásia, Oriente Médio, África —, mas também compreender como frequentemente características culturais moldaram critérios de escolha e colocação de mão-de-obra, ao longo da história brasileira. (pág 153)</p>	<p>Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de História têm, como pressuposto, que o aluno pode apreender a realidade na sua diversidade e nas múltiplas dimensões temporais. Destacam os compromissos e as atitudes de indivíduos, de grupos e de povos na construção e na reconstrução das sociedades, propondo estudos das questões locais, regionais, nacionais e mundiais, das diferenças e semelhanças entre culturas, das mudanças e permanências no modo de viver, de pensar, de fazer e das heranças legadas por gerações. (pág 60)</p>	<p>O PNEDH está apoiado em documentos internacionais e nacionais, demarcando a inserção do Estado brasileiro na história da afirmação dos direitos humanos e na Década da Educação em Direitos Humanos, prevista no Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH) e seu Plano de Ação. São objetivos balizadores do PMEDH conforme estabelecido no artigo 2º:</p> <p>a) fortalecer o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais;</p> <p>b) promover o pleno desenvolvimento da personalidade e dignidade humana;</p> <p>c) fomentar o entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero e a amizade entre as nações, os povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos; e) construir, promover e manter a paz. (pág 24)</p>	<p>Art. 7º A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas: Incisos I, II e III. Parágrafo único. Outras formas de inserção da Educação em Direitos Humanos poderão ainda ser admitidas na organização curricular das instituições educativas desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional.</p>
	HISTÓRIA	- O nascimento da República no Brasil	A questão da inserção dos negros no período republicano do pós-abolição (pág 428)	(EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil. (pág 429)				
		- Totalitarismos e conflitos mundiais	A Organização das Nações Unidas (ONU) e a questão dos Direitos Humanos (pág 428)	(EF09HI15) Discutir as motivações que levaram à criação da Organização das Nações Unidas (ONU) no contexto do pós-guerra e os propósitos dessa organização. (EF09HI16) Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação. (pág 429)				
		- Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946	A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.) (pág 430)	(EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo. (pág 431)				
- A história recente		O fim da Guerra Fria e o processo de globalização: (pág 432)	(EF09HI33) Analisar as transformações nas relações políticas locais e globais geradas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação. (pág 433)					
<p>SUGESTÃO DE CONTEÚDO/METODOLOGIA/ATIVIDADE: Direitos Humanos uma conquista histórica</p> <p>(M1) O professor abordaria que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um marco histórico para toda a humanidade. Importante ressaltar que a DUDH surgiu após a Segunda Guerra Mundial (1945). Após a promulgação da DUDH o Sistema Global de Proteção aos Direitos Humanos (ONU) se organizou em Sistemas Regionais de Proteção aos Direitos Humanos, sendo eles: Sistema Europeu de Direitos Humanos (1949), Sistema Interamericano de Direitos Humanos (1969) e o Sistema Africano de Direitos Humanos (1986). A ONU em acordo com os países membros promulgam Convenções, Tratados e Declarações como recomendações aos países membros, sendo alguns exemplos: Convenção relativa ao Estatuto do Refugiado (1951), Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência (1975), Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO (1978), Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (1979), Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), Declaração das Nações Unidas sobre o direito dos povos indígenas (2007)</p> <p>(M2) O professor organizaria a turma em grupos (6 grupos) e sortearia os documentos a serem pesquisados “em casa” ou “biblioteca” através de recursos digitais com a participação de todos os membros do grupo e (1) produzir um resumo do respectivo documento e sua finalidade; (2) produzir uma argumentação descritiva (ponto de vista) sobre a contribuição do documento na sociedade brasileira; (3) relatar algum fato divulgado nos meios de comunicação que se identifica com o documento pesquisado.</p> <p>(M3) O professor em data agendada promoveria que cada grupo, por ordem cronológica, apresente sua pesquisa, o resumo e sua argumentação (livre). Os alunos teriam liberdade na forma de apresentar, mas com o tempo definido pelo professor. Ao final o professor avaliaria o conteúdo e conduziria a turma na compreensão que todos estes documentos são importantes na garantia do Direitos Humanos. http://www.dhnet.org.br/ - https://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/ - https://www.youtube.com/watch?v=Rfs9DcRV_yQ&t=475s</p>								

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - PEDH

9.º Ano – Ensino Fundamental II	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)				PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
	Componente Curricular (Disciplina)	Unidades Temática	Objeto do Conhecimento	Habilidades				
	ENSINO RELIGIOSO	- Crenças religiosas e filosofias de vida	Imanência e transcendência Vida e morte Princípios e valores éticos (pág 458)	(EF09ER01) Analisar princípios e orientações para o cuidado da vida e nas diversas tradições religiosas e filosofias de vida. (EF09ER02) Discutir as diferentes expressões de valorização e de desrespeito à vida, por meio da análise de matérias nas diferentes mídias. (EF09ER03) Identificar sentidos do viver e do morrer em diferentes tradições religiosas, através do estudo de mitos fundantes. (EF09ER04) Identificar concepções de vida e morte em diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, por meio da análise de diferentes ritos fúnebres. (EF09ER05) Analisar as diferentes ideias de imortalidade elaboradas pelas tradições religiosas (ancestralidade, reencarnação, transmigração e ressurreição). (EF09ER06) Reconhecer a coexistência como uma atitude ética de respeito à vida e à dignidade humana. (EF09ER07) Identificar princípios éticos (familiares, religiosos e culturais) que possam alicerçar a construção de projetos de vida. (EF09ER08) Construir projetos de vida assentados em princípios e valores éticos. (pág 459)				
<p>SUGESTÃO DE CONTEÚDO/METODOLOGIA/ATIVIDADE: Projetos de vida com princípios e valores éticos</p> <p>(M1) O professor abordaria o conceito de Ética, seus princípios e valores. Reconhecer que tais conceitos e atitudes valorizam a vida e à dignidade humana. Explicaria que a ética é reflexão de atitudes ou comportamentos realizados por outros e até pelo próprio indivíduo. Ex.: “Tem muita gente fazendo, mas entendo (entendemos) que não é correto”. Esse “entendimento” ou “reflexão” é resultado de alguns princípios e valores adquiridos na família, na cultura, na religião ou na escola. Exemplos de princípios éticos na DUDH: “valorização da vida”, “dignidade humana”, “igualdade”, “justiça” e “liberdade”. Abordaria que nossos projetos de vida devem ser pautados com princípios e valores éticos respeitando todas as pessoas que estão ao nosso redor e que conhecemos ao longo de nossa jornada de vida.</p> <p>(M2) O professor organizaria a turma em grupos, sendo que, cada grupo promoveria uma enquete estatística com 50 (cinquenta) pessoas do seu credo religioso. Durante a enquete o grupo deverá: (1) o grupo (aluno) abordará o entrevistado e explicará sobre o tema “Construindo projetos de vida com princípios e valores éticos”, (2) perguntará ao entrevistado, na opinião dele, qual dos princípios éticos existentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos está mais visto na sociedade? (3) perguntará ao entrevistado, na opinião dele, qual dos princípios éticos existentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos está menos visto na sociedade? (4) perguntará ao entrevistado, na opinião dele, se estes princípios éticos são importantes para construir projetos de vida e uma sociedade mais humanizada? (5) o grupo fará uma tabela com resultados (em percentual) da enquete.</p> <p>(M3) O professor em data agendada, formará a turma em grupos e cada grupo explanará a definição de um princípio. Cada grupo apresentaria (forma livre) o resultado de sua pesquisa. O professor estimularia uma discussão com opiniões individuais sobre algumas ações/attitudes que demonstrariam esses princípios e valores no projeto de vida de cada aluno.</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=B5r_9hiKsnM / https://www.youtube.com/watch?v=_uSoacAFCH4 / https://www.youtube.com/watch?v=2gVCs2fjILo</p>								

4 AVALIAÇÃO DO PROTÓTIPO

A participação efetiva na pesquisa deu-se através das escolas: Colégio Tiradentes da Polícia Militar (Ipatinga/MG), Escola Estadual João Ferreira de Oliveira (Poté/MG), Escola Municipal Francisco Sales da Silva Diniz (Contagem/MG), Escola Municipal Prefeito Omar Affonso da Silva (Poté/MG) e Colégio Adventista (Ipatinga/MG). Desta forma, a pesquisa alcançou respectivamente 02 (duas) escolas públicas estaduais, 02 (duas) escolas públicas municipais e 01 (uma) escola da rede privada.

Tabela 1

Número de diretores e professores por Instituição de Ensino

Instituição de Ensino	Cidade/MG	Diretores	Professores
CAD	Ipatinga	2	9
CTPM	Ipatinga	1	9
EEJFO	Poté	2	12
EMFSSD	Contagem	1	11
EMPOAS	Poté	1	9
TOTAL		7	50

Outra vertente avaliadora foram os especialistas em direitos humanos conforme se vê na Tabela 1. Os cinco especialistas participantes possuem, além capacitação em direitos humanos, um alargado conhecimento e experiência docente.

Tabela 2*Número de Especialistas por Instituição de Ensino*

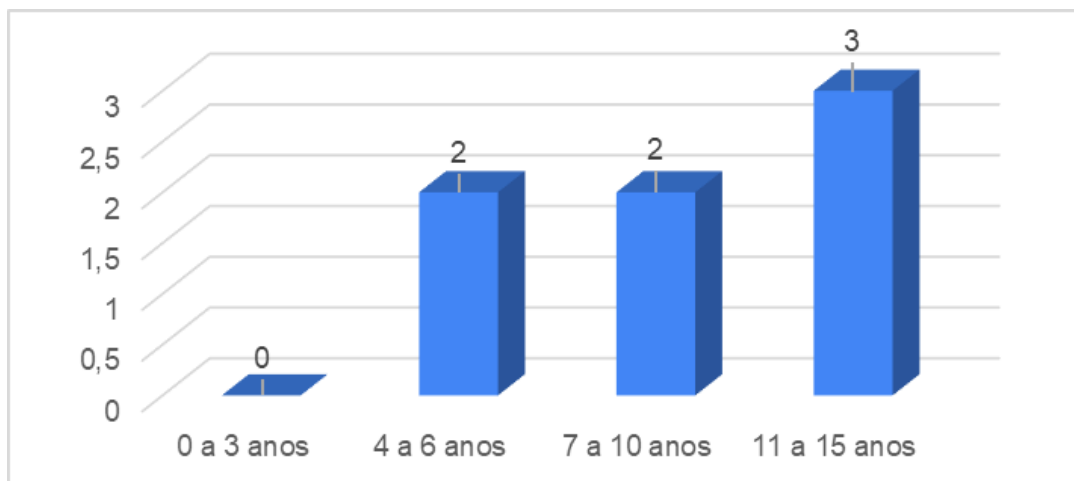
Instituição de Ensino	Especialistas
Alto Comissariado dos Direitos Humanos das Nações Unidas	1
Centro de Pesquisa e Pós Graduação APM/MG	1
Centro de Pesquisa e Pós Graduação APM/MG	1
Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro	1
Centro Federal Tecnológico do Rio de Janeiro	1
TOTAL	5

Face ao número de instituições de ensino existentes no Estado de Minas Gerais e no universo de especialistas no Brasil e no exterior, observa-se na Tabela 2 que a pesquisa se baseou numa amostragem do total existente, uma vez que segundo Dalfovo, Lana, Silva (2008), a amostra tem como corpo uma fração da população delineada na pesquisa.

4.1 Avaliação dos diretores e coordenadores de escolas

Iniciar o processo avaliativo do protótipo através dos diretores e coordenadores foi de suma importância, uma vez que a compreensão dos objetivos da pesquisa pela direção foi de grande valia para o desmembramento aos professores.

Figura 2
Experiência na direção escolar

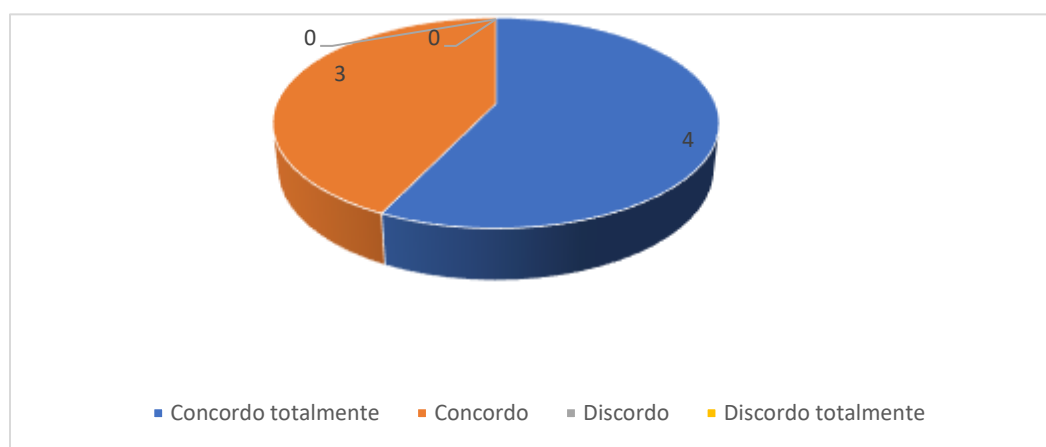


Fonte: autoria própria

Uma primeira e excelente impressão é que a maioria dos diretores e coordenadores possuem um tempo considerável de experiência na direção escolar, possibilitando uma visão real e mais profunda de gestão escolar. Na Figura 2 todos os diretores e coordenadores possuem mais de quatro anos na função.

A EDH e a formação integral do indivíduo

Figura 3
EDH x Formação Integral



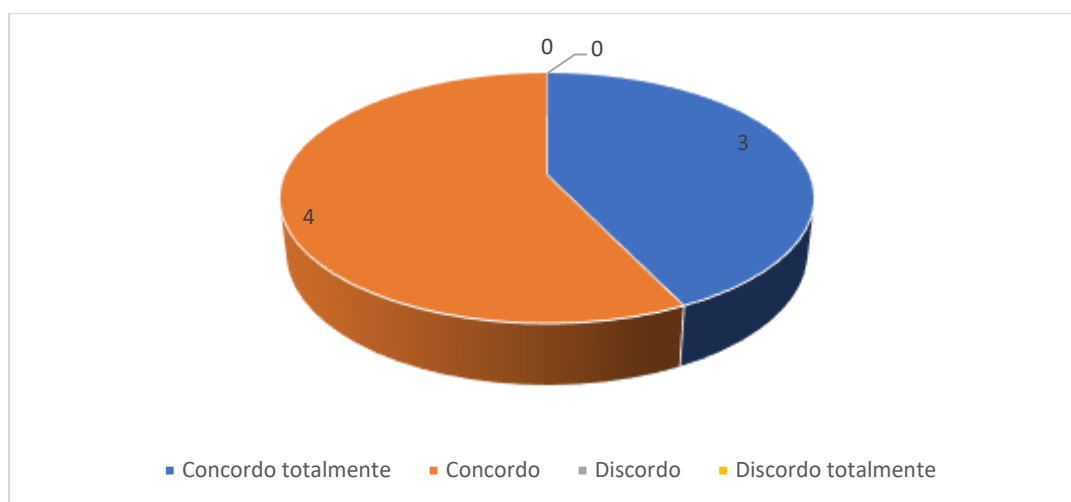
Fonte: autoria própria

No entendimento dos participantes, representado pela Figura 3, a educação em direitos humanos colabora para a formação integral do indivíduo, pois tanto o país quanto o mercado de trabalho buscam indivíduos que, além do conhecimento acadêmico, estejam aptos a viver e a transformar o ambiente em que estão inseridos.

As competências inseridas no programa

Figura 4

Competência x PEDH



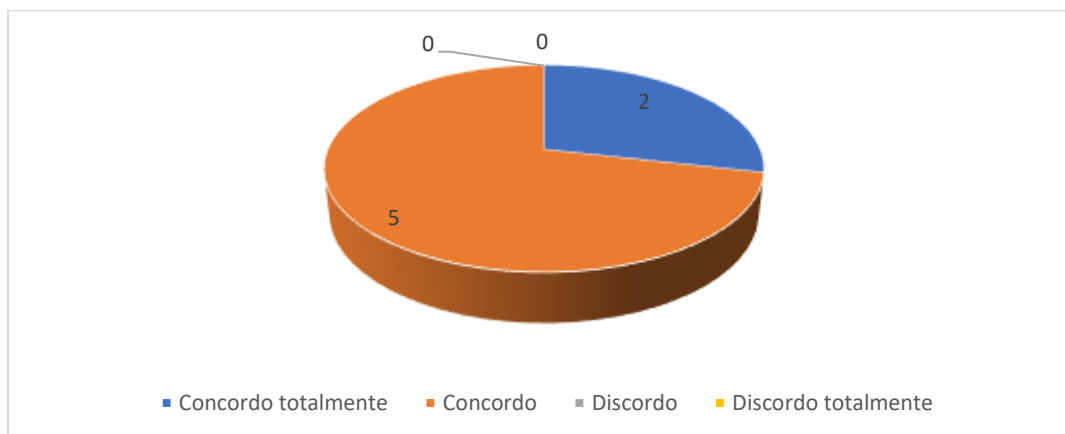
Fonte: autoria própria

Outro aspecto em que os diretores e coordenadores concordam é o fato das competências inseridas no programa promoverem a educação em direitos humanos, visto que na Figura 4 nenhum deles discorda.

As metodologias aplicadas no programa

Figura 5

Metodologias x PEDH



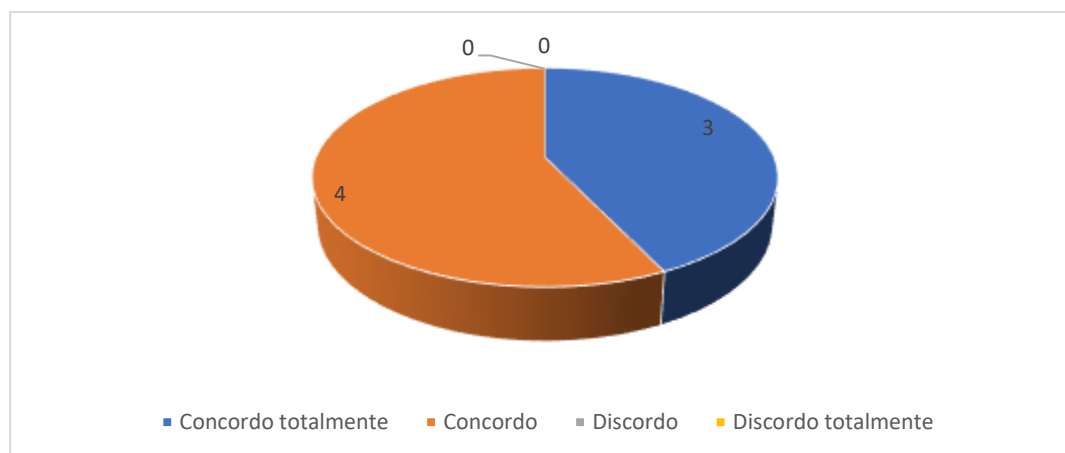
Fonte: autoria própria

No que respeita às metodologias aplicadas ao programa, os participantes deste grupo avaliaram, conforme a Figura 5, que estas são favoráveis à aquisição de competências na educação em direitos humanos, indicando que o uso de metodologias ativas neste caso foi importante para responder à questão.

As atividades sugeridas como instrumento de práticas pedagógicas

Figura 6

Atividades x PEDH



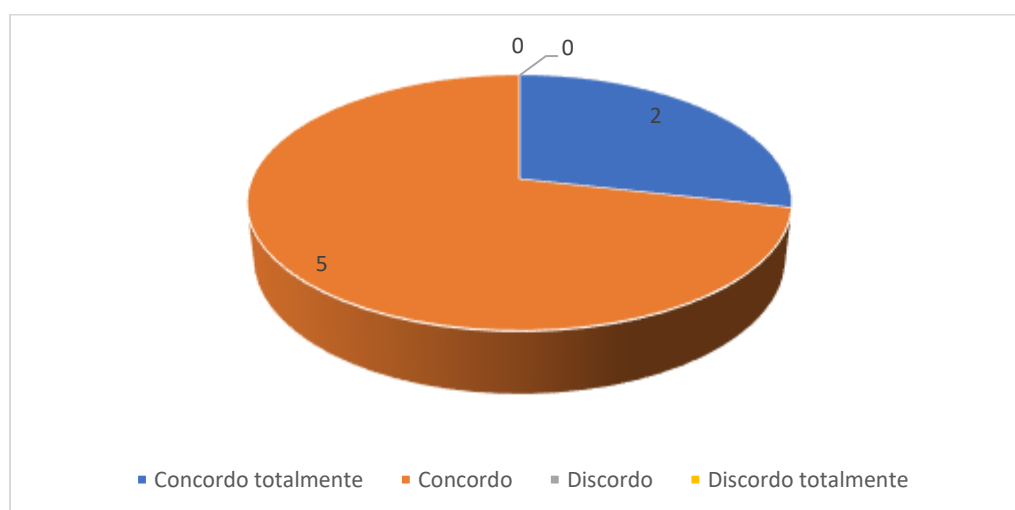
Fonte: autoria própria

Sabe-se que as atividades pedagógicas têm por objetivo reforçar o conhecimento adquirido. Neste sentido, os participantes concordam que as atividades contidas no programa, e sugeridas como prática pedagógica, estão alinhadas com o conteúdo e a faixa etária dos alunos, conforme pode verificar-se através de Figura 6.

Os conteúdos sugeridos e a transversalidade

Figura 7

Conteúdos x PEDH



Fonte: autoria própria

Um dos desafios da pesquisa é a inserção de conteúdos de direitos humanos de forma transversal aos conteúdos previstos na BNCC. A Figura 7 revela que, de acordo com a avaliação dos diretores e coordenadores, o programa responde positivamente à presente questão de investigação, uma vez que todos os participantes concordam que os conteúdos sugeridos integram os conteúdos existentes na BNCC de forma transversal.

Comentários e sugestões dos diretores e coordenadores

Durante todo o processo de avaliação houve contatos diretos com os diretores e coordenadores das escolas.

Os diretores foram unânimes em afirmar que um programa como o sugerido colabora com a formação integral do indivíduo e fortalece a parceria entre escola, família e comunidade. Outro aspecto que também se alinha ao referencial teórico é que os conteúdos sugeridos podem ser aplicados de forma transversal aos previstos na BNCC. Este alinhamento reforça a observação de Candido e Gentilini (2017) sobre a falta da participação e atuação das escolas na escolha dos conteúdos e das metodologias de ensino e aprendizagem, fato relativamente minimizado com a implementação dos PCNs.

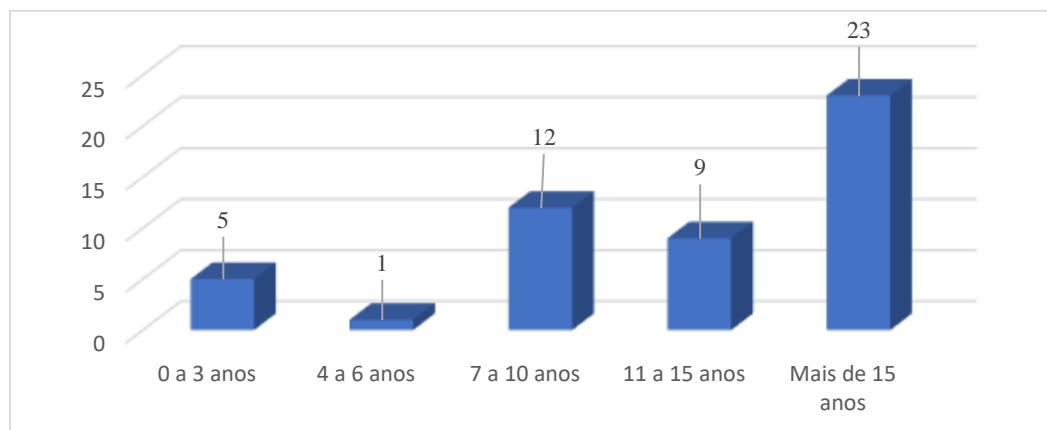
Entre as sugestões enviadas pelos diretores e coordenadores destaca-se a inserção de conteúdos para o acesso a uma educação inclusiva, ao direito da pessoa idosa, à educação para o trânsito e às atividades que envolvam mais ativamente as famílias dos alunos.

4.2 A avaliação pelos professores por disciplina

A avaliação do protótipo pelos professores torna-se imprescindível, pois são eles que labutam diariamente com as dificuldades na aplicação de práticas pedagógicas em todas as áreas do conhecimento e fortalecem os objetivos da pesquisa na resolução de um problema educacional vivenciado por eles próprios.

A colaboração dos professores das diferentes disciplinas regulares indica se o programa possui os conteúdos previsto na BNCC, se os conteúdos sugeridos na área de direitos humanos fazem correlação com a sua disciplina, e respondem às questões da investigação que se propõe.

Figura 8
Experiência na docência

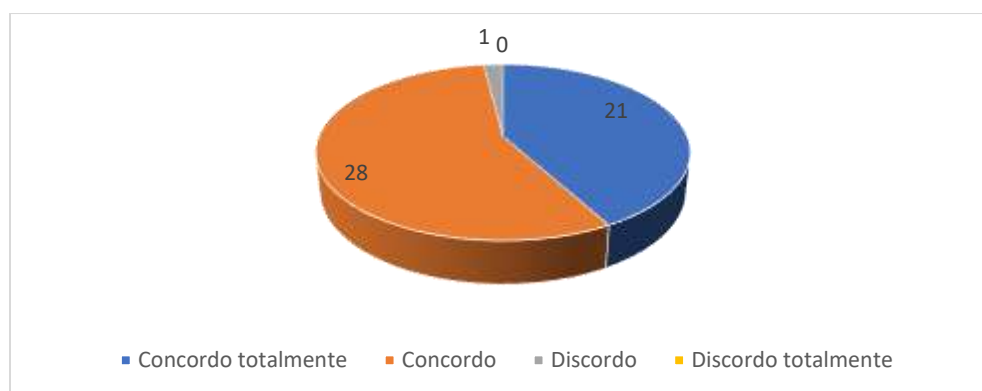


Fonte: autoria própria

A Figura 8 revela que tanto a direção quanto os professores possuem um tempo considerável de experiência em exercício nas funções educacionais. Observa-se ainda que, considerando todos os participantes selecionados de forma aleatória e voluntária, quanto mais tempo de exercício na atividade mais se amplia a visão das carências educativas. A contribuição deste seletivo grupo de participantes guiará a pesquisa nas questões da investigação e fomentará melhorias em todo o processo.

A EDH e a formação integral do indivíduo

Figura 9
EDH x Formação Integral



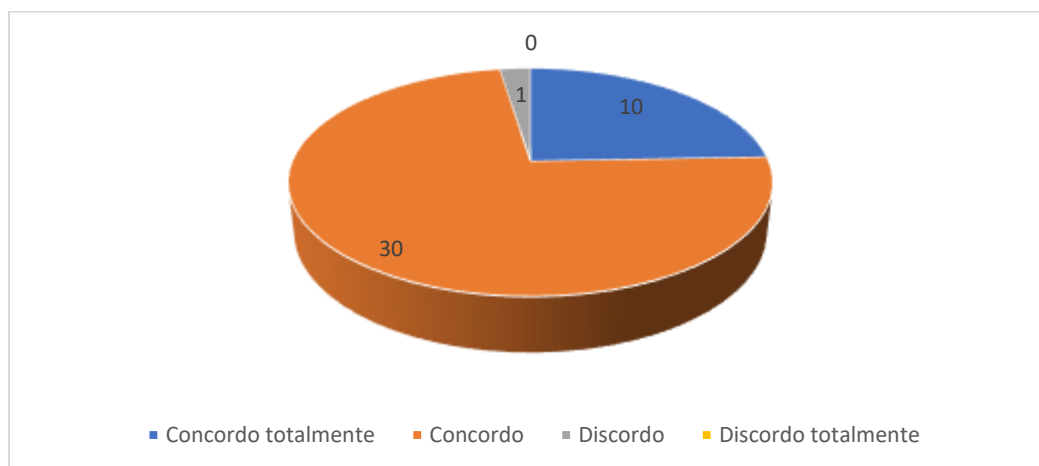
Fonte: autoria própria

Conforme retrata a Figura 9, a maioria dos 50 (cinquenta) professores referem que a educação em direitos humanos deve fazer parte da formação integral do indivíduo. Os professores compreendem que existe uma necessidade social e educacional em relação ao conhecimento dos direitos humanos.

As competências inseridas no programa

Figura 10

Competências x PEDH



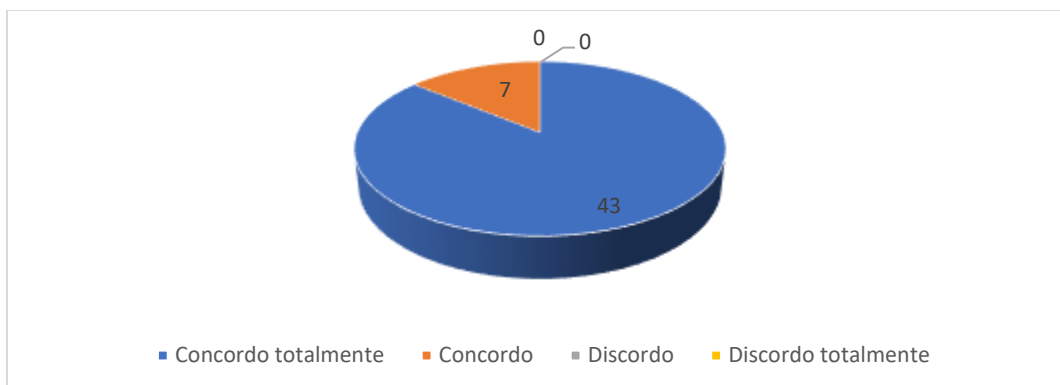
Fonte: autoria própria

É importante que diretores e professores estejam alinhados numa mesma visão educacional. A Figura 10 mostra que, na visão dos professores, as competências inseridas no programa são importantes para a formação integral e para o conhecimento dos direitos humanos.

As metodologias aplicadas ao programa

Figura 11

Metodologias x PEDH



Fonte: autoria própria

As metodologias sugeridas no programa estimulam que o aluno não se limite a receber o conhecimento pronto mas procure através da pesquisa a construção de um novo saber com o auxílio necessário, com os professores ou com os pais. Na Figura 11 observa-se que a totalidade dos professores concordam que as metodologias inseridas no programa contribuem para responder às questões de investigação.

As atividades sugeridas como instrumento de práticas pedagógicas

Figura 12

Atividades x PEDH



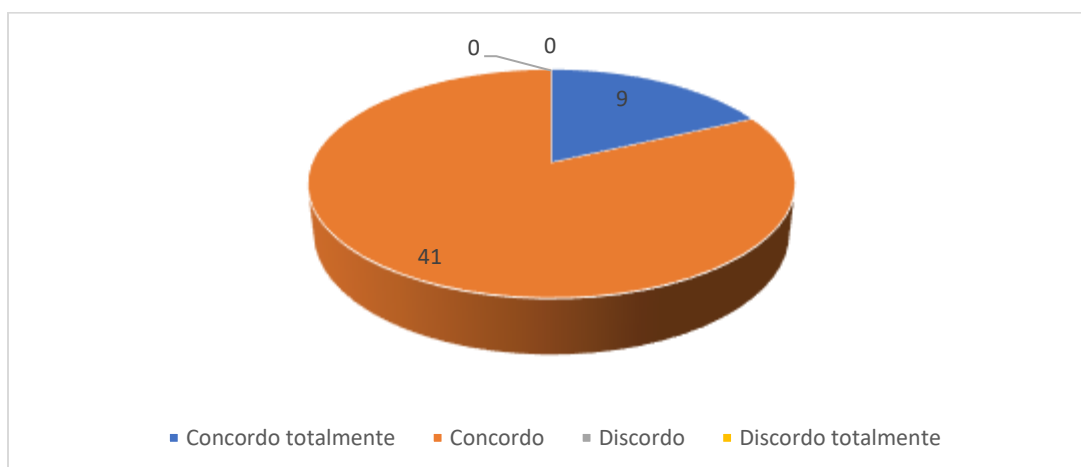
Fonte: autoria própria

Uma das características que todos os professores precisam ter é criatividade. As atividades sugeridas buscam alinhar a consolidação do conhecimento com a faixa etária dos alunos. Na opinião dos avaliadores, a Figura 12, representa que o programa está a responder a uma das questões da investigação.

Os conteúdos sugeridos e a transversalidade

Figura 13

Conteúdos x PEDH



Fonte: autoria própria

A Figura 13 assinala que, na opinião dos professores, os conteúdos sugeridos estão de acordo com o conceito de transversalidade e que o programa atinge esse propósito. Os dados obtidos são satisfatórios; contudo, o professor deve ficar atento para não excluir os conteúdos previstos na BNCC nem os que são sugeridos nos programas.

Comentários e sugestões dos professores

Um dos aspectos relevantes da pesquisa é a participação de atores que atuam diretamente na área em estudo. Os resultados alcançados através da participação dos professores emerge a

necessidade de um currículo em desenvolvimento. A experiência docente permite que os professores possam participar no desenvolvimento curricular a partir de uma necessidade, que é a educação em direitos humanos, de forma a não contrariar o previsto na BNCC, mas inovar através de uma metodologia eficaz, relevante e contextual.

A maioria dos professores alegaram que o programa está bem alinhado com o previsto na BNCC e que a metodologia, as habilidades e a transversalidade são bem afluídas no programa.

Outras sugestões relatadas foram:

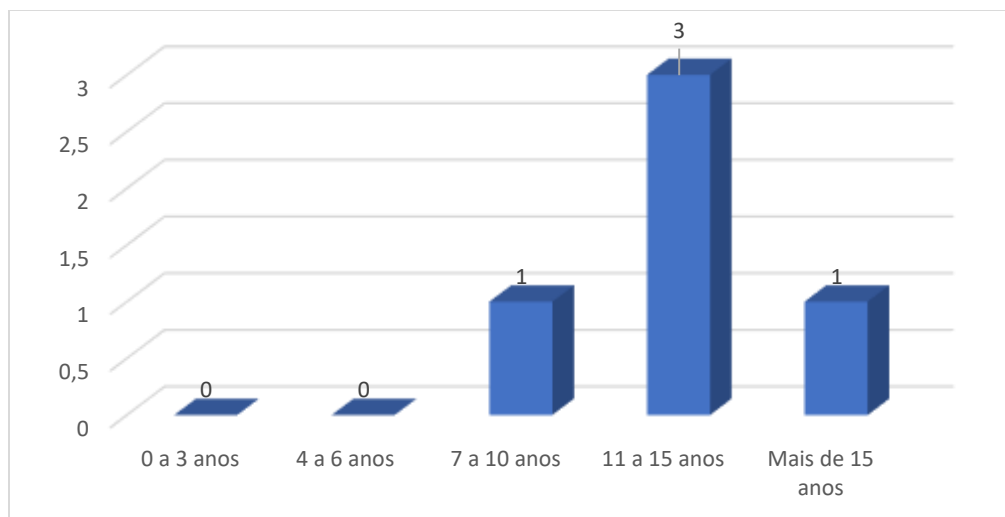
- ✓ Inclusão de conteúdo sobre crianças especiais;
- ✓ Inclusão de conteúdo sobre políticas públicas no ambiente escolar;
- ✓ Inclusão de conteúdos sobre álcool e drogas;
- ✓ Inclusão de conteúdo sobre saúde mental (ansiedade, depressão e outros);
- ✓ Inclusão de conteúdo sobre os povos indígenas e os povos da floresta;
- ✓ Inclusão de conteúdo sobre educação alimentar;
- ✓ Atividades de visitas a órgãos públicos como a prefeitura, o fórum e a câmara;
- ✓ Atividades com as famílias (palestras sobre direitos da família);
- ✓ Atividades literárias através de textos, filmes, canções e documentários;
- ✓ Atividades de autoconhecimento, para os alunos se auto avaliarem;
- ✓ Atividades de valorização da moral, da ética e do civismo.

4.3 A avaliação por especialistas em Direitos Humanos

A avaliação do protótipo por especialistas visa ampliar o ambiente de aprendizagem sobre direitos humanos, de forma a que o problema da pesquisa não seja visto apenas como um

problema educacional da escola ou da sala de aula mas que seja compreendido e estudado numa visão globalizada, humanitária e educacional.

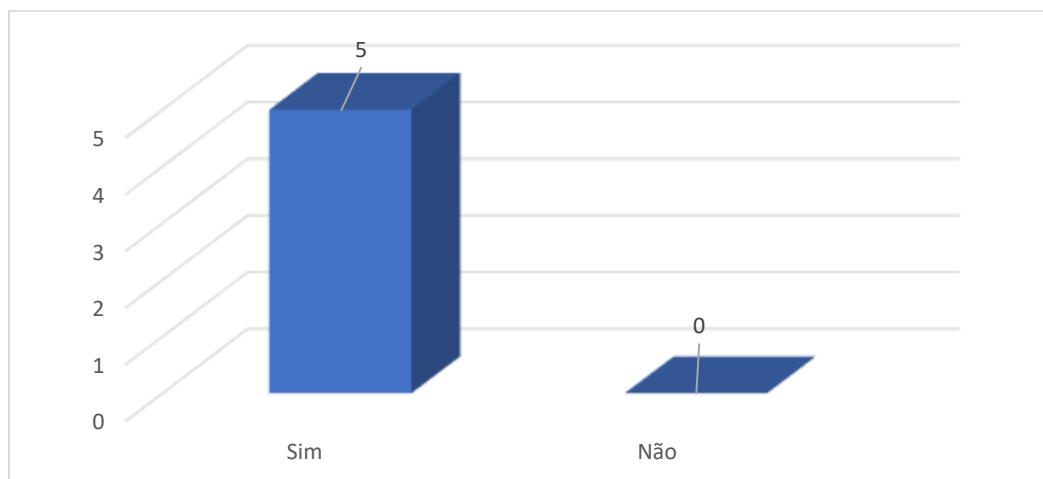
Figura 14
Experiência em direitos humanos



Fonte: autoria própria

Mais uma vez, percebe-se pela Figura 14 que os especialistas também possuem um tempo considerável de experiência na área de direitos humanos, corroborando que a participação destes fortalece os objetivos da pesquisa, além de indicar uma visão mais ampla do que as janelas da sala de aula e os muros da escola.

Figura 15
Experiência na docência

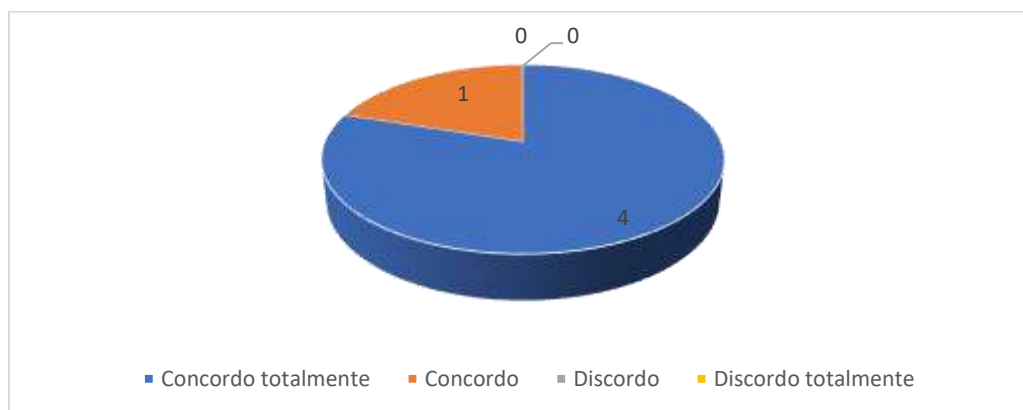


Fonte: autoria própria

A experiência docente dos especialistas em EDH indica o conhecimento tanto dos documentos normativos educacionais como dos instrumentos internacionais que garantem tais direitos, além de direcionar as ações na resolução do problema da pesquisa e nas questões da investigação, conforme mostra a Figura 15.

A EDH e a formação integral do indivíduo

Figura 16
EDH x Formação Integral



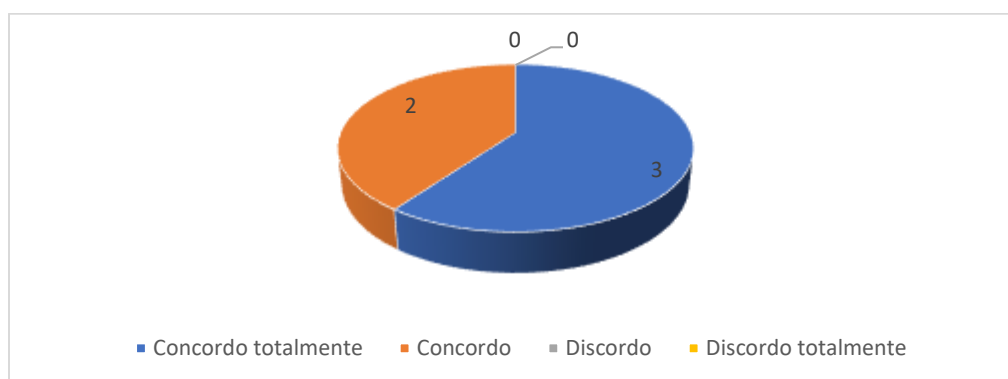
Fonte: autoria própria

A Figura 16 (EDH x Formação Integral) reforça que os especialistas também estão de acordo que a educação em direitos humanos colabora para a formação integral do indivíduo, reafirmando o pensamento de diretores e professores, bem como a ideia central da pesquisa.

As competências, metodologias e atividades inseridas no programa

Figura 17

Competências, metodologias e atividades x PEDH



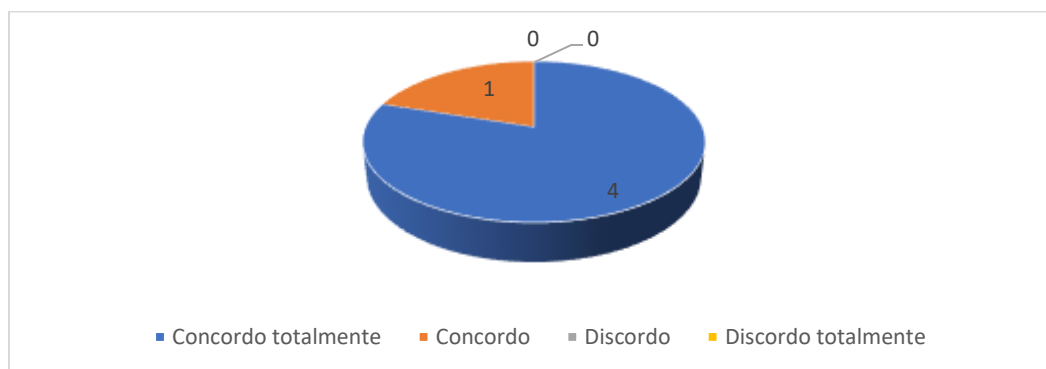
Fonte: autoria própria

De acordo com a Figura 17, nenhum dos especialistas discordou dos pontos relacionados com as competências, metodologias e atividades. Sugeriram que o professor poderia ter a flexibilidade de utilizar as metodologias e as atividades que entendesse mais adequadas.

O programa e a inovação educacional

Figura 18

Inovação Educacional x PEDH



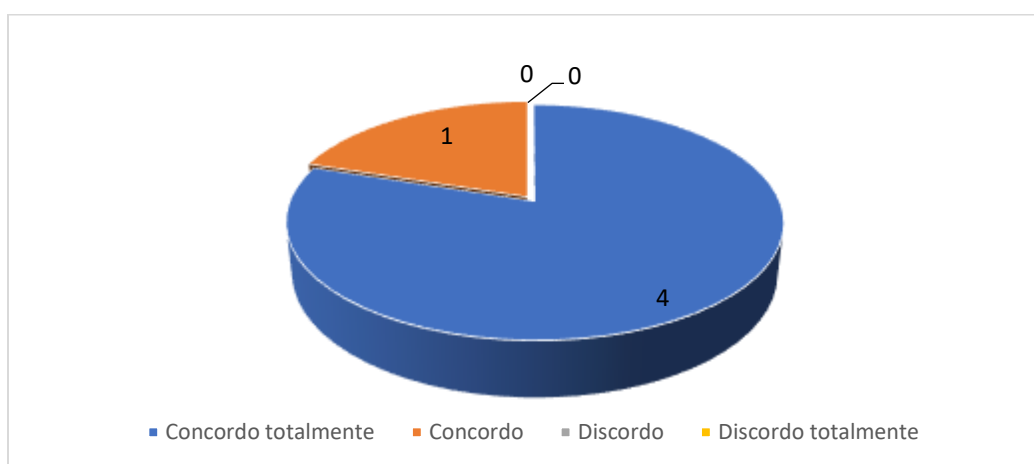
Fonte: autoria própria

Inovação Educacional não é o fato de mudar o que já existe mas apenas para fazer diferente. A inovação precisa ser intenciona e planejada, além de se relacionar com o contexto no qual se pretende implantá-la. É neste sentido que a Figura 18 mostra que a percepção dos especialistas quanto ao programa condiz com o conceito de inovação educacional.

A capacitação docente em EDH

Figura 19

Capacitação docente em EDH



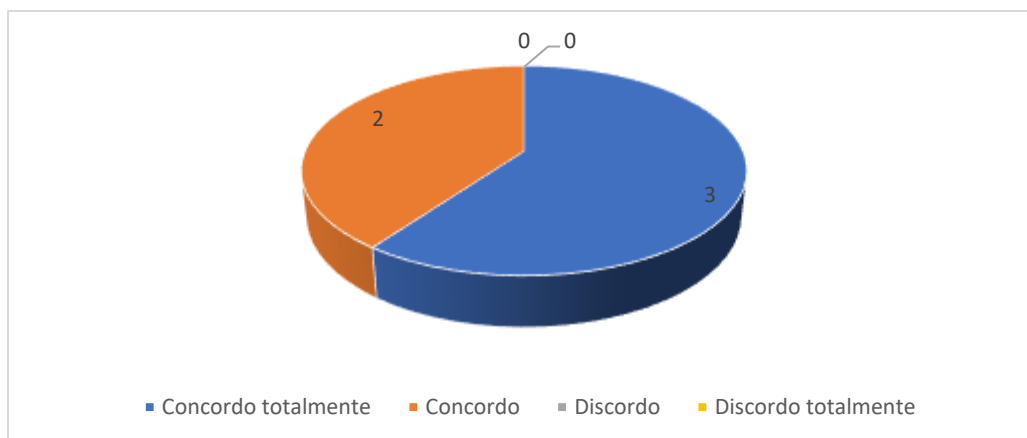
Fonte: autoria própria

A capacitação continuada é fundamental para o exercício da docência. O programa, além de ter como alvo os alunos também visa auxiliar a capacitação do docente em relação ao tema dos direitos humanos. Na Figura 19, todos os especialistas concordam com a necessidade de capacitação docente em EDH.

Os anos finais do Ensino Fundamental como momento ideal para EDH

Figura 20

Anos Finais x EDH



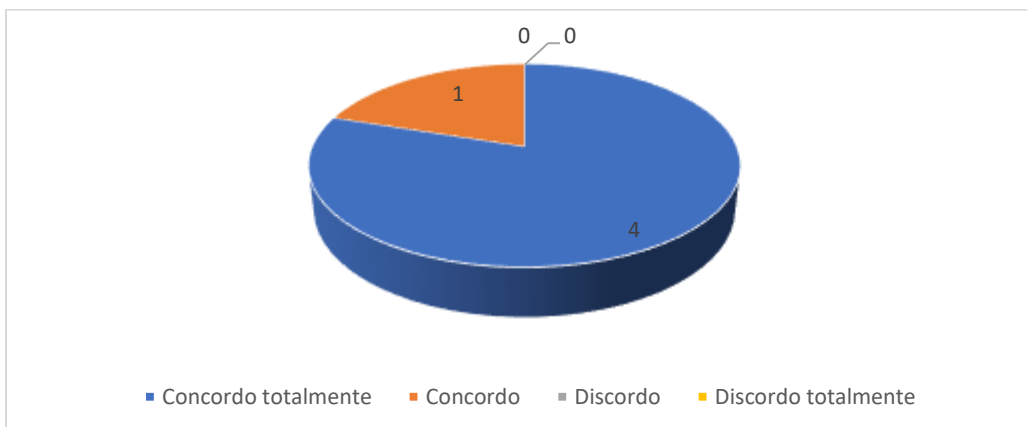
Fonte: autoria própria

Nesta pesquisa não há a intenção de determinar um momento ideal para adquirir certos conhecimentos, todavia, é durante o Ensino Fundamental que os conceitos se transformam em práticas. A Figura 20, mostra que os especialistas concordam em que os anos finais sejam um momento propício para tais conhecimentos.

Capacitação de professores colabora para a transversalidade

Figura 21

Capacitação docente x Transversalidade



Fonte: autoria própria

A transformação rápida e constante é uma característica evidente da sociedade contemporânea. Diante desta característica, o professor precisa estar em constante capacitação profissional. A Figura 21, revela que os especialistas concordam que a capacitação docente colabora com a prática da transversalidade.

Comentários e sugestões dos especialistas em direitos humanos

Os elementos teóricos mencionados neste pesquisa foram distribuídos no corpo dos inquéritos e direcionados de acordo com a função dos atores. Todavia, o inquérito direcionado aos especialistas se deram numa dimensão mais ampla devido a experiência docente e na temática em direitos humanos.

No diálogo entre os resultados obtidos junto aos especialistas em relação aos elementos teóricos é evidenciado que na opinião dos mesmos que a educação em direitos humanos é importante na formação integral do indivíduo, todavia, no desenvolvimento curricular é preciso se ter uma maior flexibilidade na utilização de metodologias e atividades, sugerindo ainda, que o professor pudesse escolher as mais adequadas. Para os especialistas, o elemento teórico que fundamenta a idéia que o PEDH é uma proposta inovadora condizente e bem evidenciado. Sobre a transversalidade seria relevante para os professores uma capacitação docente sobre a temática.

Todos os especialistas estão de acordo em que o conteúdo proposto sobre direitos humanos é um conjunto de conceitos essenciais para uma noção básica na temática. Outro comentário em destaque entre os especialistas é a necessidade de uma noção básica de direito para melhor compreensão e exercício da temática.

Relativamente à avaliação, os especialistas destacam a importância de o programa ser avaliado pelos atores no final de cada ciclo letivo, isto é, a cada dois anos. E conseqüentemente, aprimorando-o e adequando a cada realidade.

5 VERSÃO FINAL DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DH

Após uma alargada análise por parte do investigador, com a participação efetiva dos diretores, professores e especialistas em DH, houve a necessidade de inserção de uma parte introdutória na versão final do PEDH. Esta parte tem como finalidade um melhor esclarecimento daqueles que irão executar o programa e que, desta forma, terão um conhecimento prévio ao fazer a leitura da introdução, justificativa, problematização, objetivos, metodologia e dinâmica.

Para alcançar a versão final do Programa, a integração dos resultados adquiridos através dos inquéritos foi de suma importância na reformulação do protótipo até sua versão otimizada. Foi através dos resultados que os participantes puderam confirmar ou discordar das idéias sugeridas pelo pesquisador. Com base na metodologia utilizada (DBR), os participantes tiveram a oportunidade de expressar nos inquéritos suas opiniões e sugestões para a melhoria do programa, levando em consideração o conhecimento e experiência de cada um. Com isso, após a coleta, análise e compilação dos resultados foi possível reformular o protótipo e sugerir uma versão final de forma colaborativa.

5.1 Orientações

Introdução

Muitos são os desafios históricos, sociais e culturais da sociedade contemporânea. Neste contexto, a “*Educação*” contribui cada vez mais para a formação integral do ser humano e a escola consolida-se como lugar de aprendizado, discussão e prática nessa formação. Sabe-se que a escola tem o papel social na formação integral do indivíduo e que o ambiente escolar é ideal para o aprendizado e o exercício da cidadania. No cerne dessas perspectivas e nos desafios da modernidade está o ser humano e a sua complexidade, tendo o indivíduo um papel dualista de conquistar e se manter livre.

Justificativa

Diante do cenário mundial e contemporâneo, a busca da valorização, do reconhecimento e da dignidade, bem como do exercício da cidadania, revela-se como algo essencial para a formação integral do indivíduo. Muitos países destacam-se na instrumentalização de recursos e diretrizes para que as pessoas consigam alcançar esses objetivos, sendo a Educação em Direitos Humanos (EDH) a ferramenta socioeducativa mais utilizada.

Problematização

No Brasil, de acordo com a BNCC, propõe-se que no Ensino Fundamental II (6.º ao 9.º anos) os alunos estejam preparados para, além de construir um conhecimento, também se envolvam como indivíduos responsáveis e críticos na escola e nas suas comunidades. Os temas transversais existentes são essenciais para tais objetivos, todavia é evidenciado por muitos especialistas que a maioria dos temas sugeridos estão inseridos numa única temática, os Direitos Humanos. Outra situação muito discutida entre os professores do Ensino Fundamental é a falta de capacitação docente sobre os diversos temas transversais, o que também acontece sobre o tema EDH.

Objetivos

O objetivo geral é propor um Programa de Educação em Direitos Humanos (PEDH) para os alunos dos 8.º e 9.º Anos do Ensino Fundamental. Entre os objetivos específicos estariam: (1) estimular os alunos a compreender e praticar Direitos Humanos; (2) habilitar os alunos para atuar como protagonistas sociais na escola, na família e na comunidade; (3) sugerir aos professores competências, habilidades, metodologias e atividades dentro de sua área específica (disciplina) para desenvolvimento do tema de forma transversal; e (4) orientar a escola no desenvolvimento de práticas pedagógicas na área dos Direitos Humanos, fomentando o fortalecimento de um ambiente de aprendizagem entre escola, família e comunidade.

Metodologia

Para cada ano letivo sugere-se 10 (dez) lições sobre Direitos Humanos, sendo 01 (uma) lição para cada disciplina de forma transversal e com fundamentação na legislação educacional brasileira. Ao final do ano letivo seriam 20 (vinte) horas de estudos em DH. Ressalta-se que, ao final dos dois anos letivos, o aluno realizaria 40 (quarenta) horas, o conhecimento adquirido equivalente a um curso básico sobre DH.

Dinâmica

Em cada disciplina o programa propõe que o professor desenvolva a lição em 03 (três) momentos de 40 (quarenta) minutos. O primeiro momento (M1) para a exposição do tema em sala de aula; o segundo momento (M2) sugestão de pesquisa de campo, no terceiro momento (M3) uma atividade em sala para construção de conhecimento, totalizando de 02 (duas) horas por disciplina.

5.2 Quadro de temas relacionados

Quadro 1 - Temas sobre Direitos Humanos relacionados à disciplina

DISCIPLINA	8.º Ano	9.º Ano
Escola	A Escola e a Educação em Direitos Humanos	Práticas Pedagógicas sobre Direitos Humanos
Língua Portuguesa	Preconceito e discriminação: uma violência contra a dignidade humana	Direitos Humanos e os Grupos Vulneráveis
Artes	O Brasil e sua diversidade cultural	O mundo e sua diversidade cultural
Educação Física	Saúde física e mental para promoção da paz	Jogos Olímpicos na promoção da paz e do respeito
Língua Inglesa	Because everybody has the right for education	Bullying: disrespect for human dignity
Matemática	Orçamento familiar: compreensão e participação	Direitos Humanos nas políticas públicas
Ciências	Prevenção de DST e Direitos Humanos	Preservação da biodiversidade e os Direitos Humanos
Geografia	Organizações brasileiras e a garantia pelos DH	Organizações Internacionais e a garantia pelos DH
História	Caminhada histórica rumo aos Direitos Humanos	Direitos Humanos uma conquista histórica
Ensino Religioso	Diálogo e Respeito contra a intolerância religiosa	Projetos de vida com princípios e valores éticos
	20 horas	20 horas

5.3 O Programa de Educação em Direitos Humanos

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
Instituição de Ensino:		
Unidade Curricular:	A ESCOLA (Direção)	8.º Ano
Assunto:	A Escola e a Educação em Direitos Humanos	
Fundamentação Teórica		
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)		
<p>Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Nesse sentido, também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação (pág 60). Todo esse quadro impõe à escola desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações. É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais (pág 61). Além disso, e tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola (pág 61). Nessa direção, no Ensino Fundamental – Anos Finais, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social (pág 62).</p>		
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PLURALIDADE CULTURAL		
<p>A escola deve ser local de aprendizagem de que as regras do espaço público permitem a coexistência, em igualdade, dos diferentes. O trabalho com Pluralidade Cultural se dá a cada instante, exige que a escola alimente uma “Cultura da Paz”, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos e na noção de cidadania compartilhada por todos os brasileiros. O aprendizado não ocorrerá por discursos, e sim num cotidiano em que uns não sejam “mais diferentes” do que os outros (pág 117). Reconhecer essa complexidade que envolve a problemática social, cultural e étnica é o primeiro passo. A escola tem um papel fundamental a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é um espaço em que pode se dar a convivência entre estudantes de diferentes origens, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada um conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. (pág 123)</p>		
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS		
<p>Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania (pág 5). A realização do acolhimento e da socialização dos alunos pressupõe o enraizamento da escola na comunidade. A interação entre equipe escolar, alunos, pais e outros agentes educativos possibilita a construção de projetos que visam a melhor e mais completa formação do aluno. A separação entre escola e comunidade fica demarcada pelas atribuições e responsabilidades e não pela realização de um projeto comum. (pág 43)</p>		
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
<p>Assim, a educação em direitos humanos deve abarcar questões concernentes aos campos da educação formal, à escola, aos procedimentos pedagógicos, às agendas e instrumentos que possibilitem uma ação pedagógica conscientizadora e libertadora, voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa. Não é apenas na escola que se produz e reproduz o conhecimento, mas é nela que esse saber aparece sistematizado e codificado. Ela é um espaço social privilegiado onde se definem a ação institucional pedagógica e a prática e vivência dos direitos humanos. Nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas. (pág 29)</p>		
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
<p>Art. 10. Os sistemas de ensino e as instituições de pesquisa deverão fomentar e divulgar estudos e experiências bem sucedidas realizados na área dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos. Art. 11. Os sistemas de ensino deverão criar políticas de produção de materiais didáticos e paradidáticos, tendo como princípios orientadores os Direitos Humanos, e por extensão, a Educação em Direitos Humanos</p>		
Sugestão Prática do Programa		
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS		
<p>1º MOMENTO: A Escola, através de sua direção, no início do ano letivo, numa reunião com os professores de todas as disciplinas do Ensino Fundamental II (Anos Finais) e apresentará o Programa de Educação em Direitos Humanos (PEDH) como proposta de um projeto pedagógico numa concepção de Educação Integral (https://educacaointegral.org.br/conceito/), estimulando cada professor que o sucesso do programa se faz com a colaboração de todos. O Programa é constituído por duas fases: uma fase teórica (conhecimentos em Direitos Humanos) e outra prática (práticas pedagógicas em Direitos Humanos).</p> <p>2º MOMENTO: A Escola, através da sua direção, poderá convidar um especialista em Direitos Humanos para explicar aos alunos do 8º e 9º Anos e professores: (1) O que são Direitos Humanos, (2) para que servem os Direitos Humanos, (3) instrumentos legais na garantia dos Direitos Humanos e (4) como exercer os Direitos Humanos. Este especialista palestrante teria o foco que o público alvo são adolescentes do Ensino Fundamental.</p> <p>3º MOMENTO: A Escola, através da sua direção, após palestra com especialista incentivaria a formação de uma Comissão de Direitos Humanos da Escola (CDHE) com representante dos professores, pais e/ou responsáveis e alunos para discutir e planejar práticas pedagógicas com a finalidade de estimular ações humanitárias dentro da escola. Sugestão de composição da CDHE: 02 (dois) professores, 02 (dois) pais e/ou responsáveis, 03 (três) aluno do 8º Ano e 03 (três) alunos do 9º Ano. Em todos os anos surgiria a oportunidade de incluir na Comissão 03 (três) novos alunos, uma vez que os participantes do 9º Ano já não estarão na escola e os alunos que eram do 8º Ano permaneceriam na Comissão. A Comissão poderia realizar atividades de promoção aos Direitos Humanos dentro da escola (valorização da vida, respeito a dignidade humana, bullying, preconceito, discriminação e divulgação de direitos e deveres dentro da escola).</p>		
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR		
<p>https://www.youtube.com/watch?v=-ijcuKJtqpc https://www.youtube.com/watch?v=grpI6mlvr0Q https://www.youtube.com/watch?v=fILvA3ExdNQ</p>		

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
Instituição de Ensino:		
Unidade Curricular:	LÍNGUA PORTUGUESA (Campo Jornalístico-Midiático)	8.º Ano
Assunto:	Preconceito e discriminação: uma violência contra a dignidade humana	
Fundamentação Teórica		
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BNCC (2018)	UNIDADES TEMÁTICA: Leitura; Produção de textos; Oralidade; Análise linguística e semiótica	
	OBJETO DO CONHECIMENTO: Caracterização do campo jornalístico e relação entre os gêneros em circulação, mídias e práticas da cultura digital (pág 176); Estratégia de produção: textualização de texto informativos (pág 178); Estratégias de produção: planejamento e participação em debates regrados (pág 180); Argumentação: movimentos argumentativos, tipos de argumento e força argumentativa (pág 180)	
	HABILIDADES: (EF89LP01) Analisar os interesses que movem o campo jornalístico, os efeitos das novas tecnologias no campo e as condições que fazem da informação uma mercadoria, de forma a poder desenvolver uma atitude crítica frente aos textos jornalísticos (pág 177); (EF89LP09) Produzir reportagem impressa, com título, linha fina (optativa), organização composicional (expositiva, interpretativa e/ou opinativa), progressão temática e uso de recursos linguísticos compatíveis com as escolhas feitas e reportagens multimidiáticas, tendo em vista as condições de produção, as características do gênero, os recursos e mídias disponíveis, sua organização hipertextual e o manejo adequado de recursos de captação e edição de áudio e imagem e adequação à norma-padrão (Pág 179); (EF89LP13) Planejar entrevistas orais com pessoas ligadas ao fato noticiado, especialistas etc., como forma de obter dados e informações sobre os fatos cobertos sobre o tema ou questão discutida ou temáticas em estudo, levando em conta o gênero e seu contexto de produção, partindo do levantamento de informações sobre o entrevistado e sobre a temática e da elaboração de um roteiro de perguntas... (pág 181); (EF89LP14) Analisar, em textos argumentativos e propositivos, os movimentos argumentativos de sustentação, refutação e negociação e os tipos de argumentos, avaliando a força/tipo dos argumentos. (pág 181); (EF89LP15) Utilizar, nos debates, operadores argumentativos que marcam a defesa de ideia e de diálogo com a tese do outro: concordo, discordo, concordo parcialmente, do meu ponto de vista (pág 181).	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PLURALIDADE CULTURAL Práticas e valorização da circulação de informações para a organização coletiva e como fundamento da liberdade de expressão e associação (pág 47) . Conhecimento dos instrumentos disponíveis para o fortalecimento da cidadania (pág 50).		
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS Desenvolver o domínio da expressão oral e escrita através do processo de escuta de textos orais, processo de leitura de textos escritos, processo de produção de textos orais. Processo de produção de textos escritos e no processo de análise linguística (pág 49 a 63)		
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Incentivar estudos e pesquisas sobre as violações dos direitos humanos no sistema de ensino e outros temas relevantes para desenvolver uma cultura de paz e cidadania; (pág 35)		
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Art 2º - A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas. § 1º Os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.		
Sugestão Prática do Programa		
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS 1º MOMENTO: O professor abordaria o tema e a definição de “ <u>preconceito</u> ”, “ <u>discriminação</u> ” e “ <u>dignidade humana</u> ”. Sugestão de explorar os conceitos e o texto de Valter Bitencourt Júnior pelo site https://escolaeducacao.com.br/texto-sobre-preconceito/ . O professor também exploraria o tema dentro de um <u>contexto atual, relevante e jornalístico</u> que os alunos tenham acesso. Ao final deste momento o professor incentivará a turma a pesquisar os vários <u>tipos de preconceito</u> e consequentes <u>atitudes discriminatórias</u> . 2º MOMENTO: O aluno após <u>pesquisa</u> através de <u>recursos digitais</u> sobre tipos de preconceitos e ações discriminatórias relativas a cada tipo de preconceito produziria: (1) <u>um resumo</u> com 05 (cinco) tipos de preconceitos e ações discriminatórias oriundas do tipo escolhido; (2) escolheria um tipo de preconceito entre os 05 pesquisados e produzirá uma <u>reportagem (texto informativo sobre tal preconceito e suas consequências)</u> a dignidade humana. Após avaliação do professor o texto informativo poderá ser divulgado nas redes sociais (<u>voluntariamente</u>); 3º MOMENTO: O professor após a recolha da atividade, e em data agendada, estimularia <u>um Brainstorming</u> (Tempestade de ideias) com todos os alunos sobre o tema “Preconceito e discriminação: uma violência contra a dignidade humana”. O professor incentivaria os alunos a <u>discussão oral</u> , exposição do <u>ponto de vista individual</u> , a <u>argumentação</u> e a reflexão sobre a <u>opinião do outro</u> . Ao final reforçaria a ideia que devemos treinar a mente e evitar pensamentos preconceituosos e consequentemente ações discriminatórias, pois assim colaboramos no respeito e na garantia da dignidade humana.		
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e-o-que-e-sociologia/o-que-e-preconceito.htm		

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
Instituição de Ensino:		
Unidade Curricular:	ARTES	8.º Ano
Assunto:	O Brasil e sua diversidade cultural	
Fundamentação Teórica		
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BNCC (2018)	UNIDADES TEMÁTICA: Artes Visuais; Dança; Música; Teatro e Artes Integradas	
	OBJETO DO CONHECIMENTO: Processos de criação (pág 206) Contextos e práticas (pág 206) Processos de criação (pág 208) Contextos e práticas (pág 208) Patrimônio cultural (pág 210)	
	HABILIDADES: (EF69AR06) Desenvolver processos de criação em artes visuais, com base em temas ou interesses artísticos, de modo individual, coletivo e colaborativo, fazendo uso de materiais, instrumentos e recursos convencionais, alternativos e digitais (pág 207); (EF69AR09) Pesquisar e analisar diferentes formas de expressão, representação e encenação da dança, reconhecendo e apreciando composições de dança de artistas e grupos brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas (pág 207); (EF69AR23) Explorar e criar improvisações, composições, arranjos, jingles, trilhas sonoras, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos acústicos ou eletrônicos, convencionais ou não convencionais, expressando ideias musicais de maneira individual, coletiva e colaborativa (pág 209); (EF69AR24) Reconhecer e apreciar artistas e grupos de teatro brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas, investigando os modos de criação, produção, divulgação, circulação e organização da atuação profissional em teatro (pág 209); (EF69AR34) Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, e favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas (pág 211).	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PLURALIDADE CULTURAL A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal (pág 7 – Introdução).		
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS A arte é um conhecimento que permite a aproximação entre indivíduos, mesmo os de culturas distintas, pois favorece a percepção de semelhanças e diferenças entre as culturas, expressas nos produtos artísticos e concepções estéticas, em um plano diferenciado da informação discursiva (pág 488).		
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS 14. apoiar expressões culturais cidadãs presentes nas artes e nos esportes, originadas nas diversas formações étnicas de nossa sociedade; 15. favorecer a valorização das expressões culturais regionais e locais pelos projetos político-pedagógicos das escolas; 16. dar apoio ao desenvolvimento de políticas públicas destinadas a promover e garantir a educação em direitos humanos às comunidades quilombolas e aos povos indígenas, bem como às populações das áreas rurais e ribeirinhas, assegurando condições de ensino e aprendizagem adequadas e específicas aos educadores e educandos (pág 34)		
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Art. 3º - A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I – dignidade humana; II – igualdade de direitos; III – reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;		
Sugestão Prática do Programa		
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS 1º MOMENTO: O professor abordaria a grandeza cultural do Brasil e sua <u>diversidade cultural</u> . A divisão geográfica do Brasil reforça que temos 05 (cinco) regiões com culturas distintas e bem marcantes. Através de um mapa do Brasil mostraria as cinco regiões do Brasil ressaltando algumas características culturais de cada região. Com o intuito de tentar preservar a riqueza da diversidade cultural dos países, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) criou a “ <u>Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural</u> ”. 2º MOMENTO: O professor organizaria a turma em 05 (cinco) <u>grupos</u> , sendo que cada grupo <u>pesquisaria</u> “em casa” através de <u>recursos digitais</u> sobre: (1) <u>uma característica cultural</u> (artes visuais, dança, música, teatro e artes integradas) da região selecionada; (2) <u>produzirá um relato</u> sobre a existência de <u>outras nacionalidades</u> na região pesquisada; (3) <u>abordará a influência de outras etnias</u> na característica cultural da região. 3º MOMENTO: O professor em data agendada permitiria que cada grupo apresente de forma oral a <u>expressão artística</u> pesquisada (<u>participação coletiva</u>). Logo após o grupo demonstraria para os demais alunos uma <u>apresentação cultural</u> da região selecionada.		
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR https://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-diversidade-cultural-no-brasil.htm		

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
Instituição de Ensino:		
Unidade Curricular:	EDUCAÇÃO FÍSICA	8.º Ano
Assunto:	Saúde física e mental para promoção da paz	
Fundamentação Teórica		
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BNCC (2018)	UNIDADES TEMÁTICA: Esportes; Ginásticas; Lutas; Práticas corporais de aventura.	
	OBJETO DO CONHECIMENTO: Esportes de rede/parede, Esportes de campo e taco, Esportes de invasão e Esportes de combate (pág 236); Ginástica de condicionamento físico e Ginástica de conscientização corporal (pág 236); Lutas do mundo (pág 238); Práticas corporais de aventura na natureza (pág 238).	
	HABILIDADES: (EF89EF05) Identificar as transformações históricas do fenômeno esportivo e discutir alguns de seus problemas (doping, corrupção, violência etc.) e a forma como as mídias os apresentam (pág 237) (EF89EF06) Verificar locais disponíveis na comunidade para a prática de esportes e das demais práticas corporais tematizadas na escola, propondo e produzindo alternativas para utilizá-los no tempo livre (pág 237); (EF89EF09) Problematizar a prática excessiva de exercícios físicos e o uso de medicamentos para a ampliação do rendimento ou potencialização das transformações corporais (pág 237); (EF89EF16) Experimentar e fruir a execução dos movimentos pertencentes às lutas do mundo, adotando procedimentos de segurança e respeitando o oponente. (EF89EF18) Discutir as transformações históricas, o processo de esportivização e a midiática de uma ou mais lutas, valorizando e respeitando as culturas de origem (pág 239); (EF89EF21) Identificar as características (equipamentos de segurança, instrumentos, indumentária, organização) das práticas corporais de aventura na natureza, bem como suas transformações históricas. (pág 239)	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PLURALIDADE CULTURAL A diversidade marca a vida social brasileira. Diferentes características regionais e manifestações de cosmologias ordenam de maneiras diferenciadas a apreensão do mundo, a organização social nos grupos e regiões, os modos de relação com a natureza, a vivência do sagrado e sua relação com o profano. O campo e a cidade propiciam às suas populações vivências e respostas culturais diversas, que implicam ritmos de vida, ensinamentos de valores e formas de solidariedade distintas (pág 125); Por sua vez, o conceito de etnia substitui com vantagens o termo “raça”, já que tem base social e cultural. “Etnia” ou “grupo étnico” designa um grupo social que se diferencia de outros por sua especificidade cultural. Atualmente o conceito de etnia estende-se a todas as minorias que mantêm modos de ser distintos e formações que se distinguem da cultura dominante (pág 132)		
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS A Educação Física, dentro do que se propõe nos Parâmetros Curriculares Nacionais, é a área do conhecimento que introduz e integra os alunos na cultura corporal do movimento, com finalidades de lazer, de expressão de sentimentos, afetos e emoções, de manutenção e melhoria da saúde. Para tanto, rompe com o tratamento tradicional dos conteúdos que favorece os alunos que já têm aptidões, adotando como eixo estrutural da ação pedagógica o princípio da inclusão, apontando para uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social e da afirmação de valores e princípios democráticos (pág 62).		
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Propor ações fundamentadas em princípios de convivência, para que se construa uma escola livre de preconceitos, violência, abuso sexual, intimidação e punição corporal, incluindo procedimentos para a resolução de conflitos e modos de lidar com a violência e perseguições ou intimidações, por meio de processos participativos e democráticos; Apoiar ações de educação em direitos humanos relacionadas ao esporte e lazer, com o objetivo de elevar os índices de participação da população, o compromisso com a qualidade e a universalização do acesso às práticas do acervo popular e erudito da cultura corporal (pág 35);		
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Art. 7º A inserção dos conhecimentos concernentes a Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas: I – pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II – como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; III – de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.		
Sugestão Prática do Programa		
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS 1º MOMENTO: O professor abordaria sobre a importância da educação física e ao esporte , ressaltando que sua prática é um direito fundamental de todos, sendo essenciais para o pleno desenvolvimento da sua personalidade, melhoria da saúde e promoção da paz entre os povos, de acordo com a Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO. O professor faria uma breve explanação sobre a importância de cuidar da saúde física e saúde mental . Relatos científicos apontam que a prática regular de exercícios físicos colabora para a melhoria da saúde mental. 2º MOMENTO: O professor incentivaria que cada aluno pesquise “em casa” através de recursos digitais e (1) escolha um esporte que lhe agrada; (2) relate, na sua opinião , 03 (três) benefícios deste esporte para a saúde (física e mental), (3) como este esporte pode colaborar na promoção da paz entre os povos, e (4) relate um fato/notícia que este esporte promoveu uma ação humanitária no Brasil ou no mundo. 3º MOMENTO: O professor em data agendada deixaria que cada aluno relate de forma oral sua pesquisa e resultados para toda a turma. Dependendo do tamanho da turma o professor poderia realizar esta dinâmica em momentos distintos		
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216489_por (Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO)		

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
Instituição de Ensino:		
Unidade Curricular:	LÍNGUA INGLESA	8.º Ano
Assunto:	Because everybody has the right for education	
Fundamentação Teórica		
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BNCC (2018)	UNIDADE TEMÁTICA: Eixo da Oralidade; Eixo da Leitura; Eixo da Escrita; Eixo do Conhecimento Linguístico; Eixo da Dimensão Intercultural	
	OBJETO DO CONHECIMENTO: Compreensão de textos orais, multimodais, de cunho informativo/jornalístico (pág 256); Leitura de textos de cunho artístico/literário (pág 256); Produção de textos escritos com mediação do professor/colegas (pág 256); Construção de repertório lexical (pág 258); Construção de repertório artístico-cultural (pág 258).	
	HABILIDADES: (EF08LI03) Construir o sentido global de textos orais, relacionando suas partes, o assunto principal e informações relevantes (pág 257); (EF08LI06) Apreciar textos narrativos em língua inglesa (contos, romances, entre outros, em versão original ou simplificada), como forma de valorizar o patrimônio cultural produzido em língua inglesa (pág 257); (EF08LI07) Explorar ambientes virtuais e/ou aplicativos para acessar e usufruir do patrimônio artístico literário em língua inglesa. (pág 257) (EF08LI11) Produzir textos (comentários em fóruns, relatos pessoais, mensagens instantâneas, tweets, reportagens, histórias de ficção, blogues, entre outros), com o uso de estratégias de escrita (planejamento, produção de rascunho, revisão e edição final), apontando sonhos e projetos para o futuro (pessoal, da família, da comunidade ou do planeta) (pág 257); (EF08LI12) Construir repertório lexical relativo a planos, previsões e expectativas para o futuro (pág 257); (EF08LI16) Utilizar, de modo inteligível, corretamente, some, any, many, Much (pág 257); (EF08LI17) Empregar, de modo inteligível, os pronomes relativos (who, which, that, whose) (pág 257); para construir períodos compostos por subordinação. (pág 259)	
	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PLURALIDADE CULTURAL Conhecer a existência do uso de outras línguas diferentes da Língua Portuguesa, idioma oficial, significa não só ampliação de horizontes, como também compreensão da complexidade do país. A escola tem a possibilidade de trabalhar com esse panorama rico e complexo, referindo-se à existência, estrutura e uso de centenas de línguas. Pode, com isso, além de oferecer informações e possibilitar reflexões sobre a língua materna, promover a compreensão de como se constituem identidades e singularidades de diferentes povos e etnias, considerando as diferentes línguas (o bilinguismo e o multilinguismo) e linguagens presentes nas diversas regiões do Brasil e de outros países. (pág 113)	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS A aprendizagem de Língua Estrangeira é uma possibilidade de aumentar a percepção do aluno como ser humano e como cidadão. Por isso, ela vai centrar-se no engajamento discursivo do aluno, ou seja, em sua capacidade de se engajar e engajar outros no discurso, de modo a poder agir no mundo social. Para que isso seja possível é fundamental que o ensino de Língua Estrangeira seja balizado pela função social desse conhecimento na sociedade brasileira. Os conteúdos de Língua Estrangeira se articulam com os temas transversais, pela possibilidade que a aprendizagem de línguas traz para a compreensão das várias maneiras de se viver a experiência humana (pág 63).		
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS O processo de construção da concepção de uma cidadania planetária e do exercício da cidadania ativa requer, necessariamente, a formação de cidadãos(ãs) conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da materialidade das normas e pactos que os(as) protegem, reconhecendo o princípio normativo da dignidade humana, englobando a solidariedade internacional e o compromisso com outros povos e nações. A mobilização global para a educação em direitos humanos está imbricada no conceito de educação para uma cultura democrática, na compreensão dos contextos nacional e internacional, nos valores da tolerância, da solidariedade, da justiça social e na sustentabilidade, na inclusão e na pluralidade (pág 23 e 24)		
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Art. 5º A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário. § 1º Este objetivo deverá orientar os sistemas de ensino e suas instituições no que se refere ao planejamento e ao desenvolvimento de ações de Educação em Direitos Humanos adequadas às necessidades, às características biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e seus contextos. § 2º Os Conselhos de Educação definirão estratégias de acompanhamento das ações de Educação em Direitos Humanos.		
Sugestão Prática do Programa		
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS		
1º MOMENTO: O professor abordaria com os alunos o tema Direitos Humanos (Human Rights), ressaltando a importância da língua inglesa na comunicação globalizada (língua global) entre pessoas, nações e povos. Diversos órgãos internacionais estão recebendo denúncias e tomam providências contra violações dos Direitos Humanos em todo o mundo. Conduziria a turma a leitura e compreensão da biografia de Malala Yousafzai, ativista que lutou pela educação das meninas em seu país (https://www.biography.com/activist/malala-yousafzai);		
2º MOMENTO: O professor incentivará que cada aluno (1) pesquise “em casa” através de recursos digitais textos em inglês sobre a importância da educação na luta pelos Direitos Humanos, (2) produziria um texto (na língua inglesa) relatando sua opinião sobre educação e Direitos Humanos, baseada em sua pesquisa (entrega agendada).		
3º MOMENTO: O professor em data agendada deixará que 05 (cinco) alunos, de forma voluntária , relate de forma oral (inglês) sua pesquisa para toda a turma. Obs.: Se possível, os alunos realizariam a leitura do Artigo 26 da DUDH na língua inglesa .		
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-10/80organizaçõe-reconhecimento-como-direito-humano-fundamental-recente		

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
Instituição de Ensino:		
Unidade Curricular:	MATEMÁTICA	8.º Ano
Assunto:	Orçamento familiar: compreensão e participação	
Fundamentação Teórica		
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BNCC (2018)	UNIDADE TEMÁTICA: Números; Álgebra; Geometria; Grandezas e medidas; Probabilidade e estatísticas	
	OBJETO DO CONHECIMENTO: Porcentagens (pág 312); Sistema de equações polinomiais de 1º grau: resolução algébrica e representação no plano cartesiano (pág 312); Construções geométricas: ângulos de 90°, 60°, 45° e 30° e polígonos regulares (pág 314); Área do círculo e comprimento de sua circunferência (pág 314); Gráficos de barras, colunas, linhas ou setores e seus elementos constitutivos e adequação para determinado conjunto de dados (pág 314).	
	HABILIDADES: (EF08MA04) Resolver e elaborar problemas, envolvendo cálculo de porcentagens, incluindo o uso de tecnologias digitais (pág 313); (EF08MA08) Resolver e elaborar problemas relacionados ao seu contexto próximo, que possam ser representados por sistemas de equações de 1º grau com duas incógnitas e interpretá-los, utilizando, inclusive, o plano cartesiano como recurso (pág 313); (EF08MA15) Construir, utilizando instrumentos de desenho ou softwares de geometria dinâmica, mediatriz, bissetriz, ângulos de 90°, 60°, 45° e 30° e polígonos regulares (pág 315); (EF08MA19) Resolver e elaborar problemas que envolvam medidas de área de figuras geométricas, utilizando expressões de cálculo de área (quadriláteros, triângulos e círculos), em situações como determinar medida de terrenos (pág 315); (EF08MA23) Avaliar a adequação de diferentes tipos de gráficos para representar um conjunto de dados de uma pesquisa (pág 315); (EF08MA27) Planejar e executar pesquisa amostral, selecionando uma técnica de amostragem adequada, e escrever relatório que contenha os gráficos apropriados para representar os conjuntos de dados, destacando aspectos como as medidas de tendência central, a amplitude e as conclusões (pág 315).	
	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PLURALIDADE CULTURAL Dados estatísticos sobre a população brasileira conforme distribuição regional, densidade demográfica, em relação com dados como renda per capita, PIB per capita, fornecem um quadro informativo de como se vive no Brasil. Juntamente com informações provenientes de levantamentos feitos pelos próprios alunos (via correspondência, imprensa etc.), significarão a possibilidade de um conhecimento mais adequado sobre o Brasil e oportunidade, nas séries finais, de debates acerca de políticas públicas alternativas que beneficiem a vida da população. (pág 134)	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de Matemática constituem um referencial para a construção de uma prática que favoreça o acesso ao conhecimento matemático que possibilite de fato a inserção dos alunos como cidadãos, no mundo do trabalho, das relações sociais e da cultura. A Matemática também faz parte da vida das pessoas como criação humana, ao mostrar que ela tem sido desenvolvida para dar respostas às necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e aqui leva-se em conta a importância de se incorporar ao seu ensino os recursos das Tecnologias da Comunicação (pág 59).		
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos estimula a produção de informação e conhecimento: a) Promover a produção e disseminação de dados e informações sobre educação em direitos humanos por diversos meios, de modo a sensibilizar a sociedade e garantir acessibilidade às pessoas com deficiências; c) estimular a realização de estudos e pesquisas para subsidiar a educação em direitos humanos; d) incentivar a sistematização e divulgação de práticas de educação em direitos humanos (pág 26)		
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.		
Sugestão Prática do Programa		
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS		
<i>1º MOMENTO: O professor abordaria com os alunos sobre a importância da matemática no cotidiano de todas as famílias. A matemática é uma ferramenta essencial para no planejamento orçamentário familiar, bem como um meio de proporcionar a realização de objetivos e promover o bem-estar de toda a família. O professor através de uma simulação de orçamento familiar explicaria a diferença entre Receita e Despesa, estimulando os alunos sobre a necessidade de um resultado positivo (saldo) para futuro empreendimento ou poupança.</i>		
<i>(M2) O professor estipularia uma receita padrão imaginária para todos (Ex.: R\$2.000,00), reforçando ainda que, a receita é para uma família de 04 (quatro) membros, sendo dois adultos e duas crianças. Nas despesas poderá conter: Moradia e serviços, alimentação, vestuário, saúde, educação e lazer. Com o apoio dos pais/responsável, cada grupo de alunos em pesquisa deverá: (1) elaborar um orçamento familiar com os respectivos valores através de uma tabela; (2) criar um gráfico a partir da tabela com apenas o percentual alocado em cada despesa; (3) elaborar um texto (um parágrafo) com uma proposta de investimento com o saldo. Estimular que o investimento seja para médio e/ou longo prazo.</i>		
<i>(M3) O professor em data agendada, certificaria que todos tenham realizado a tarefa “em casa/grupo” e estejam preparados para apresentação. De forma voluntária ou por sorteio o grupo apresentaria seu orçamento familiar com as porcentagens de cada despesa e o saldo. Depois poderia ler ou explicar oralmente o investimento pretendido (médio e longo prazo).</i>		
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR		
https://elearning.todoscontam.pt/citilearn/data/bp/aula_1/material_apoio/orcamentofamiliar_apresentacaojovens_1_.pdf		

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
Instituição de Ensino:		
Unidade Curricular:	CIÊNCIAS	8.º Ano
Assunto:	Prevenção de DST e Direitos Humanos	
Fundamentação Teórica		
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BNCC (2018)	UNIDADE TEMÁTICA: Matéria e energia; Vida e evolução; Terra e universo	
	OBJETO DO CONHECIMENTO: Fontes e tipos de energia; Transformação de energia; Cálculo de consumo de energia elétrica; Circuitos elétricos e Uso consciente de energia elétrica (pág 348) Mecanismos reprodutivos; Sexualidade (pág 348); Sistema Sol, Terra e Lua; Clima (pág 348)	
	HABILIDADES: (EF08CI01) Identificar e classificar fontes (renováveis e não renováveis) e tipos de energia utilizados em residências, comunidades ou cidades (pág 349); (EF08CI07) Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos (pág 349) (EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção (pág 349); (EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética). (pág 349) (EF08CI14) Relacionar climas regionais aos padrões de circulação atmosférica e oceânica e ao aquecimento desigual causado pela forma e pelos movimentos da Terra (pág 349). (EF08CI16) Discutir iniciativas que contribuam para restabelecer o equilíbrio ambiental a partir da identificação de alterações climáticas regionais e globais provocadas pela intervenção humana. (pág 349)	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PLURALIDADE CULTURAL Ao tratar de diferentes visões de mundo, é possível articular a concepção de tempo com mitos de gênese do universo, numa comparação que permite também a compreensão da estruturação e especificidade do pensamento científico. Aqui, portanto, a transversalização se faz com Ciências Naturais. Entrelaçando-se internamente com a temática da família, o estudo de vínculos geracionais permite a compreensão de como se processam permanências, mudanças, transformações. Trabalhar os ciclos da vida, tal como se apresentam em diferentes grupos étnicos, culturais e sociais, será oportunidade de valorização das diferentes etapas da vida. Se é verdade que o caminho da maturidade e envelhecimento biológico é trilhado por todos é igualmente certo que povos culturalmente distintos classificam os estágios pelos quais passam cada indivíduo, desde a concepção e o nascimento, até a velhice, a morte e a vida após a morte, de maneiras muito diferentes (pág 151)		
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS Para o ensino das Ciências Naturais, os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem conhecimentos em função de sua importância social, de seu significado para os alunos e de sua relevância científico-tecnológica, organizando-os nos eixos temáticos “Vida e Ambiente”, “Ser Humano e Saúde”, “Tecnologia e Sociedade” e “Terra e Universo”. Nesse sentido, é responsabilidade da escola e do professor promoverem o questionamento, o debate, a investigação, visando o entendimento da ciência como construção histórica e como saber prático, superando as limitações do ensino passivo, fundado na memorização de definições e de classificações sem qualquer sentido para o aluno. (pág 62)		
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Nos termos já firmados no Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, a educação contribui também para: a) criar uma cultura universal dos direitos humanos; b) exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) e a solidariedade entre povos e nações; c) assegurar a todas as pessoas o acesso à participação efetiva em uma sociedade livre (pág 25).		
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Art. 4º A como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões: I – apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; II – afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; III – formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;		
Sugestão Prática do Programa		
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS 1º MOMENTO: O professor abordaria que a DUDH no artigo 3º diz que todas as pessoas tem direito à vida e na CFB no artigo 5º garante aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil a inviolabilidade do direito à vida. E para preservar a vida precisamos cuidar da saúde . É através da educação que conhecemos e agimos para a prevenção de enfermidades , sendo que umas das doenças que mais afetam as pessoas no mundo são as DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis). O professor abordaria o conceito geral de DST e sua relação com o processo reprodutivo humano (infertilidade e anomalias). 2º MOMENTO: O professor organizaria a turma em duplas (preferencialmente do mesmo sexo e idade); que os pares realizem uma pesquisa “em casa” ou “biblioteca” através de recursos digitais as seguintes informações: (1) os tipos mais comuns de DST , (2) entrevistar um médico ou enfermeiro do mesmo sexo que a dupla para colher informações sobre medidas de prevenção de 03 (três) DST; (3) criar um flyer (cartaz virtual) com informações sobre prevenção das DST; 3º MOMENTO: O professor em data agendada, formaria a turma em círculo (duplas juntas) e estimularia um debate sobre o tema Direitos Humanos e prevenção de DST . Ouviria de forma aleatória e voluntária a experiência de cada dupla e qual contribuição do conhecimento na garantia do direito à vida e a dignidade da pessoa humana . Na oportunidade as duplas apresentariam ao professor e alunos o flyer produzido, sendo um momento de valorização e orientação por parte do professor. O professor poderá estimular as duplas a solicitar a participação dos pais/responsáveis na divulgação do flyer.		
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_prevencao_hiv_aids_comunidades.pdf https://www.youtube.com/watch?v=p-cROBCpAWo		

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
Instituição de Ensino:		
Unidade Curricular:	GEOGRAFIA	8.º Ano
Assunto:	Organizações brasileiras em defesa dos Direitos Humanos	
Fundamentação Teórica		
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BNCC (2018)	UNIDADE TEMÁTICA: Sujeito e seu lugar no mundo; Conexões e escalas; Mundo do trabalho; Formas de representação; Natureza, ambiente e qualidade de vida.	
	OBJETO DO CONHECIMENTO: Distribuição da população mundial e deslocamentos populacionais (pág 388); Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial (pág 388); Transformações do espaço na sociedade urbano-industrial na América Latina (pág 390); Cartografia: anamorfose, croquis e mapas temáticos da América e África (pág 390); Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na América Latina (pág 390).	
	HABILIDADES: (EF08GE02) Relacionar fatos e situações representativas da história das famílias do Município em que se localiza a escola, considerando a diversidade e os fluxos migratórios da população mundial (pág 389); (EF08GE05) Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões na contemporaneidade, com destaque para as situações geopolíticas na América e na África e suas múltiplas regionalizações a partir do pós-guerra (pág 389); (EF08GE06) Analisar a atuação das organizações mundiais nos processos de integração cultural e econômica nos contextos americano e africano, reconhecendo, em seus lugares de vivência, marcas desses processos (pág 389); (EF08GE16) Analisar as principais problemáticas comuns às grandes cidades latino-americanas, particularmente aquelas relacionadas à distribuição, estrutura e dinâmica da população e às condições de vida e trabalho (pág 391); (EF08GE22) Identificar os principais recursos naturais dos países da América Latina, analisando seu uso para a produção de matéria-prima e energia e sua relevância para a cooperação entre os países do Mercosul (pág 391).	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PLURALIDADE CULTURAL Considerando a composição populacional brasileira, o estudo da diversidade cultural é fortalecido pela compreensão das formas de mobilidade de indivíduos e grupos no espaço. Compreender alternativas como sedentarismo, nomadismo, imigrações, migrações, em particular com análise de dados populacionais do Brasil, é indispensável, e conteúdo que transversaliza em Geografia e História, entre outros. Este conteúdo trata de como se constituiu, por sua permanente reelaboração, e se apresenta a face cultural complexa e cheia de potencial do país, com sobreposição de tempos, no social, no cultural e no individual. Trata, também, de como se têm entrelaçado, historicamente, características culturais, organização política e inserção econômica de diferentes grupos humanos presentes na formação do Brasil. (pág 152)		
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de Geografia fundamentam-se numa abordagem teórica e metodológica que procura contemplar os principais avanços que ocorreram no interior dessa disciplina. Entre eles, destacam-se as contribuições dadas pela fenomenologia no surgimento de novas correntes teóricas do pensamento geográfico, as quais se convencionou chamar de Geografia Humanista e Geografia da Percepção. Vale destacar que uma das grandes contribuições dadas pelas novas correntes fenomenológicas da Geografia foi a de buscar explicar e compreender o espaço geográfico não somente como produto de forças econômicas ou de formas de adaptações entre o homem e a natureza, mas também dos fatores culturais. (pág 61)		
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS A educação é compreendida como um direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos. A educação ganha, portanto, mais importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, valorizando o respeito aos grupos socialmente excluídos. Essa concepção busca efetivar a cidadania para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos, além da defesa socioambiental e da justiça social. (pág 25)		
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Art 2º - A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas. § 2º - Aos sistemas de ensino e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos(as) os(as) envolvidos(as) nos processos educacionais		
Sugestão Prática do Programa		
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS 1º MOMENTO: O professor abordaria que a legislação brasileira permite a existência de organizações governamentais e organizações não governamentais para o exercício de atividades sociais sem fins lucrativos. Muitas dessas organizações têm como objetivo a defesa dos animais, defesa ambiental e outras. Outras organizações tem como objetivo a garantia dos direitos humanos. O professor exemplificaria algumas organizações governamentais brasileiras na garantia dos direitos Humanos (FEDERAL: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; ESTADUAL: Secretarias Estaduais dos Direitos Humanos, MUNICIPAL: Conselhos Municipais dos Direitos Humanos). 2º MOMENTO: O professor organizaria uma atividade para os alunos que poderá ser realizada com apoio dos pais/responsáveis. A atividade consiste em: (1) pesquisar “em casa” ou “biblioteca” através de recursos digitais disponíveis, o conceito e finalidade das ONGs; (2) requisitos para criar uma ONG; (3) relacionar 05 (cinco) ONGs sobre direitos Humanos e suas atividades no Brasil; (4) relacionar 03 (três) ONGs municipais que atuam na defesa dos direitos Humanos; 3º MOMENTO: O professor em data agendada, formaria a turma em grupos (no máximo cinco) e estimularia que cada grupo crie uma ONG para atuar na defesa dos direitos humanos com os conhecimentos adquiridos na pesquisa realizada. Durante o a criação do ONG o grupo o professor fomentará a participação de todos os membros e o título será sigilo até a apresentação para toda a classe.		
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR https://www.youtube.com/watch?v=I_IIIySJ85s		

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
Instituição de Ensino:		
Unidade Curricular:	HISTÓRIA	8.º Ano
Assunto:	Caminhada histórica rumo aos Direitos Humanos	
Fundamentação Teórica		
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BNCC (2018)	UNIDADES TEMÁTICA: - Mundo contemporâneo: o Antigo Regime em crise - Os processos de independência nas Américas - O Brasil no século XXI - Configurações no mundo no século XXI	
	OBJETO DO CONHECIMENTO: As revoluções inglesas e os princípios do liberalismo; Revolução Francesa e seus desdobramentos (pág 424); Independência dos Estados Unidos da América; Independências na América espanhola (pág 424); Brasil: Primeiro Reino – o Período Regencial e as contestações ao poder central (pág 424); Brasil do Segundo Reinado: política e economia - Políticas de extermínio do indígena durante o Império (pág 426) Uma nova ordem econômica: as demandas do capitalismo industrial e o lugar das economias africanas e asiáticas nas dinâmicas globais (pág 426);	
	HABILIDADES: (EF08HI02) Identificar as particularidades político-sociais da Inglaterra do século XVII e analisar os desdobramentos à Revolução Gloriosa (pág 425); (EF08HI03) Analisar os impactos da Revolução Industrial na produção e circulação de povos, produtos e culturas (pág 425); (EF08HI10) Identificar a Revolução de São Domingo como evento singular e desdobramento da Revolução Francesa e avaliar suas implicações. (pág 425); (EF08HI15) Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado (pág 4425); (EF08HI22) Discutir o papel das culturas letradas, não letradas e das artes na produção das identidades no Brasil do século XIX (pág 427); (EF08HI25) Caracterizar e contextualizar aspectos das relações entre os Estados Unidos da América e a América Latina no século XIX (pág 427); (EF08HI26) Identificar e contextualizar o protagonismo das populações locais na resistência ao imperialismo na África e Ásia (pág 427).	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PLURALIDADE CULTURAL Todos os grupos sociais e étnicos têm histórias. Essas histórias são distintas entre si e também distintas do que se convencionou como história do Brasil, no singular. Embora as trajetórias das culturas e etnias no Brasil já façam parte dos conteúdos trabalhados pela escola, com referência aos índios, aos negros, aos imigrantes, o que se propõe são novos conteúdos, que buscam narrar a história do ponto de vista dos grupos sociais que a produziram. Da mesma forma, a vida culturalmente complexa presente na África, com formas igualmente complexas de organização socioeconômica interligadas a essa vida cultural. Com relação aos imigrantes, não bastará conhecer suas vidas nos respectivos continentes de origem — Europa, Ásia, Oriente Médio, África —, mas também compreender como frequentemente características culturais moldaram critérios de escolha e colocação de mão-de-obra, ao longo da história brasileira. (pág 153)		
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de História têm, como pressuposto, que o aluno pode apreender a realidade na sua diversidade e nas múltiplas dimensões temporais. Destacam os compromissos e as atitudes de indivíduos, de grupos e de povos na construção e na reconstrução das sociedades, propondo estudos das questões locais, regionais, nacionais e mundiais, das diferenças e semelhanças entre culturas, das mudanças e permanências no modo de viver, de pensar, de fazer e das heranças legadas por gerações (pág 60).		
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS São objetivos balizadores do PMEDH conforme estabelecido no artigo 2a) fortalecer o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais; b) promover o pleno desenvolvimento da personalidade e dignidade humana; c) fomentar o entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero e a amizade entre as nações, os povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos; d) estimular a participação efetiva das pessoas em uma sociedade livre e democrática governada pelo Estado de Direito; e) construir, promover e manter a paz. (pág 24)		
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Art. 7º A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas: Incisos I, II e III. Parágrafo único. Outras formas de inserção da Educação em Direitos Humanos poderão ainda ser admitidas na organização curricular das instituições educativas desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional.		
Sugestão Prática do Programa		
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS 1º MOMENTO: O professor abordaria que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um marco histórico para toda a humanidade. Impérios, monarquias, revoluções e guerras contribuíram para uma nova concepção sobre Direitos Humanos. Importante ressaltar que a DUDH surgiu após a Segunda Guerra Mundial . No final da Idade Média e início da Idade Contemporânea alguns fatos históricos antecederam e colaboraram para surgimento da ONU (1945) e da DUDH (1948) , são eles: Revolução Inglesa (1689), Independência dos EUA (1776), Revolução Francesa (1789), Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Holocausto (1941-1945) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). 2º MOMENTO: O professor organizaria a turma em grupos e, através de sorteio ou livre escolha, cada grupo ficaria com um fato histórico que antecedeu o conceito moderno de Direitos Humanos, onde cada grupo: (1) pesquisaria “em casa” ou “biblioteca” através de recursos digitais sobre cada acontecimento histórico; (2) produziria um resumo do respectivo fato histórico. (3) produziria uma argumentação descritiva (ponto de vista) sobre a contribuição do acontecimento na DUDH. 3º MOMENTO: O professor em data agendada promoveria que cada grupo , por ordem cronológica, apresente sua pesquisa, o resumo e sua argumentação (livre). Os alunos teriam liberdade na forma de apresentar, mas com o tempo definido pelo professor. Ao final, após uma breve avaliação, o professor conduziria a turma a uma compreensão que todos estes fatos foram importantes na formulação da DUDH que temos hoje.		
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR https://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/what-are-human-rights/brief-history/		

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
Instituição de Ensino:		
Unidade Curricular:	ENSINO RELIGIOSO	8.º Ano
Assunto:	Diálogo e Respeito na luta contra a intolerância religiosa	
Fundamentação Teórica		
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BNCC (2018)	UNIDADES TEMÁTICA: Crenças religiosas e filosofias de vida	
	OBJETO DO CONHECIMENTO: Crenças, convicções e atitudes; Doutrinas religiosas Crenças, filosofias de vida e esfera pública; Tradições religiosas, mídias e tecnologias (pág 456).	
	HABILIDADES: (EF08ER01) Discutir como as crenças e convicções podem influenciar escolhas e atitudes pessoais e coletivas. (EF08ER02) Analisar filosofias de vida, manifestações e tradições religiosas destacando seus princípios éticos. (EF08ER03) Analisar doutrinas das diferentes tradições religiosas e suas concepções de mundo, vida e morte. (EF08ER04) Discutir como filosofias de vida, tradições e instituições religiosas podem influenciar diferentes campos da esfera pública (política, saúde, educação, economia). (EF08ER05) Debater sobre as possibilidades e os limites da interferência das tradições religiosas na esfera pública. (EF08ER06) Analisar práticas, projetos e políticas públicas que contribuem para a promoção da liberdade de pensamento, crenças e convicções. (EF08ER07) Analisar as formas de uso das mídias e tecnologias pelas diferentes denominações religiosas. (pág 457)	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL A dificuldade para categorizar os grupos que vieram para o Brasil e formaram sua população é indicativo da diversidade, seja o recorte continental, ou regional, nacional, religioso, cultural, linguístico, racial/étnico. Portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, italianos, alemães, poloneses, húngaros, lituanos, egípcios, sírios, libaneses, armênios, indianos, japoneses, chineses, coreanos, ciganos, latino-americanos, católicos, evangélicos, batistas, budistas, judeus, muçulmanos, tradições africanas, situam-se entre outras inúmeras categorias de identificação (pág 125)		
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS Os Parâmetros Curriculares indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de: - conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; (pág 55)		
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Ainda há muito para ser conquistado em termos de respeito à dignidade da pessoa humana, sem distinção de raça, nacionalidade, etnia, gênero, classe social, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, geração e deficiência. Da mesma forma, há muito a ser feito para efetivar o direito à qualidade de vida, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao meio ambiente saudável, ao saneamento básico, à segurança pública, ao trabalho e às diversidades cultural e religiosa, entre outras. (pág 23)		
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado;		
Sugestão Prática do Programa		
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS 1º MOMENTO: O professor abordaria que tanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Art 18) quanto a Constituição Federativa do Brasil (Art 5º, inciso VI) afirmam o direito à liberdade de consciência e de crença como direitos fundamentais do ser humano. O professor explicaria os conceitos de liberdade de consciência e liberdade de crença de acordo com os dispositivos legais brasileiros. Abordaria ainda que mesmo diante de instrumentos nacionais e internacionais garantidores destes direitos ainda existem atrocidades causadas pela intolerância religiosa , fruto de falta de diálogo e respeito entre as pessoas. Mostraria aos alunos alguns exemplos de intolerância religiosa. 2º MOMENTO: O professor organizará e agendará para que a turma assista o filme " Até o último homem " (2016), diretor Mel Gibson, baseado em fatos reais. Logo após, cada aluno: (1) produziria uma resenha crítica (sua opinião sobre o filme, pontos positivos e negativos, sua compreensão sobre a intolerância religiosa); (2) pesquisaria "em casa" ou "biblioteca" através de recursos digitais ações sociais ou humanitárias realizadas por religião diferente da sua ou de sua família; (3) Expressaria sua opinião (escrito) se existe a possibilidade de diálogo e respeito entre as religiões para contribuir nas políticas públicas . 3º MOMENTO: O professor em data agendada promoveria um debate entre os alunos sobre Intolerância Religiosa , onde todos, após compreensão da atividade anterior, poderiam expor suas opiniões e sugestões sobre o tema em relação a contribuição nas políticas públicas.		
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR https://www.politize.com.br/liberdade-religiosa-no-brasil/ https://www.laad.com.br/2021/04/02/entendendo-direito-8-direito-a-liberdade-de-consciencia-e-de-crenca-e-escusa-de-consciencia/		

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
Instituição de Ensino:		
Unidade Curricular:	Direção/Coordenação	9.º Ano
Assunto:	Práticas Pedagógicas sobre Direitos Humanos	
Fundamentação Teórica		
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018)		
<p>Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Nesse sentido, também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação (pág 60).</p> <p>Todo esse quadro impõe à escola desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações. É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais (pág 61).</p> <p>Além disso, e tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola (pág 61).</p> <p>Nessa direção, no Ensino Fundamental – Anos Finais, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social (pág 62).</p>		
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PLURALIDADE CULTURAL		
<p>A escola deve ser local de aprendizagem de que as regras do espaço público permitem a coexistência, em igualdade, dos diferentes. O trabalho com Pluralidade Cultural se dá a cada instante, exige que a escola alimente uma “Cultura da Paz”, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos e na noção de cidadania compartilhada por todos os brasileiros. O aprendizado não ocorrerá por discursos, e sim num cotidiano em que uns não sejam “mais diferentes” do que os outros. (pág 117)</p> <p>Reconhecer essa complexidade que envolve a problemática social, cultural e étnica é o primeiro passo. A escola tem um papel fundamental a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é um espaço em que pode se dar a convivência entre estudantes de diferentes origens, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada um conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. (pág 123)</p>		
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS		
<p>Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. (pág 5)</p> <p>A realização do acolhimento e da socialização dos alunos pressupõe o enraizamento da escola na comunidade. A interação entre equipe escolar, alunos, pais e outros agentes educativos possibilita a construção de projetos que visam a melhor e mais completa formação do aluno. A separação entre escola e comunidade fica demarcada pelas atribuições e responsabilidades e não pela realização de um projeto comum. (pág 43)</p>		
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
<p>Assim, a educação em direitos humanos deve abarcar questões concernentes aos campos da educação formal, à escola, aos procedimentos pedagógicos, às agendas e instrumentos que possibilitem uma ação pedagógica conscientizadora e libertadora, voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa. Não é apenas na escola que se produz e reproduz o conhecimento, mas é nela que esse saber aparece sistematizado e codificado. Ela é um espaço social privilegiado onde se definem a ação institucional pedagógica e a prática e vivência dos direitos humanos. Nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas. (pág 29)</p>		
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
<p>Art. 10. Os sistemas de ensino e as instituições de pesquisa deverão fomentar e divulgar estudos e experiências bem sucedidas realizados na área dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos. Art. 11. Os sistemas de ensino deverão criar políticas de produção de materiais didáticos e paradidáticos, tendo como princípios orientadores os Direitos Humanos, e por extensão, a Educação em Direitos Humanos.</p>		
Sugestão Prática do Programa		
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS		
<p>1º PASSO: A Escola, através de sua direção, no <u>início do segundo semestre</u>, durante uma reunião entre <u>direção, professores e pais e/ou responsáveis dos alunos e comunidade</u>, num primeiro momento, <u>avaliariam as atividades realizadas</u> em sala de aula no que diz respeito ao Programa de Educação em Direitos Humanos (PEDH). Em segundo momento, os participantes <u>abordariam sugestões</u> sobre as <u>práticas pedagógicas humanitárias</u> que seriam desenvolvidas no segundo semestre e as datas escolhidas. Por exemplo: Dia Mundial Humanitário (19/08), Dia Internacional da Paz (21/09) Dia do Idoso (01/10); Dia da Criança (12/10), Dia Internacional dos Direitos Humanos (10/12) e quais as ações que seriam desenvolvidas, exemplos: no Dia Internacional da Paz levar todos os alunos para um ato simbólico de soltar balões brancos (a gás) e registrar o pedido pela paz mundial, realização de uma gincana para arrecadar brinquedos e distribuídos em creches no Dia das Crianças ou a realização de uma gincana para arrecadar caixas de leite que seriam doadas as instituições filantrópicas que cuidam de idosos e outras.</p>		
<p>2º PASSO: A Escola, através da Comissão de Direitos Humanos da Escola (CDHE) avaliaria a divulgação do <u>evento humanitário</u>, reforçando que se trata da realização de uma <u>prática pedagógica</u> para reforçar o conhecimento teórico adquirido em sala de aula. A Comissão em concordância com a Direção organizaria a forma que se dará o evento (se o evento terá a participação dos 8º e 9º Anos ou se um evento para cada ano).</p>		
<p>3º PASSO: A direção da escola supervisionaria os eventos, sendo papel da Comissão coordenar cada evento de forma específica. Exemplo de atividade: A escola promoveria uma gincana entre os alunos do 9º ano para arrecadação de leite (em caixa) premiando a turma vencedora. Depois a Direção e a Comissão decidiriam qual ou quais instituições receberiam as doações (creches, asilos, instituições religiosas e outros). Desta forma, a prática pedagógica poderá ser um projeto envolvendo <u>escola, família e comunidade</u>.</p>		
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR		
<p>www.youtube.com/watch?v=-ijcuKJtgpC www.youtube.com/watch?v=grpI6mlvr0Q www.youtube.com/watch?v=fILvA3ExdNQ</p>		

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
Instituição de Ensino:		
Unidade Curricular:	LÍNGUA PORTUGUESA (Campo Jornalístico-Midiático)	9.º Ano
Assunto:	Direitos Humanos e os Grupos Vulneráveis	
Fundamentação Teórica		
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BNCC (2018)	UNIDADES TEMÁTICA: Leitura; Produção de textos; Oralidade; Análise linguística e semiótica	
	OBJETO DO CONHECIMENTO: Estratégia de leitura: apreender os sentidos globais do texto – Apreciação e réplica (pág 176); Estratégia de produção: planejamento de textos argumentativos e apreciativos (pág 178); Estratégias de produção: planejamento, realização e edição de entrevistas orais (pág 180); Modalização (pág 180)	
	HABILIDADES: (EF89LP03) Analisar textos de opinião (artigos de opinião, editoriais, cartas de leitores, comentários, posts de blog e de redes sociais, charges, memes, gifs etc.) e posicionar-se de forma crítica e fundamentada, ética e respeitosa frente a fatos e opiniões relacionados a esses textos (pág 177); (EF89LP10) Planejar artigos de opinião, tendo em vista as condições de produção do texto – objetivo, leitores/espectadores, veículos e mídia de circulação etc. a partir da escolha do tema ou questão a ser discutido(a), da relevância para a turma, escola ou comunidade, do levantamento de dados e informações sobre a questão, de argumentos relacionados a diferentes posicionamentos em jogo, da definição – o que pode envolver consultas a fontes diversas, entrevistas com especialistas, análise de textos, organização esquemática das informações e argumentos – dos (tipos de) argumentos e estratégias que pretende utilizar para convencer os leitores (Pág 179); (EF89LP13) Planejar entrevistas orais com pessoas ligadas ao fato noticiado, especialistas etc., como forma de obter dados e informações sobre os fatos cobertos sobre o tema ou questão discutida ou temáticas em estudo, levando em conta o gênero e seu contexto de produção, partindo do levantamento de informações sobre o entrevistado e sobre a temática e da elaboração de um roteiro de perguntas.. (pág 181); (EF89LP16) Analisar a modalização realizada em textos noticiosos e argumentativos, por meio das modalidades apreciativas, viabilizadas por classes e estruturas gramaticais como adjetivos, locuções adjetivas, advérbios, locuções adverbiais, orações adjetivas e adverbiais, orações relativas restritivas e explicativas etc. (pág 181)	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PLURALIDADE CULTURAL Práticas e valorização da circulação de informações para a organização coletiva e como fundamento da liberdade de expressão e associação (pág 47). Conhecimento dos instrumentos disponíveis para o fortalecimento da cidadania (pág 50).		
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS Desenvolver o domínio da expressão oral e escrita através do processo de escuta de textos orais, processo de leitura de textos escritos, processo de produção de textos orais. processo de produção de textos escritos e no processo de análise linguística (pág 49 a 63)		
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Incentivar estudos e pesquisas sobre as violações dos direitos humanos no sistema de ensino e outros temas relevantes para desenvolver uma cultura de paz e cidadania; (pág 35)		
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Art 2º - A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas. § 1º Os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.		
Sugestão Prática do Programa		
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS 1º MOMENTO: O professor abordaria a valorização da dignidade da pessoa humana dentro de um contexto atual, relevante e jornalístico . Se possível, estimular a turma a analisar de forma crítica algum fato noticiado nas mídias que configure na desvalorização da dignidade humana. Explicaria a turma a existência dos grupos7rganizaçõeies existentes no Brasil: crianças e adolescentes (1), mulheres (2), idosos (3), população em situação de rua (4), pessoas com deficiência mental (5) e comunidade LGBT (6). 2º MOMENTO: O professor organizaria a turma em seis grupos e cada grupo pesquisaria “em casa” através de recursos digitais sobre: (1) a existência de normas e leis que garantem os direitos do grupo pesquisado, (2) sugestões para melhorar a dignidade humana em cada grupo pesquisado, (3) produziria um texto jornalístico sobre o grupo vulnerável. 3º MOMENTO: O professor em data agendada deixaria que cada grupo apresente um texto jornalístico sobre as necessidades específicas de cada grupo (participação coletiva e com argumentação). Logo após o grupo argumentaria de forma oral a opinião do grupo sobre o resultado da pesquisa através de uma mini aula para o restante da turma.		
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR www.consorciodh.ufpa.br/livros/DDGV_PORT_Manual_v4.pdf http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/viewFile/2319/1814		

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	
Instituição de Ensino:	
Unidade Curricular:	ARTES 9.º Ano
Assunto:	O mundo e sua diversidade cultural
Fundamentação Teórica	
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BNCC (2018)	UNIDADES TEMÁTICA: Artes Visuais; Dança; Música; Teatro e Artes Integradas
	OBJETO DO CONHECIMENTO: Processos de criação (pág 206) Contextos e práticas (pág 206) Processos de criação (pág 208) Contextos e práticas (pág 208) Patrimônio cultural (pág 210)
	HABILIDADES: (EF69AR02) Pesquisar e analisar diferentes estilos visuais, contextualizando-os no tempo e no espaço (pág 207); (EF69AR03) Analisar situações nas quais as linguagens das artes visuais se integram às linguagens audiovisuais (cinema, animações, vídeos etc.), gráficas (capas de livros, ilustrações de textos diversos), cenográficas, coreográficas, musicais etc. (pág 207); (EF69AR13) Investigar brincadeiras, jogos, danças coletivas e outras práticas de dança de diferentes matrizes estéticas e culturais como referência para a criação e a composição de danças autorais, individualmente e em grupo (pág 207); (EF69AR16) Analisar criticamente, por meio da apreciação musical, usos e funções da música em seus contextos de produção e circulação, relacionando as práticas musicais às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética (pág 207); (EF69AR17) Explorar e analisar, criticamente, diferentes meios e equipamentos culturais de circulação da música e do conhecimento musical (pág 209); (EF69AR30) Compor improvisações e acontecimentos cênicos com base em textos dramáticos ou outros estímulos (música, imagens, objetos etc.), caracterizando personagens (com figurinos e adereços), cenário, iluminação e sonoplastia e considerando a relação com o espectador (pág 209); (EF69AR35) Identificar e manipular diferentes tecnologias e recursos digitais para acessar, apreciar, produzir, registrar e compartilhar práticas e repertórios artísticos, de modo reflexivo, ético e responsável (pág 211).
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PLURALIDADE CULTURAL A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal (pág 7 – Introdução).	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS A arte é um conhecimento que permite a aproximação entre indivíduos, mesmo os de culturas distintas, pois favorece a percepção de semelhanças e diferenças entre as culturas, expressas nos produtos artísticos e concepções estéticas, em um plano diferenciado da informação discursiva (pág 488).	
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS 14. apoiar expressões culturais cidadãs presentes nas artes e nos esportes, originadas nas diversas formações étnicas de nossa sociedade; 15. favorecer a valorização das expressões culturais regionais e locais pelos projetos político-pedagógicos das escolas; 16. dar apoio ao desenvolvimento de políticas públicas destinadas a promover e garantir a educação em direitos humanos às comunidades quilombolas e aos povos indígenas, bem como às populações das áreas rurais e ribeirinhas, assegurando condições de ensino e aprendizagem adequadas e específicas aos educadores e educandos (pág 34)	
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Art. 3º - A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I – dignidade humana; II – igualdade de direitos; III – reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;	
Sugestão Prática do Programa	
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS 1º MOMENTO: O professor abordaria a grandeza dos 05 (cinco) continentes e sua diversidade cultural. A divisão geográfica Mundial reforça que em cada um dos continentes existe uma cultura distinta e bem marcante. Através de um mapa Mundi mostraria os cinco continentes apontando algumas características culturais de cada região. Com o intuito de valorizar e preservar a riqueza da diversidade cultural dos países, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) criou “a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural”. 2º MOMENTO: O professor organizaria a turma em 05 (cinco) grupos, sendo que cada grupo seria responsável por: (1) pesquisar “em casa” através de recursos digitais sobre 01 (um) continente, (2) identificar neste continente características culturais na dança, música e no teatro, (3) produzir uma expressão artística a escolha do grupo. 3º MOMENTO: O professor em data agendada deixaria que cada grupo apresente de forma oral algumas características culturais do continente estudado, e, de forma coletiva uma apresentação artística do continente estudado.	
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR www.significados.com.br/diversidade-cultural https://premiospiritopublico.org.br/flaviane-malaquias-educacao-2020/	

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
Instituição de Ensino:		
Unidade Curricular:	EDUCAÇÃO FÍSICA	9.º Ano
Assunto:	Saúde física e mental para promoção da paz	
Fundamentação Teórica		
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BNCC (2018)	UNIDADES TEMÁTICA: Esportes; Ginásticas; Lutas; Práticas corporais de aventura.	
	OBJETO DO CONHECIMENTO: Esportes de rede/parede, Esportes de campo e taco, Esportes de invasão e Esportes de combate (pág 236); Ginástica de condicionamento físico e Ginástica de conscientização corporal (pág 236); Lutas do mundo (pág 238); Práticas corporais de aventura na natureza (pág 238).	
	HABILIDADES: (EF89EF03) Formular e utilizar estratégias para solucionar os desafios técnicos e táticos, tanto nos esportes de campo e taco, rede/parede, invasão e combate como nas modalidades esportivas escolhidas para praticar de forma específica. (pág 237); (EF89EF04) Identificar os elementos técnicos ou técnico-táticos individuais, combinações táticas, sistemas de jogo e regras das modalidades esportivas praticadas, bem como diferenciar as modalidades esportivas com base nos critérios da lógica interna das categorias de esporte (pág 237); (EF89EF16) Experimentar e fruir a execução dos movimentos pertencentes às lutas do mundo, adotando procedimentos de segurança e respeitando o oponente. (EF89EF17) Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas experimentadas, reconhecendo as suas características técnico-táticas. (pág 239) (EF89EF20) Identificar riscos, formular estratégias e observar normas de segurança para superar os desafios na realização de práticas corporais de aventura na natureza (pág 239); (EF89EF21) Identificar as características (equipamentos de segurança, instrumentos, indumentária, organização) das práticas corporais de aventura na natureza, bem como suas transformações históricas. (pág 239).	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - S - PLURALIDADE CULTURAL A diversidade marca a vida social brasileira. Diferentes características regionais e manifestações de cosmologias ordenam de maneiras diferenciadas a apreensão do mundo, a organização social nos grupos e regiões, os modos de relação com a natureza, a vivência do sagrado e sua relação com o profano. O campo e a cidade propiciam às suas populações vivências e respostas culturais diversas, que implicam ritmos de vida, ensinamentos de valores e formas de solidariedade distintas (pág 125); Por sua vez, o conceito de etnia substitui com vantagens o termo “raça”, já que tem base social e cultural. “Etnia” ou “grupo étnico” designa um grupo social que se diferencia de outros por sua especificidade cultural. Atualmente o conceito de etnia estende-se a todas as minorias que mantêm modos de ser distintos e formações que se distinguem da cultura dominante (pág 132)		
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS A Educação Física, dentro do que se propõem nos Parâmetros Curriculares Nacionais, é a área do conhecimento que introduz e integra os alunos na cultura corporal do movimento, com finalidades de lazer, de expressão de sentimentos, afetos e emoções, de manutenção e melhoria da saúde. Para tanto, rompe com o tratamento tradicional dos conteúdos que favorece os alunos que já têm aptidões, adotando como eixo estrutural da ação pedagógica o princípio da inclusão, apontando para uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social e da afirmação de valores e princípios democráticos (pág 62).		
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Propor ações fundamentadas em princípios de convivência, para que se construa uma escola livre de preconceitos, violência, abuso sexual, intimidação e punição corporal, incluindo procedimentos para a resolução de conflitos e modos de lidar com a violência e perseguições ou intimidações, por meio de processos participativos e democráticos; Apoiar ações de educação em direitos humanos relacionadas ao esporte e lazer, com o objetivo de elevar os índices de participação da população, o compromisso com a qualidade e a universalização do acesso às práticas do acervo popular e erudito da cultura corporal (pág 35);		
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Art. 7º A inserção dos conhecimentos concernentes a Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas: I – pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II – como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; III – de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.		
Sugestão Prática do Programa		
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS 1º MOMENTO: O professor abordaria sobre a importância dos <u>Jogos Olímpicos</u> , ressaltando que a prática da <u>Educação Física e do Esporte</u> é um <u>direito fundamental</u> de todos, sendo essenciais para o pleno <u>desenvolvimento da sua personalidade</u> , <u>melhoria da saúde</u> e <u>promoção da paz</u> entre os povos, de acordo com a Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO. 2º MOMENTO: O professor estimularia que cada aluno <u>pesquise</u> “em casa”, de forma individual, através de <u>recursos digitais</u> : (1) A origem dos Jogos Olímpicos, (2) sua importância para a nação sede e para nações participantes, (3) na opinião do aluno, <u>características étnicas</u> influenciam no desenvolvimento de esportes específicos? (4) na <u>opinião do aluno</u> , como o esporte pode <u>desenvolver habilidades</u> (individuais e coletivas); (5) o esporte contribuiu para a <u>superação de limites</u> , e aumentar a <u>força de vontade</u> ? e (6) o que é <u>disciplina e autodisciplina</u> . 3º MOMENTO: O professor durante todas aulas de educação física <u>estimularia seus alunos</u> ao desenvolvimento de habilidades, <u>superação de limites</u> , <u>força de vontade e disciplina</u> , reforçando sempre que tais <u>atitudes são essenciais</u> em todas as áreas da vida, inclusive na valorização da <u>dignidade da pessoa humana</u> , na <u>promoção da paz e do respeito</u> .		
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216489_por (Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO) https://brasilecola.uol.com.br/educacao-fisica/a-importancia-dos-jogos-olimpicos.htm		

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
Instituição de Ensino:		
Unidade Curricular:	LÍNGUA INGLESA	9.º Ano
Assunto:	Bullying: disrespect for human dignity	
Fundamentação Teórica		
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BNCC (2018)	UNIDADE TEMÁTICA: Eixo da Oralidade; Eixo da Leitura; Eixo da Escrita; Eixo do Conhecimento Linguístico; Eixo da Dimensão Intercultural	
	OBJETO DO CONHECIMENTO: Produção de textos orais com autonomia (pág 260); Informações em ambientes virtuais (pág 260); Escrita: construção da argumentação (pág 262); Usos de linguagem em meio digital: “internetês” Conectores (linking words) (pág 262); A língua inglesa e seu papel no intercâmbio científico, econômico e político (pág 262).	
	HABILIDADES: (EF09LI04) Expor resultados de pesquisa ou estudo com o apoio de recursos, tais como notas, gráficos, tabelas, entre outros, adequando as estratégias de construção do texto oral aos objetivos de comunicação e ao contexto. (pág 261) (EF09LI08) Explorar ambientes virtuais de informação e socialização, analisando a qualidade e a validade das informações veiculadas (pág 261); (EF09LI09) Compartilhar, a leitura dos textos escritos pelo grupo, valorizando os diferentes pontos de vista defendidos, com ética e respeito. (pág 261) (EF09LI12) Produzir textos (infográficos, fóruns de discussão on-line, fotorreportagens, campanhas publicitárias, memes, entre outros) sobre temas de interesse coletivo local ou global, que revelem posicionamento crítico (pág 263); (EF09LI13) Reconhecer, nos novos gêneros digitais (blogs, mensagens instantâneas, tweets, entre outros), novas formas de escrita (abreviação de palavras, palavras com combinação de letras e números, pictogramas, símbolos gráficos, entre outros) na constituição das mensagens (pág 263); (EF09LI18) Analisar a importância da língua inglesa para o desenvolvimento das ciências (produção, divulgação e discussão de novos conhecimentos), da economia e da política no cenário mundial (pág 263); (EF09LI19) Discutir a comunicação intercultural por meio da língua inglesa como mecanismo de valorização pessoal e globalizado (pág 263).	
	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PLURALIDADE CULTURAL Conhecer a existência do uso de outras línguas diferentes da Língua Portuguesa, idioma oficial, significa não só ampliação de horizontes, como também compreensão da complexidade do país. A escola tem a possibilidade de trabalhar com esse panorama rico e complexo, referindo-se à existência, estrutura e uso de centenas de línguas. Com isso, além de oferecer informações e possibilitar reflexões sobre a língua materna, promover a compreensão de como se constituem identidades e singularidades de diferentes povos e etnias, considerando as diferentes línguas (o bilinguismo e o multilinguismo) e linguagens presentes nas diversas regiões do Brasil e de outros países. (pág 113)	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS A aprendizagem de Língua Estrangeira é uma possibilidade de aumentar a percepção do aluno como ser humano e como cidadão. Por isso, ela vai centrar-se no engajamento discursivo do aluno, ou seja, em sua capacidade de se engajar e engajar outros no discurso, de modo a poder agir no mundo social. Para que isso seja possível é fundamental que o ensino de Língua Estrangeira seja balizado pela função social desse conhecimento na sociedade brasileira. Os conteúdos de Língua Estrangeira se articulam com os temas transversais, pela possibilidade que a aprendizagem de línguas traz para a compreensão das várias maneiras de se viver a experiência humana (pág 63).		
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS O processo de construção da concepção de uma cidadania planetária e do exercício da cidadania ativa requer, necessariamente, a formação de cidadãos(ãs) conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da materialidade das normas e pactos que os(as) protegem, reconhecendo o princípio normativo da dignidade humana, englobando a solidariedade internacional e o compromisso com outros povos e nações. A mobilização global para a educação em direitos humanos está imbricada no conceito de educação para uma cultura democrática, na compreensão dos contextos nacional e internacional, nos valores da tolerância, da solidariedade, da justiça social e na sustentabilidade, na inclusão e na pluralidade (pág 23 e 24)		
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Art. 5º A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário. § 1º Este objetivo deverá orientar os sistemas de ensino e suas instituições no que se refere ao planejamento e ao desenvolvimento de ações de Educação em Direitos Humanos adequadas às necessidades, às características biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e seus contextos. § 2º Os Conselhos de Educação definirão estratégias de acompanhamento das ações de Educação em Direitos Humanos.		
Sugestão Prática do Programa		
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS 1º MOMENTO: O professor abordaria com os alunos o tema Direitos Humanos (Human Rights), ressaltando a importância da língua inglesa na comunicação globalizada (língua global) entre pessoas, nações e povos. Uma das formas de valorizar os Direitos Humanos é combater todas as formas de desrespeito a dignidade humana. Existem diversos projetos e ações nacionais e internacionais de combate ao “Bullying”. Conduziria a turma a leitura e compreensão de texto sobre a temática. 2º MOMENTO: O professor incentivaria que cada aluno: (1) pesquise “em casa” através de recursos digitais textos em inglês sobre o combate ao Bullying nas escolas, (2) produziria um texto (na língua inglesa) relatando sua opinião sobre ações de combate ao Bullying entre crianças e adolescentes, baseada em sua pesquisa (entrega agendada). 3º MOMENTO: O professor em data e horário agendado promoveria uma reunião on line (Zoom, Google Meet, etc) para compartilhar pesquisas, opiniões e discussões, de forma voluntária e oral (inglês) sobre a pesquisa realizada.		
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR https://www.amnistia.pt/projeto-stop-bullying https://www.befrienders.org/about-bullying		

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
Instituição de Ensino:		
Unidade Curricular:	MATEMÁTICA	9.º Ano
Assunto:	Direitos Humanos nas políticas públicas	
Fundamentação Teórica		
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BNCC (2018)	UNIDADE TEMÁTICA: Números; Álgebra; Geometria; Grandezas e medidas; Probabilidade e estatísticas	
	OBJETO DO CONHECIMENTO: Porcentagens: problemas que envolvem cálculo de percentuais sucessivos (pág 316); Grandezas diretamente proporcionais e grandezas inversamente proporcionais (pág 316); Relações entre arcos e ângulos na circunferência de um círculo. (pág 316); Unidades de medida para medir distâncias muito grandes e muito pequenas (pág 318); Leitura, interpretação e representação de dados de pesquisa expressos em tabelas de dupla entrada, gráficos de colunas simples e agrupadas, gráficos de barras e de setores e gráficos pictóricos (pág 318).	
	HABILIDADES: (EF09MA05) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira (pág 317); (EF09MA08) Resolver e elaborar problemas que envolvam relações de proporcionalidade direta e inversa entre duas ou mais grandezas, inclusive escalas, divisão em partes proporcionais e taxa de variação, em contextos socioculturais, ambientais e de outras áreas (pág 317); (EF09MA18) Reconhecer e empregar unidades usadas para expressar medidas muito grandes ou muito pequenas, tais como distância entre planetas e sistemas solares, tamanho de vírus ou de células, capacidade de armazenamento de computadores (pág 319); (EF09MA22) Escolher e construir o gráfico mais adequado (colunas, setores, linhas), com ou sem uso de planilhas eletrônicas, para apresentar um determinado conjunto de dados, destacando aspectos como as medidas de tendência central (pág 319); (EF09MA23) Planejar e executar pesquisa amostral envolvendo tema da realidade social e comunicar os resultados por meio de relatório contendo avaliação de medidas de tendência central e da amplitude, tabelas e gráficos adequados, construídos com o apoio de planilhas eletrônicas (pág 319).	
	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL Dados estatísticos sobre a população brasileira conforme distribuição regional, densidade demográfica, em relação com dados como renda per capita, PIB per capita, fornecem um quadro informativo de como se vive no Brasil. Juntamente com informações provenientes de levantamentos feitos pelos próprios alunos (via correspondência, imprensa etc.), significarão a possibilidade de um conhecimento mais adequado sobre o Brasil e oportunidade, nas séries finais, de debates acerca de políticas públicas alternativas que beneficiem a vida da população. (pág 134)	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de Matemática constituem um referencial para a construção de uma prática que favoreça o acesso ao conhecimento matemático que possibilite de fato a inserção dos alunos como cidadãos, no mundo do trabalho, das relações sociais e da cultura. A Matemática também faz parte da vida das pessoas como criação humana, ao mostrar que ela tem sido desenvolvida para dar respostas às necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e aqui leva-se em conta a importância de se incorporar ao seu ensino os recursos das Tecnologias da Comunicação (pág 59).		
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos estimula a produção de informação e conhecimento: a) Promover a produção e disseminação de dados e informações sobre educação em direitos humanos por diversos meios, de modo a sensibilizar a sociedade e garantir acessibilidade às pessoas com deficiências; b) publicizar os mecanismos de proteção nacionais e internacionais; c) estimular a realização de estudos e pesquisas para subsidiar a educação em direitos humanos; d) incentivar a sistematização e divulgação de práticas de educação em direitos humanos (pág 26)		
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.		
Sugestão Prática do Programa		
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS <i>1º MOMENTO: O professor abordaria com os alunos sobre a importância da matemática com propósitos sociais. A matemática sendo uma ferramenta essencial nas políticas públicas municipais, estaduais e federais. Desta forma a matemática se apresenta de forma humanizada e integral e mais próxima da realidade prática dos alunos. Estimularia os alunos a resolver problemas de investimentos nos postos de saúde se o número de moradores/usuários de cada bairro é diferente. Outra forma simples do uso prática da matemática é estimulá-los a refletir se na escola tivesse 05 (cinco) salas para o 8º ano e não ter alunos suficiente. Como distribuir os recursos existentes sem o auxílio da matemática.</i> <i>2º MOMENTO: O professor organizaria a turma em 03 (três) ou mais grupos. Cada grupo receberá um orçamento fictício de R\$10.000,00 (dez mil reais) para investir em educação, saúde e saneamento. Cada grupo deverá: (1) pesquisar “em casa” através de recursos digitais as demandas sociais da cidade que reside (Educação, Saúde e Saneamento), (2) de forma coletiva e participativa ouvir opinião dos membros grupo sobre a necessidades baseada em sua pesquisa; (3) elaborar um gráfico (colunas, barras ou pizza) e uma breve explicação dos resultados e investimentos;</i> <i>3º MOMENTO: O professor em data agendada deixaria que um ou mais membros do grupo, de forma voluntária e oral apresentasse sua pesquisa, relatando a decisão do grupo sobre a porcentagem de investimento em cada área e suas argumentações que levaram a tal investimento.</i>		
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR https://www.youtube.com/watch?v=ekVsHaQTvFo www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CarilhaOr%C3%A7amentoDireitos.pdf		

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
Instituição de Ensino:		
Unidade Curricular:	CIÊNCIAS	9.º Ano
Assunto:	Preservação da biodiversidade e os Direitos Humanos	
Fundamentação Teórica		
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BNCC (2018)	UNIDADE TEMÁTICA: Matéria e energia; Vida e evolução; Terra e universo	
	OBJETO DO CONHECIMENTO: Aspectos quantitativos das transformações químicas Estrutura da matéria Radiações e suas aplicações na saúde (pág 350); Hereditariedade, Ideias evolucionistas e Preservação da biodiversidade (pág 350); Composição; estrutura e localização do Sistema; Solar no Universo; Astronomia e cultura; Vida humana fora da Terra; Ordem de grandeza astronômica; Evolução estelar (pág 350)	
	HABILIDADES: (EF09CI05) Investigar os principais mecanismos envolvidos na transmissão e recepção de imagem e som que revolucionaram os sistemas de comunicação humana (pág 351); (EF09CI12) Justificar a importância das unidades de conservação para a preservação da biodiversidade e do patrimônio nacional, considerando os diferentes tipos de unidades (parques, reservas e florestas nacionais), as populações humanas e as atividades a eles relacionados (pág 351); (EF09CI13) Propor iniciativas individuais e coletivas para a solução de problemas ambientais da cidade ou da comunidade, com base na análise de ações de consumo consciente e de sustentabilidade bem-sucedidas. (pág 351) (EF09CI15) Relacionar diferentes leituras do céu e explicações sobre a origem da Terra, do Sol ou do Sistema Solar às necessidades de distintas culturas (agricultura, caça, mito, orientação espacial e temporal etc.) (EF09CI16) Selecionar argumentos sobre a viabilidade da sobrevivência humana fora da Terra, com base nas condições necessárias à vida, nas características dos planetas e nas distâncias e nos tempos envolvidos em viagens interplanetárias e interestelares (pág 351).	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL Ao tratar de diferentes visões de mundo, é possível articular a concepção de tempo com mitos de gênese do universo, numa comparação que permite também a compreensão da estruturação e especificidade do pensamento científico. Aqui, portanto, a transversalização se faz com Ciências Naturais. Entrelaçando-se internamente com a temática da família, o estudo de vínculos geracionais permite a compreensão de como se processam permanências, mudanças, transformações. Trabalhar os ciclos da vida, tal como se apresentam em diferentes grupos étnicos, culturais e sociais, será oportunidade de valorização das diferentes etapas da vida. Se é verdade que o caminho da maturidade e envelhecimento biológico é trilhado por todos é igualmente certo que povos culturalmente distintos classificam os estágios pelos quais passam cada indivíduo, desde a concepção e o nascimento, até a velhice, a morte e a vida após a morte, de maneiras muito diferentes (pág 151)		
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS Para o ensino das Ciências Naturais, os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem conhecimentos em função de sua importância social, de seu significado para os alunos e de sua relevância científico-tecnológica, organizando-os nos eixos temáticos “Vida e Ambiente”, “Ser Humano e Saúde”, “Tecnologia e Sociedade” e “Terra e Universo”. Para isso, o desenvolvimento de atitudes e valores é tão essencial quanto o aprendizado de conceitos e de procedimentos. Nesse sentido, é responsabilidade da escola e do professor promoverem o questionamento, o debate, a investigação, visando o entendimento da ciência como construção histórica e como saber prático, superando as limitações do ensino passivo, fundado na memorização de definições e de classificações sem qualquer sentido para o aluno. (pág 62)		
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Nos termos já firmados no Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, a educação contribui também para) criar uma cultura universal dos direitos humanos; exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) e a solidariedade entre povos e nações; c) assegurar a todas as pessoas o acesso à participação efetiva em uma sociedade livre (pág 25).		
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Art. 4º A Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões: I – apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; II – afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; III – formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;		
Sugestão Prática do Programa		
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS <i>1º MOMENTO</i> O professor abordaria que a DUDH no artigo 3º diz que todas as pessoas tem direito à vida e na CFB no artigo 5º garante aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil a inviolabilidade do direito à vida. Preservar a biodiversidade é colaborar para a preservação da vida humana. Muitos problemas de saúde provêm da poluição ambiental e dos distúrbios climáticos , que infelizmente na sua maioria são causados pelo próprio homem. Através da educação ambiental podemos preservar e melhorar a vida em toda a sua biodiversidade. <i>2º MOMENTO:</i> O professor estimularia que cada aluno no período de 10 (dez) dias realize: (1) uma pesquisa “em casa” ou “na biblioteca” através de recursos digitais ações/attitudes no dia-a-dia que todas as pessoas podem executar em casa, na rua, na escola ou no trabalho que colaborem para a preservação de nossa biodiversidade; (2) observar e anotar algumas ações que presenciou que seja prejudicial ao meio ambiente (em casa, na escola ou na rua), (3) elaborar um relatório com a pesquisa e os resultados de sua observação durante o período estipulado; O professor em data agendada promoveria uma aula ao ar livre (fora da sala de aula), deixando os alunos à vontade, contudo bem acomodados, e promoveria uma discussão sobre Educação Ambiental e Direitos Humanos baseado nas pesquisas, observações e anotações que realizaram durante o período. O professor valorizaria a opinião e as argumentações de cada aluno sobre o tema.		
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR https://www.researchgate.net/publication/330217822_educacao_ambiental_e_direitos_humanos_interligando_possibilidades_interdisciplinares		

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
Instituição de Ensino:		
Unidade Curricular:	GEOGRAFIA	9.º Ano
Assunto:	Organizações Internacionais e a garantia pelos Direitos Humanos	
Fundamentação Teórica		
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BNCC (2018)	UNIDADE TEMÁTICA: Sujeito e seu lugar no mundo; Conexões e escalas; Mundo do trabalho; Formas de representação; Natureza, ambiente e qualidade de vida.	
	OBJETO DO CONHECIMENTO: A hegemonia europeia na economia, na política e na cultura Corporações e organismos internacionais (pág 392); Integração mundial e suas interpretações: globalização e mundialização. A divisão do mundo em Ocidente e Oriente (pág 392); Cadeias industriais e inovação no uso dos recursos naturais e matérias-primas (pág 392); Leitura e elaboração de mapas temáticos, croquis e outras formas de representação para analisar informações geográficas (pág 394); Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na Europa, na Ásia e na Oceania (pág 394).	
	HABILIDADES: (EF09GE02) Analisar a atuação das corporações internacionais e das organizações econômicas mundiais na vida da população em relação ao consumo, à cultura e à mobilidade. (pág 393) (EF09GE05) Analisar fatos e situações para compreender a integração mundial (econômica, política e cultural), comparando as diferentes interpretações: globalização e mundialização (pág 393); (EF09GE06) Associar o critério de divisão do mundo em Ocidente e Oriente com o Sistema Colonial implantado pelas potências europeias (pág 393); (EF09GE12) Relacionar o processo de urbanização às transformações da produção agropecuária, à expansão do desemprego estrutural e ao papel crescente do capital financeiro em diferentes países, com destaque para o Brasil (pág 393); (EF09GE14) Elaborar e interpretar gráficos de barras e de setores, mapas temáticos e esquemáticos (croquis) e anamorfozes geográficas para analisar, sintetizar e apresentar dados e informações sobre diversidade, diferenças e desigualdades sociopolíticas e geopolíticas mundiais (pág 395); (EF09GE17) Explicar as características físico-naturais e a forma de ocupação e usos da terra em diferentes regiões da Europa, da Ásia e da Oceania (pág 395).	
	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PLURALIDADE CULTURAL Considerando a composição populacional brasileira, o estudo da diversidade cultural é fortalecido pela compreensão das formas de mobilidade de indivíduos e grupos no espaço. Compreender alternativas como sedentarismo, nomadismo, imigrações, migrações, em particular com análise de dados populacionais do Brasil, é indispensável, e conteúdo que transversaliza em Geografia e História, entre outros. Este conteúdo trata de como se constituiu, por sua permanente reelaboração, e se apresenta a face cultural complexa e cheia de potencial do país, com sobreposição de tempos, no social, no cultural e no individual. Trata, também, de como se têm entrelaçado, historicamente, características culturais, organização política e inserção econômica de diferentes grupos humanos presentes na formação do Brasil. (pág 152)	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de Geografia fundamentam-se numa abordagem teórica e metodológica que procura contemplar os principais avanços que ocorreram no interior dessa disciplina. Entre eles, destacam-se as contribuições dadas pela fenomenologia no surgimento de novas correntes teóricas do pensamento geográfico, as quais se convencionou chamar de Geografia Humanista e Geografia da Percepção. Vale destacar que uma das grandes contribuições dadas pelas novas correntes fenomenológicas da Geografia foi a de buscar explicar e compreender o espaço geográfico não somente como produto de forças econômicas ou de formas de adaptações entre o homem e a natureza, mas também dos fatores culturais. (pág 61)		
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS A educação é compreendida como um direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos. A educação ganha, portanto, mais importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, valorizando o respeito aos grupos socialmente excluídos. Essa concepção busca efetivar a cidadania para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos, além da defesa socioambiental e da justiça social. (pág 25)		
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Art 2º - A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas. § 2º - Aos sistemas de ensino e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos(as) os(as) envolvidos(as) nos processos educacionais		
Sugestão Prática do Programa		
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS 1º MOMENTO: O professor abordaria que ONU é uma organização internacional que surgiu após a segunda guerra mundial (1945) tendo como seu principal objetivo é manter a paz e segurança mundial e garantir os direitos humanos a todas as pessoas. Através de uma comissão da ONU em promulgou em 10 de dezembro de 1948 a Declaração Universal do Direitos Humanos (DUDH) . Esta declaração é um documento reconhecido internacionalmente como o maior instrumento na luta pela garantia dos direitos humanos. Leitura dos 30 artigos da DUDH com os alunos. O professor abordaria que existem outras organizações internacionais que lutam por outros direitos e garantias em áreas diferentes. 2º MOMENTO: O professor organizaria a turma em grupos , sendo que cada grupo pesquisaria “em casa” ou “biblioteca” através de recursos digitais sobre uma organização internacional (UNESCO, OCDE, OMS, OEA, OTAN, OMC, OIT, FMI), produzindo um texto com as seguintes informações: (1) o significado de cada sigla, (2) data da sua criação, (3) os objetivos de cada organização; (4) sua importância na garantia dos direitos humanos; 3º MOMENTO: O professor em data agendada, formaria a turma em círculo ou semicírculo e cada grupo com um cartaz com a sigla da organização. O professor deixaria um cartaz no centro do círculo representando que o ser humano tem vários mecanismos internacionais garantindo seus direitos. De forma voluntária e oral , cada grupo explicará sua pesquisa e sua compreensão sobre a garantia dos direitos humanos.		
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10564/Organizacoes-internacionais#https://mundoeduca		

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
Instituição de Ensino:		
Unidade Curricular:	HISTÓRIA	9.º Ano
Assunto:	Direitos Humanos uma conquista histórica	
Fundamentação Teórica		
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BNCC (2018)	UNIDADE TEMÁTICA: O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX Totalitarismos e conflitos mundiais A história recente	
	OBJETO DO CONHECIMENTO: Os movimentos sociais e a imprensa negra; a cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações (pág 428); A Organização das Nações Unidas (ONU) e a questão dos Direitos Humanos (pág 428); A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.) (pág 430); O fim da Guerra Fria e o processo de globalização (pág 432).	
	HABILIDADES: (EF09HI07) Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes (pág 429); (EF09HI15) Discutir as motivações que levaram à criação da Organização das Nações Unidas (ONU) no contexto do pós-guerra e os propósitos dessa organização (pág 429); (EF09HI16) Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação (pág 429); (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo (pág 431); (EF09HI33) Analisar as transformações nas relações políticas locais e globais geradas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação (pág 433).	
	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PLURALIDADE CULTURAL Todos os grupos sociais e étnicos têm histórias. Essas histórias são distintas entre si e também distintas do que se convencionou como história do Brasil, no singular. Embora as trajetórias das culturas e étnias no Brasil já façam parte dos conteúdos trabalhados pela escola, com referência aos índios, aos negros, aos imigrantes, o que se propõe são novos conteúdos, que buscam narrar a história do ponto de vista dos grupos sociais que a produziram. Da mesma forma, a vida culturalmente complexa presente na África, com formas igualmente complexas de organização socioeconômica interligadas a essa vida cultural. Com relação aos imigrantes, não bastará conhecer suas vidas nos respectivos continentes de origem — Europa, Ásia, Oriente Médio, África —, mas também compreender como frequentemente características culturais moldaram critérios de escolha e colocação de mão-de-obra, ao longo da história brasileira. (pág 60)	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de História têm, como pressuposto, que o aluno pode apreender a realidade na sua diversidade e nas múltiplas dimensões temporais. Destacam os compromissos e as atitudes de indivíduos, de grupos e de povos na construção e na reconstrução das sociedades, propondo estudos das questões locais, regionais, nacionais e mundiais, das diferenças e semelhanças entre culturas, das mudanças e permanências no modo de viver, de pensar, de fazer e das heranças legadas por gerações (pág 60).		
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS São objetivos balizadores do PMEDH conforme estabelecido no artigo 2a) fortalecer o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais; b) promover o pleno desenvolvimento da personalidade e dignidade humana; c) fomentar o entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero e a amizade entre as nações, os povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos; d) estimular a participação efetiva das pessoas em uma sociedade livre e democrática governada pelo Estado de Direito; e) construir, promover e manter a paz. (pág 24)		
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Art. 7º A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas: Incisos I, II e III. Parágrafo único. Outras formas de inserção da Educação em Direitos Humanos poderão ainda ser admitidas na organização curricular das instituições educativas desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional.		
Sugestão Prática do Programa		
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS 1º MOMENTO: O professor abordaria que a <u>Declaração Universal dos Direitos Humanos</u> é um <u>marco histórico</u> para toda a humanidade. Importante ressaltar que a DUDH <u>surgiu após a Segunda Guerra Mundial (1945)</u> . Após a promulgação da DUDH o <u>Sistema Global de Proteção aos Direitos Humanos (ONU)</u> se organizou em <u>Sistemas Regionais de Proteção aos Direitos Humanos</u> , sendo eles: Sistema Europeu de Direitos Humanos (1949), Sistema Interamericano de Direitos Humanos (1969) e o Sistema Africano de Direitos Humanos (1986). A ONU em acordo com os países membros promulgam <u>Convenções, Tratados e Declarações</u> como recomendações aos países membros, sendo alguns exemplos: <u>Convenção relativa ao Estatuto do Refugiado (1951)</u> , <u>Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência (1975)</u> , <u>Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO (1978)</u> , <u>Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (1979)</u> , <u>Convenção sobre os Direitos da Criança (1989)</u> , <u>Declaração das Nações Unidas sobre o direito dos povos indígenas (2007)</u> 2º MOMENTO: O professor organizaria a turma <u>em grupos (6 grupos)</u> e sortearia os documentos a serem <u>pesquisados</u> “em casa” ou “biblioteca” através de <u>recursos digitais</u> com a participação de todos os membros do grupo e (1) <u>produzir um resumo</u> do respectivo documento e sua finalidade; (2) <u>produzir uma argumentação descritiva</u> (ponto de vista) sobre a contribuição do documento na sociedade brasileira; (3) <u>relatar algum fato divulgado nos meios de comunicação</u> que se identifica com o documento pesquisado. 3º MOMENTO O professor em data agendada promoveria que <u>cada grupo</u> , por ordem cronológica, apresente sua <u>pesquisa, o resumo e sua argumentação</u> (livre). Os alunos teriam liberdade na forma de apresentar, mas com o tempo definido pelo professor. Ao final o professor avaliaria o conteúdo e conduziria a turma na compreensão que todos estes documentos são importantes na <u>garantia do Direitos Humanos</u> .		
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR https://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/ https://www.youtube.com/watch?v=Rfs9DcRV_yQ&t=475s http://www.dhnet.org.br/		

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		
Instituição de Ensino:		
Unidade Curricular:	ENSINO RELIGIOSO	9º Ano
Assunto:	Projetos de vida com princípios e valores éticos	
Fundamentação Teórica		
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BNCC (2018)	UNIDADES TEMÁTICA: Crenças religiosas e filosofias de vida	
	OBJETO DO CONHECIMENTO: Imanência e transcendência Vida e morte Princípios e valores éticos (pág 458)	
	HABILIDADES: (EF09ER01) Analisar princípios e orientações para o cuidado da vida e nas diversas tradições religiosas e filosofias de vida. (EF09ER02) Discutir as diferentes expressões de valorização e de desrespeito à vida, por meio da análise de matérias nas diferentes mídias. (EF09ER03) Identificar sentidos do viver e do morrer em diferentes tradições religiosas, através do estudo de mitos fundantes. (EF09ER04) Identificar concepções de vida e morte em diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, por meio da análise de diferentes ritos fúnebres. (EF09ER05) Analisar as diferentes ideias de imortalidade elaboradas pelas tradições religiosas (ancestralidade, reencarnação, transmigração e ressurreição). (EF09ER06) Reconhecer a coexistência como uma atitude ética de respeito à vida e à dignidade humana. (EF09ER07) Identificar princípios éticos (familiares, religiosos e culturais) que possam alicerçar a construção de projetos de vida. (EF09ER08) Construir projetos de vida assentados em princípios e valores éticos (pág 459).	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL A dificuldade para categorizar os grupos que vieram para o Brasil e formaram sua população é indicativo da diversidade, seja o recorte continental, ou regional, nacional, religioso, cultural, linguístico, racial/étnico. Portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, italianos, alemães, poloneses, húngaros, lituanos, egípcios, sírios, libaneses, armênios, indianos, japoneses, chineses, coreanos, ciganos, latino-americanos, católicos, evangélicos, batistas, budistas, judeus, muçulmanos, tradições africanas, situam-se entre outras inúmeras categorias de identificação (pág 125)		
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de: - conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; (pág 55)		
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Ainda há muito para ser conquistado em termos de respeito à dignidade da pessoa humana, sem distinção de raça, nacionalidade, etnia, gênero, classe social, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, geração e deficiência. Da mesma forma, há muito a ser feito para efetivar o direito à qualidade de vida, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao meio ambiente saudável, ao saneamento básico, à segurança pública, ao trabalho e às diversidades cultural e religiosa, entre outras. (pág 23)		
DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado;		
Sugestão Prática do Programa		
SUGESTÃO DE CONTEÚDO EM DIREITOS HUMANOS		
1ª MOMENTO: O professor abordaria o conceito de <u>Ética, seus princípios e valores</u> . Reconhecer que tais conceitos e atitudes <u>valorizam a vida e à dignidade humana</u> . Explicaria que a ética é reflexão de <u>atitudes ou comportamentos</u> realizados por outros e até pelo próprio indivíduo. Ex.: “Tem muita gente fazendo, mas entendo (entendemos) que não é correto”. Esse <u>“entendimento”</u> ou <u>“reflexão”</u> é resultado de alguns princípios e valores adquiridos na <u>família, na cultura, na religião</u> ou na escola. Exemplos de princípios éticos na DUDH: <u>“valorização da vida”</u> , <u>“dignidade humana”</u> , <u>“igualdade”</u> , <u>“justiça”</u> e <u>“liberdade”</u> . Abordaria que nossos <u>projetos de vida</u> devem ser pautados com princípios e valores éticos <u>respeitando todas as pessoas</u> que estão ao nosso redor e que conhecemos ao longo de nossa jornada de vida.		
2ª MOMENTO: O professor organizaria a turma <u>em grupos</u> , sendo que, cada grupo promoveria uma <u>enquete estatística</u> com 50 (cinquenta) pessoas do <u>seu credo religioso</u> . Durante a enquete o grupo deverá: (1) o grupo (aluno) abordará o entrevistado e <u>explicará sobre o tema</u> “Construindo projetos de vida com princípios e valores éticos”, (2) perguntará ao entrevistado, na opinião dele, qual dos princípios éticos existentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos está <u>mais visto</u> na sociedade? (3) perguntará ao entrevistado, na opinião dele, qual dos princípios éticos existentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos está <u>menos visto</u> na sociedade? (4) perguntará ao entrevistado, na opinião dele, <u>se estes princípios éticos são importantes</u> para construir projetos de vida e uma sociedade mais humanizada? (5) o grupo fará uma <u>tabela com resultados</u> (em percentual) da enquete.		
3ª MOMENTO: O professor em data agendada, formará a <u>turma em grupos</u> e cada grupo explanará <u>a definição de um princípio</u> . Cada grupo apresentaria (<u>forma livre</u>) o resultado de sua pesquisa. O professor estimularia uma <u>discussão com opiniões individuais</u> sobre algumas ações/atitudes que demonstrariam esses princípios e valores no projeto de vida de cada aluno.		
SUGESTÃO DE MATERIAL COMPLEMENTAR		
https://www.youtube.com/watch?v=B5r_9hiKsnM		www.youtube.com/watch?v=_uSoacAFCH4
https://www.youtube.com/watch?v=2gVCs2fIILo		

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a presente pesquisa se trata de uma proposta de intervenção pedagógica, inovadora e relevante no contexto socioeducativo brasileiro, e que a pesquisa visa colaborar na formação integral do indivíduo, é imprescindível que tal intervenção tenha como instrumentalização a educação em direitos humanos.

A proposta de um Programa de Educação em Direitos Humanos (PEDH) indica que, quando for executado, sobressairia como uma resposta educacional e social para o problema evidenciado nas escolas de Ensino Fundamental no Brasil.

Quanto às questões da investigação, a pesquisa confirmou o pensamento de Caetano e Tuchinski (2021), segundo os quais a educação em direitos humanos através do sistema educacional colabora na formação integral do indivíduo. Também ficou confirmado, na visão dos participantes, que o PEDH quando aplicado, teria as competências necessárias para promover a educação em direitos humanos e que as metodologias sugeridas colaboram para a promoção dessas competências. Diretores, professores e especialistas estão de acordo que as atividades contidas no Programa são condizentes com a faixa etária e a fase escolar e contribuiriam na construção do conhecimento. Em relação aos conteúdos sugeridos, constituem apenas uma referência diante do leque de assuntos que poderão ser utilizados pelos professores em sala de aula, na escola e na comunidade no que se refere aos Direitos Humanos.

No que respeita à pesquisa ter como objetivo principal a formação integral do aluno, os resultados mostram uma lacuna existente no processo educacional no que respeita à formação integral do indivíduo e, ainda, aponta para a necessidade de capacitação dos professores na área

de educação em direitos humanos, onde a maioria dos professores do ensino fundamental não tiveram uma capacitação durante a sua formação e nem posterior.

De acordo com os inquiridos, o PEDH quando executado, contribuiria para a formação integral do indivíduo construindo conhecimentos pertinentes e estimulando práticas pedagógicas que atuam como ações sociais e transformadoras do indivíduo e da sociedade em que está inserida. Percebe-se, ainda, que o Programa, quando aplicado na prática, contribuirá para o desenvolvimento de competências, habilidades, metodologias e atividades pedagógicas.

Ressalta-se que a pesquisa, num primeiro momento, propõe a criação de um programa com a participação de diretores, professores e especialistas em direitos humanos. Todavia, apenas será possível avaliar os seus resultados quando a escola se propuser colocar esses resultados em prática e avaliar os seus procedimentos. Para isso, a metodologia aplicada através do Design-Based Research (DBR) proporciona, tanto na pesquisa quanto na prática, a possibilidade de uma avaliação recorrente e melhorias contínuas no Programa.

É de suma importância entender que, como proposta, o Programa não se esgota na sua existência ou aplicabilidade, mas pode ser uma sugestão para a criação de outros programas educacionais em diversas áreas do conhecimento, bem como para as diversas fases do ensino regular. O PEDH está focado e estruturado para alunos dos 8.º e 9.º anos, mas pode ser adaptado para todos os anos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

No final desta pesquisa, a percepção que aflora é que gestores educacionais e profissionais da docência precisam estar atentos às lacunas que surgem no processo educativo, de modo a proporem, em tempo útil, mecanismos eficientes para que ao aluno consiga continuar a sua jornada educacional mantendo-se como protagonista das mudanças sociais que vai experienciando.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

- Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação: Um guia prático e crítico*. Lisboa: Asa Editores.
- Alves, F. M. (2020). *Educação e transformação da sociedade*. Revista Educação Pública, v. 20, nº 38. Retirado de <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/educacao-e-transformacao-da-sociedade>
- Asti Vera, A. (1979). *Metodologia da pesquisa científica*. 5. ed. Porto Alegre: Globo.
- Araújo, R. S. (2017). *Educação em direitos humanos: concepções dos estudantes do ensino médio acerca de temáticas trabalhadas no projeto de direitos humanos na escola*. Retirado de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/3524>
- Barab, S., e Squire, K. (2004). *Design-based research: Putting a stake in the ground*. Journal of the Learning Sciences. Madison: International Society of the Learning Sciences, v. 13, n. 1, p. 1-14, 2004.
- Bedin, A. G. (2014). *Direito em Debate*. Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí. Ano XXIII nº 42, jul.-dez. 2014 – ISSN 2176-6622.
- Bell, J. (1993). *Como Realizar um Projecto de Investigação: Um Guia para a Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação*. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Brasil, (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.
- Brasil, (1996). *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Lei nº 9.394/1996. Brasília, DF: Senado Federal.
- Brasil, (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF.
- Brasil, (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF.
- Brasil, (2006). *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça. Retirado de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/plano-nacional-de-educacao-em-direitos-humanos>>.
- Brasil, (2012). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*. Resolução nº 1, de 30/05/2012. Brasília, MEC/CNE.
- Brasil, (2018). *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio*. Ministério da Educação, CONSED.

- Caetano, F. R. e Tuchinski, R. C. (2021). *A relevância da educação como direito humano: Educação para formação social infantojuvenil*. Caderno Intersaberes, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 47-66.
- Caldwell, B., e Spinks, J. (2013). *The Self-transforming School*. Oxford, UK: Routledge.
- Candido, R. K. & Gentilini, J. A. (2017). *Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político-Pedagógico*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. v. 33, n. 2, p. 323 - 336, mai./ago. 2017.
- Carrilho, R. A. (1990). *Desenvolvimento Curricular*. Lisboa: Texto Editora.
- Coelho, W. N. B. e Coelho, M. C. (2015). *Preconceito e Discriminação para Além das Salas de Aula: sociabilidade e cultura juvenil no ambiente escolar*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. Retirado de <https://www.scielo.br/j/rieb/a/wrdnM36jypzfqdhMzcJLfMg/abstract/?lang=pt>
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Dalfovo, M. S.; Lana, R. A.; Silveira, A. (2008). *Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico*. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II.
- Doll, R. C. (1992). *Curriculum Improvement – decision making and process*. Boston: Allyn and Bacon.
- Freire, P. (2003). *Pedagogia do oprimido*. 35. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gaspar, M. I., e Roldão, M. C. (2007). *Elementos de desenvolvimento curricular*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2005). *O Inquérito: Teoria e Prática*. Lisboa: Celta Editora.
- Goodson, I. F. (2001). *O currículo em mudança. Estudos na construção social do currículo*. Porto: Porto Editora.
- Huberman, M. (1973). *Comment s'opèrent les changements en éducation : contribution à l'étude de l'innovation*. Paris: UNESCO.
- Johnson, M. J (1977). *Definitions and Models in Curriculum Theory*. Acessado em 13/02/2022. Retirado de <https://doi.org/10.1111/j.1741-5446.1967.tb00295.x>.
- Kitchenham, B. A., Charteres, S. (2007). *Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering*. Tech. Rep. EBSE-2007-01, Keele University.
- Libaneo, J. C. (1994). *Didática*. São Paulo: Cortez.

- Lima, M. V. S. (2007). *Plano nacional de educação em direitos humanos: processo de elaboração e implantação*. Retirado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4595>
- Matta, A. E. R. & Silva, F. P. S. & Boaventura, E. M. (2014). *Design-based research ou pesquisa de desenvolvimento: metodologia para pesquisa aplicada de inovação em educação do século XXI*. *Revista da FAAEBA: Educação e Contemporaneidade* [online]. 2014, vol.23, n.42, pp.23-36. ISSN 0104-7043. <https://doi.org/10.2014/jul.dezv23n42003>.
- Mesquita, L. Brockington, L. A. T.; Studart, N. (2021). *Metodologia do design educacional no desenvolvimento de sequencias de ensino e aprendizagem no ensino de física*. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, vol. 43, 20200443 (2021). *Pesquisa em Ensino de Física*. www.scielo.br/rbef. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9126-RBEF-2020-0443>.
- Minguez, J. G. (1994). *Los ejes transversales del curriculum. Una aproximación a la calidad educativa*. *Revista de Ciências de la Educacion*, 157, 7-18.
- Mitrulis, E. (2002). *Ensaio de inovação no ensino médio*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.116, p. 217-244. Retirado de <https://goo.gl/PfwTrh>. Acesso em: 22/05/2022.
- Minayo, M. C. S. et al. (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Mckenney, S. e Reeves, T. (2013). *Systematic Review of Design-Based Research Progress: Is a Little Knowledge a Dangerous Thing? Educational Researcher*. 42, 97-100. <https://doi.org/10.3102/0013189X12463781>
- Mckenney, S. e Reeves, T. (2012). *Conducting educacional design research*. Abingdon: Routledge.
- Oliveira, R. D. V. L.; Queiroz, G. R. P. C. (2017). *Conteúdos cordiais: química humanizada para uma Escola sem Mordaga*. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2017.
- Organização das Nações Unidas, ONU. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Retirado de <https://www.unicef.org>.
- Ornstein, A. C. & Hunkins, F. P. (2004). *Curriculum – foundations, principles and issues*. Boston: Pearson Education, Inc.
- Reis, P. (2016). *A Educação em Direitos Humanos através da discussão e ação sociopolítica sobre controvérsias socio científicas e socioambientais*. In book: *Tecendo diálogos sobre Direitos Humanos na Educação em Ciências* (pp.305-318). Retirado de <https://www.researchgate.net/publication/301778088>.
- Taba, H. (1962). *Curriculum Development – theory and practice*. New York. Harcourt, Brace & World.

- Tanner, D. & Tanner. L. (1980). *Curriculum Development theory into practice*. New York. Macmillan Publishing Co., Inc.
- Tyler, R. (1949). *Basic Principles of Curriculum and Instruction*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Unesco. (2006)). *Plano de Ação: Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos*. Retirado de <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001478/147853por.pdf>>.
- Varela F. C. (2000). *O currículo em debate: positivismo – pós-modernismo. Teoria – Prática*. Revista de Educação, IX (1). (39-52).
- Yus, R. (1998). *Temas transversais em busca de uma nova escola*. Porto Alegre: Artmed.
- Young, M. (2014). *Teoria do Currículo: O que é e porque é importante*. Cadernos de Pesquisa v.44 n.151 p.190-202 jan./mar. 2014. Retirado de <https://www.scielo.br/j/cp/a/4fCwLLQy4CkhWHNCmhVhYQd/abstract/?lang=pt>.
- Young, M. (2002). *The Curriculum of the Future – from the ‘new sociology of education’ to a critical theory of learning*. New York. Routledge Falmer.

8 LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fases da pesquisa.....	<u>2726</u>
Figura 2 - Experiência na direção escolar	<u>5756</u>
Figura 3 - EDH x Formação Integral	<u>5756</u>
Figura 4 - Competência x PEDH	<u>5857</u>
Figura 5 - Metodologias x PEDH.....	<u>5958</u>
Figura 6 - Atividades x PEDH	<u>5958</u>
Figura 7 - Conteúdos x PEDH	<u>6059</u>
Figura 8 - Experiência na docência	<u>6260</u>
Figura 9 - EDH x Formação Integral	<u>6261</u>
Figura 10 - Competências x PEDH.....	<u>6362</u>
Figura 11 - Metodologias x PEDH.....	<u>6462</u>
Figura 12 - Atividades x PEDH	<u>6463</u>
Figura 13 - Conteúdos x PEDH	<u>6564</u>
Figura 14 - Experiência em direitos humanos.....	<u>6765</u>
Figura 15 - Experiência na docência	<u>6866</u>
Figura 16 - EDH x Formação Integral	<u>6867</u>
Figura 17 - Competências, metodologias e atividades x PEDH	<u>6967</u>
Figura 18 - Inovação Educacional x PEDH.....	<u>6968</u>
Figura 19 - Capacitação docente em EDH.....	<u>7069</u>
Figura 20 - Anos Finais x EDH.....	<u>7169</u>
Figura 21 - Capacitação docente x Transversalidade.....	<u>7170</u>

9 ANEXOS

Anexo A - Questionário para diretores e professores

PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE

1) Indique o nome da instituição em que você exerce sua atividade docente

2) Indique a sua função no ensino fundamental II

professor diretor/coordenação administração outros

3) Indique a sua formação acadêmica

Graduação Licenciatura Especialização Mestrado Doutorado

4) Indique a sua área (disciplina) de atuação no Ensino Fundamental II

L. Portuguesa Artes L. Inglesa Ed. Física Matemática Geografia
 História Ensino Religioso Ciências Direção Administração

5) Indique o tempo de atuação no Ensino Fundamental II

0 a 3 anos 4 a 6 anos 7 a 10 anos 11 a 15 anos mais de 15 anos

CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (EDH)

1) Durante sua formação acadêmica obteve algum conhecimento sobre EDH?

Sim Não

2) Após sua formação acadêmica participou de alguma capacitação docente na área de EDH?

Sim Não

3) Conhece a legislação educacional brasileira sobre EDH?

Sim Não

4) Na sua opinião, EDH colabora para a formação integral do indivíduo?

discordo totalmente discordo concordo concordo totalmente

5) Sente-se apto para falar sobre EDH aos seus alunos, mesmo que de forma transversal?

discordo totalmente discordo concordo concordo totalmente

6) Na sua opinião, um programa com competências, habilidades, metodologias e atividades lhe ajudaria a lecionar sobre o tema?

discordo totalmente discordo concordo concordo totalmente

7) Os anos finais (8.º e 9.º Anos) do Ensino Fundamental no Brasil seriam um momento ideal ensinar competências e habilidades sobre EDH?

discordo totalmente discordo concordo concordo totalmente

8) Na sua opinião é importante uma capacitação em EDH para docentes do Ensino Fundamental no Brasil?
 ___ discordo totalmente ___ discordo ___ concordo ___ concordo totalmente

SOBRE O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

1) Na sua opinião, o PEDH proposto ajudaria o professor a lecionar sobre o tema?

___ discordo totalmente ___ discordo ___ concordo ___ concordo totalmente

2) O PEDH proposto utiliza o tema de forma transversal com sua disciplina de atuação?

___ discordo totalmente ___ discordo ___ concordo ___ concordo totalmente

3) As competências abordadas no PEDH estão de acordo com as competências previstas na BNCC?

___ discordo totalmente ___ discordo ___ concordo ___ concordo totalmente

4) As habilidades elencadas no PEDH estão de acordo com as habilidades previstas na BNCC?

___ discordo totalmente ___ discordo ___ concordo ___ concordo totalmente

5) As atividades sugeridas no PEDH estão de acordo com a faixa etária, competências e habilidades pretendidas?

___ discordo totalmente ___ discordo ___ concordo ___ concordo totalmente

6) As metodologias sugeridas colaboram para a aquisição das habilidades e competências pretendidas?

___ discordo totalmente ___ discordo ___ concordo ___ concordo totalmente

7) O PEDH está alinhado com normas educacionais brasileiras?

___ discordo totalmente ___ discordo ___ concordo ___ concordo totalmente

8) O PEDH contém conteúdo curricular previsto para sua disciplina de atuação conforme a BNCC?

___ discordo totalmente ___ discordo ___ concordo ___ concordo totalmente

9) O PEDH estimula a escola a prática de seu papel social junto à comunidade?

___ discordo totalmente ___ discordo ___ concordo ___ concordo totalmente

10) O PEDH colabora para a integração entre escola, família e comunidade?

___ discordo totalmente ___ discordo ___ concordo ___ concordo totalmente

11) Na sua opinião, após a participação no PEDH, o aluno estaria apto a atuar como protagonista no ambiente social em que vive?

___ discordo totalmente ___ discordo ___ concordo ___ concordo totalmente

12) Na sua opinião, considera o PEDH proposto como uma inovação educacional?

___ discordo totalmente ___ discordo ___ concordo ___ concordo totalmente

13) De acordo com sua opinião e experiência docente, escreva que temas, habilidades e sugestões de atividades deveriam ser adicionados na proposta apresentada?

14) De acordo com sua opinião e experiência docente, escreva que temas, habilidades e sugestões de atividades deveriam ser eliminados na proposta apresentada?

15) Gostaria de deixar alguma sugestão ou observação para agregar à pesquisa?

Anexo B - Questionário para especialistas em direitos humanos

PERFIL PROFISSIONAL

1) Indique o nome da instituição que realizou sua capacitação ou especialização em Direitos Humanos

2) Indique a sua formação acadêmica

Graduação Licenciatura Especialização Mestrado Doutorado

3) Indique o tempo de atuação na área de Direitos Humanos

0 a 3 anos 4 a 6 anos 7 a 10 anos 11 a 15 anos mais de 15 anos

4) Tem experiência na área de docência?

Sim Não

CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (EDH)

1) Durante sua formação acadêmica obteve algum conhecimento sobre Educação em Direitos Humanos?

Sim Não

2) Após a sua formação acadêmica participou de alguma capacitação docente sobre EDH?

Sim Não

3) Conhece a legislação educacional brasileira sobre EDH?

Sim Não

4) Na sua opinião, EDH colabora para a formação integral do indivíduo?

discordo totalmente discordo concordo concordo totalmente

5) Sente-se apto para falar sobre EDH aos seus alunos, mesmo que de forma transversal?

discordo totalmente discordo concordo concordo totalmente

6) Na sua opinião, um programa com competências, habilidades, metodologias e atividades ajudaria um professor a lecionar sobre o tema?

discordo totalmente discordo concordo concordo totalmente

7) Os anos finais (8.º e 9.º Anos) do Ensino Fundamental no Brasil seria um momento ideal ensinar competências e habilidades sobre EDH?

discordo totalmente discordo concordo concordo totalmente

8) Na sua opinião é importante uma capacitação em EDH para docentes do Ensino Fundamental no Brasil?

discordo totalmente discordo concordo concordo totalmente

SOBRE O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PEDH)

1) Na sua opinião, o PEDH seria uma inovação educacional no contexto brasileiro?

discordo totalmente discordo concordo concordo totalmente

2) Na sua opinião, após a participação no PEDH, o aluno ao concluir o Ensino Fundamental estaria apto a atuar como protagonista no ambiente social em que vive?
___ discordo totalmente ___ discordo ___ concordo ___ concordo totalmente

3) Conhece algum país que aplica a EDH a nível de Ensino Fundamental? Se positivo, indique quais.

4) De acordo com sua opinião e experiência em Direitos Humanos, que temas, habilidades e sugestões de atividades deveriam ser adicionados na proposta apresentada?

5) De acordo com sua opinião e experiência em Direitos Humanos, que temas, habilidades e sugestões de atividades deveriam ser eliminados na proposta apresentada?

6) Gostaria de deixar alguma sugestão ou observação para agregar à pesquisa?
